

ISSN: 1519-6240

LINGUAGEM
ESTUDOS e PESQUISAS

Revista do Departamento de Letras do *Campus* Catalão - UFG

Linguagem - Estudos e Pesquisas
Volume 15, n. 1 - Catalão-GO/2011

ISSN: 1519-6240

LINGUAGEM - ESTUDOS E PESQUISAS

Revista do Departamento de Letras do *Campus* Catalão – UFG

Janeiro-Junho/2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor da Universidade Federal de Goiás

Edward Madureira Brasil

Diretor do Campus Catalão/UFG

Manoel Rodrigues Chaves

Chefe do Departamento de Letras do Campus Catalão/UFG

Luciana Borges

Editores Responsáveis

Braz José Coelho e Maria Helena de Paula

Organizadora deste número

Grenissa Bonvino Stafuzza

Comissão Editorial: Alexander Meireles da Silva; Antônio Fernandes Júnior; Braz José Coelho; Grenissa Bonvino Stafuzza; Luciana Borges; Maria Helena de Paula, Oziris Borges Filho

Conselho Editorial e Científico: Alexander Meireles da Silva (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Alicia Duhá Lose (CNPq-Faculdade Mosteiro São Bento da Bahia/Universidade Federal da Bahia); Antônio Fernandes Júnior (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Aparecida Negri Isquerdo (CNPq/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Universidade Estadual de Londrina), Braz José Coelho (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Cleudemar Alves Fernandes (Universidade Federal de Uberlândia); Grenissa Bonvino Stafuzza (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Henrique Silvestre Soares (Universidade Federal do Acre); Luciana Borges (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Luzmara Cursino Ferreira (Universidade Federal de São Carlos); Manoel Mourivaldo Santiago Almeida (CNPq-Universidade de São Paulo); Márcio Luiz Corrêa Vilaça (Universidade de Grande Rio); Maria Cândida Trindade Seabra (Universidade Federal de Minas Gerais); Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora, Portugal), Maria Helena de Paula (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Odair Luiz Nadin Silva (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Oziris Borges Filho (Universidade Federal do Triângulo Mineiro), Phablo Roberto Marchis Fachin (Universidade de São Paulo); Regma Maria dos Santos (Universidade Federal de Uberlândia / Universidade Federal de Goiás).

Conselho Consultivo: Antônio Donizete Pires (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Dominique Maingueneau (Université Paris Est Créteil Val de Marne); Leo M. Wetzels (Vrije Universiteit Amsterdam - Holanda); Márcia Elizabeth Bortone (Universidade de Brasília); Maria Dolores A. Ramírez (Universidade Estadual Paulista-Araraquara); Maria Imaculada Cavalcante (Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão); Patrick Charaudeau (Université Paris- Nord - Paris XIII); Silvio de Almeida Toledo Neto (Universidade de São Paulo); Solange Fiuza Cardoso Yokozawa (Universidade Federal de Goiás); Sonia Branca-Rosoff (Université Sorbonne Nouvelle/Paris III).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS CATALÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS

LINGUAGEM - ESTUDOS e PESQUISAS

Linguagem - Est. e Pesq., Catalão-GO. Vol. 15, n. 1. 183 p.
2011

Linguagem - Estudos e Pesquisas é uma publicação semestral do Departamento de Letras do *Campus Catalão* da Universidade Federal de Goiás.

Endereço para correspondência

Departamento de Letras - Av. Dr. Lamartine Pinto de Avelar, nº 1120, Sala 2, Bloco E - CEP: 75.704-020 - Caixa Postal 56 - Setor Universitário - Fones (64) 3441-5304; (64) 3441-5356. Catalão-Goiás-Brasil.

Linguagem - Estudos e Pesquisas pode ser acessada no sítio: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/lep/index>

Editores Responsáveis

Braz José Coelho

Maria Helena de Paula

Organizadora deste número

Grenissa Bonvino Stafuzza

Diagramação

Maria Helena de Paula

Maria Gabriela Gomes Pires

Jozimar Luciovanio Bernardo

Revisão dos abstracts

Alexander Meireles da Silva

Revisão dos originais

Os editores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (GPT/BSCAC/UFG)

L755 *Linguagem – estudos e pesquisas / Revista do Departamento de Letras do Campus Catalão – UFG. – Vol. 15, n. 1 (jan./jun. 2011)- . – Catalão : Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão, Departamento de Letras, 1997-
v. : il. ; 21 cm.*

Semestral

Editores responsáveis: Braz José Coelho e Maria Helena de Paula.

Organizadora: Grenissa Bonvino Stafuzza.

Descrição baseada em: Vol. 15, n. 1 (jan./jun. 2011).

ISSN: 1519-6240

1. Letras – Periódicos. I. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Departamento de Letras. II. Título.

CDU: 8 (05)

Aceitam-se colaborações e solicita-se permuta

We Ask For Exchange

On demanche échange

Pédese canje

Tiragem deste número: 200 exemplares

SUMÁRIO

Editorial	09
------------------------	-----------

Texto de autor convidado

Trentune tesi di linguistica generale <i>Augusto Ponzio (Autor convidado).....</i>	13
--	-----------

Dossiê: Estudos de Texto e de Discurso

1. Agir e transformar através do discurso: Lula no contexto do novo capitalismo <i>Aline do Nascimento Duarte.....</i>	27
2. Amazona, de Sérgio Sant'anna, e a resignificação pela repetição: reutilizando as estratégias serializantes da cultura de massa na tessitura da obra literária <i>Carine Daniele Franke.....</i>	43
3. O discurso sobre a violência: o papel das formações discursivas na construção de narrativas midiáticas <i>Carla Leila Oliveira Campos.....</i>	59
4. O primo Basílio: as adaptações e suas funções sociais <i>Carlos Alberto Correia.....</i>	79
5. Festa e o modernismo <i>Cláudia Beatriz Carneiro Araújo.....</i>	97
6. (Re)Pensando o ensino da escrita <i>Cristiane Carvalho de Paula Brito.....</i>	111
7. Um estudo semiótico da construção de sentido nas narrativas do Reinado na região Centro-Oeste do estado de Minas Gerais <i>Elisson Morato.....</i>	131
8. Narrativas e identidades de uma idosa aprendendo língua estrangeira (inglês) <i>Hélvio Frank.....</i>	147
9. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva <i>Luciana Leão Brasil.....</i>	171

CONTENTS

Editors Note.....	09
-------------------	----

Guest author article

Trinta e uma teses de linguística geral <i>Augusto Ponzio (Guest author).....</i>	13
---	----

Dossier: Text and Discourse Studies

1. Acting and transforming through the speech: Lula in the context of the new capitalism <i>Aline do Nascimento Duarte.....</i>	27
2. Amazona, by Sérgio Sant'anna, and the resignification by repetition: reusing serialized strategies of mass culture in texture of literary work <i>Carine Daniele Franke.....</i>	43
3. The discourse about violence: the role of discursive formations in media narratives <i>Carla Leila Oliveira Campos.....</i>	59
4. O primo Basílio: the adaptation and social functions <i>Carlos Alberto Correia.....</i>	79
5. The Feast and Modernism <i>Cláudia Beatriz Carneiro Araújo.....</i>	97
6. (Re)Considering the teaching of writing <i>Cristiane Carvalho de Paula Brito.....</i>	111
7. A semiotic study of the construction of meaning in the narratives of “Reinado” from West Central of the state of Minas Gerais <i>Elisson Morato.....</i>	131
8. Narratives and identities of an elderly student learning foreign language (English) <i>Hélvio Frank.....</i>	147
9. Michel Pêcheux and the theory of Discourse Analysis: important developments for the understanding of a type discursive <i>Luciana Leão Brasil.....</i>	171

EDITORIAL

O volume que ora se apresenta traz como destaque um ensaio do pesquisador italiano Augusto Ponzio, autor convidado, e o *Dossiê Estudos de texto e de discurso*. Os trabalhos que compõem o Dossiê são fundamentados em teorias e áreas diversas umas das outras, com epistêmes distintas e visões muito heterogêneas do que sejam “texto” e “discurso”, mas com uma questão em comum que os movimentam, perpassando os vários estudos sobre “texto” e “discurso” aqui reunidos: o estudo da linguagem. A linguagem literária, social, histórica, pedagógica, ideológica, política, midiática etc. constituem-se materiais de estudo e de pesquisa para que os autores aqui publicados pudessem pensar sobre as contruções textuais e discursivas a partir de alguns campos de estudos da linguagem, em especial, a Linguística, a Semiótica, a Análise do Discurso, a Semiologia e a Análise Crítica do Discurso.

O ensaio que inaugura o volume, “Trentuno tesi di linguistica generale”, do autor convidado Augusto Ponzio, traz como bem enuncia seu título, trinta e uma teses de linguística geral. O pesquisador italiano reflete sobre a linguística geral credenciando a área as perspectivas da pragmática, da semiótica e da filosofia da linguagem, de modo que, ao refletir sobre a noção de linguagem considerando essas incursões teóricas, Augusto Ponzio potencializa os campos da sintaxe, da fonologia e da semântica para o estudo da linguagem verbal (oral e escrita).

O artigo de Aline do Nascimento Duarte, “Agir e transformar através do discurso: Lula no contexto do novo capitalismo”, inaugura o Dossiê temático. A autora observa através da teoria social do discurso, “que o discurso é um modo de ação que transforma a sociedade e é por ela transformado”. Assim, Duarte considera o contexto social do novo capitalismo ao ilustrar alguns recortes de posicionamentos de fala de Lula ditos em eventos sociais e publicados em mídias diversas, “que apresenta mais estratégias de convencimento em detrimento de um discurso que apenas se molda pela modalidade padrão da língua”.

A autora Carine Daniele Franke apresenta no artigo “Amazona, de Sérgio Sant’anna, e a ressignificação pela repetição: reutilizando as estratégias serializantes da cultura de massa na

tessitura da obra literária” uma reflexão sobre como “as práticas literárias da pós-modernidade funcionam como recuperadoras de ‘restos culturais’ com vistas à sua ressignificação”. Logo, ao analisar a obra *Amazona*, a autora observa “uma estrutura própria de best-sellers, com matriz no folhetim do século XIX”, sendo que, dessa forma, Sérgio Sant’anna “rompe com a linha que separa de um lado, alta, e de outro, baixa literatura, mesclando duas formas de expressão sempre vistas como rivais”.

Em “O discurso sobre a violência: o papel das formações discursivas na construção de narrativas midiáticas”, Carla Leila Oliveira Campos analisa uma reportagem publicada na revista *Veja* “com o intuito de compreender como as formações discursivas restringem a instância enunciativa”. Campos fundamenta o estudo na *Análise do Discurso* objetivando refletir sobre “como os eventos sociais relacionados à violência são transformados em narrativas pelo discurso midiático”.

No artigo “O primo Basílio: as adaptações e suas funções sociais”, Carlos Alberto Correia debate os conteúdos sociais apropriados no romance “O primo Basílio”, de Eça de Queirós, considerando para a discussão as duas adaptações audiovisuais feitas no Brasil. Sob essa perspectiva de estudo, o autor estabelece “um esboço sobre como esses meios comunicacionais são utilizados para apresentar aos seus usuários mecanismos de identificação e conscientização” para, na sequência, observar o contexto histórico que constrói o romance de modo a ressaltar “a função moralizante da obra e o processo de aproveitamento desses recursos [audiovisuais] na sociedade contemporânea por parte dos receptores como fonte de identificação e formação”.

No artigo “Festa e o modernismo”, Cláudia Beatriz Carneiro Araújo relaciona o grupo de Festa no contexto do início do século XX “como uma das correntes literárias que fizeram parte da fase inicial do Modernismo brasileiro”. Desse modo, a autora apresenta “o projeto estético e ideológico que manteve o grupo de intelectuais, críticos e poetas unidos em torno de um mesmo ideal por mais de uma década”. Logo, Araújo estabelece “uma apreciação crítica da revista Festa, utilizada pelo grupo como veículo de divulgação e legitimação de suas ideias”.

Cristiane Carvalho de Paula Brito, em seu artigo “(Re)Pensando o ensino da escrita”, coloca em debate o ensino escolar da escrita, ao considerar a relação sujeito-linguagem na prática de escrita a partir de uma visão discursiva. Nesse sentido, a

pesquisadora apresenta “alguns trabalhos que apontam a homogeneização do ensino da escrita escolar” para, na sequência, analisar “duas dissertações de candidatos a um exame Vestibular, a fim de problematizar a forma como os sujeitos significam o tema proposto no exame e provocam a emergência ou o apagamento de sua constituição subjetiva”.

Em “Um estudo semiótico da construção de sentido nas narrativas do Reinado na região centro-oeste do Estado de Minas Gerais”, Elisson Morato apresenta um estudo fundamentado na Semiótica que aborda a construção de sentido nas narrativas do Reinado, uma celebração religiosa bastante comum em Minas Gerais. Morato analisa “duas narrativas que descrevem o processo de abolição da escravatura” e observa que “os textos apresentam uma passagem dos escravos de um estado de opressão para a liberdade, uma mudança que envolve questões políticas e religiosas”.

No artigo “Narrativas e identidades de uma idosa aprendendo língua estrangeira (Inglês)”, Hélio Frank parte de um estudo de caso para analisar “o movimento da (re)construção da/s identidade/s de uma idosa aprendendo língua estrangeira (inglês) na Educação de Jovens e Adultos” (EJA). O autor observa que os resultados da pesquisa – realizada por meio de narrativas, observações em sala de aula e registro de notas –, “sugerem que identidade, língua e cultura estão atreladas e, por meio do discurso, elas representam/moldam as ações da participante em sala de aula”.

O artigo que fecha o Dossiê, de Luciana Leão Brasil, “Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso: desdobramentos para a compreensão de uma tipologia discursiva”, aponta “uma discussão a respeito da teoria da análise do discurso proposta por Michel Pêcheux, bem como sua relevância para os estudos propostos por Eni Orlandi para a elaboração de uma tipologia discursiva”. Dessa maneira, a autora estabelece um recorte de princípios, noções e contexto histórico de surgimento da área apostando na relação entre a linguística e as ciências sociais para refletir sobre o tema proposto.

É, notoriamente, com essa pluralidade de temas e objetos de pesquisa que o *Dossiê Estudos de texto e de discurso* do volume 15, número 01, da Revista *Linguagem: Estudos e Pesquisas* se configura. Certa de que os trabalhos aqui reunidos fomentam o debate sobre texto e discurso, além de apontarem para várias

possibilidades de se pensar (e fundamentar) tais noções, desejo aos leitores de Linguagem, bakhtinianamente, uma leitura responsável-responsiva!

Grenissa Bonvino Stafuzza
Campus Catalão-UFG
Junho/2011

TRENTUNO TESI DI LINGUISTICA GENERALE

TRINTA E UMA TESES DE LINGUÍSTICA GERAL¹

Augusto PONZIO*

Sommario: Queste “tesi” sono una critica della “linguistica ufficiale”, ivi compresa quella chomskiana, e la proposta di una linguistica nuova, dell’*enunciazione* e dell’*ascolto*. Si tratta, in primo luogo, di spiegare *perché ci siano molte lingue*, malgrado l’idea di Chomsky di un’unica Grammatica Universale innata, e perché i linguisti si limitano al *significato* della frase separando così la “semantica” dalla “pragmatica”, mentre ciò che è essenziale, nella lingua viva, si sa, è rendere e comprendere il *senso*.

Resumo: Estas “teses” são uma crítica à “linguística oficial”, incluindo aquela chomskiana, e a proposta de uma linguística nova, da *enunciação* e da *escuta*. Trata-se, em primeiro lugar, de explicar *por que há muitas línguas*, apesar da ideia de Chomsky de uma única Gramática Universal inata, e por que os linguistas se limitam ao *significado* da frase, separando assim a “semântica” da “pragmática”, enquanto o essencial, na língua viva, como se sabe, é dar e compreender o *sentido*.

Parole chiave: Enunciazione, senso, comprensione rispondente, modellazione, lavoro linguistico.

Palavras-chave: Enunciação, sentido, compreensão respondente, modelação, trabalho linguístico.

La pragmatica, insieme alla sintattica e alla semantica, è anch’essa una dimensione fondamentale del segno, che, come tale, è presente nella lingua ed inseparabile dalle altre due, così come ciascuna di queste è inseparabile da essa.

2) Alla *sintattica* corrisponde, nella linguistica, non solo il componente *sintattico* della lingua, ma anche quello *fonologico*, perché in entrambi i casi entra in gioco l’articolazione, la connessione, la composizione di elementi (fonemi, monemi, morfemi).

3) Il componente semantico nel senso linguistico è anch’esso compreso nella sintattica, perché presuppone anch’esso, nell’enunciazione, operazioni di selezione e di connessione che si

¹ Il testo italiano, con alcune modifiche, riadattamenti e aggiunte bibliografiche è tratto da *Incontri di parole*, a cura di Augusto Ponzio, *Athanos*, *Semiotica, filosofia, Arte, letteratura*, nuova serie, XXI, n. 14, 2010-2011, Milano, Mimesis, 2011, p. 68-75.

*Università degli Studi di Bari, Itália, Dipartimento di Lettere, Lingue, Arti, Italianistica e Letterature comparate. Contato: augustoponzio@libero.it

realizzano su un duplice asse, sintagmatico e paradigmatico.

4) La semantica linguistica rientra evidentemente nella semantica semiotica, ma con quest'ultima, cioè con la dimensione del significato come dimensione del segno in generale, hanno a che fare anche la fonologia e la sintassi, perché in ogni caso interviene un rapporto interpretante- interpretato e dunque l'interpretazione di qualcosa come segno, cioè come avente significato.

Anche al livello dell'identificazione fonologica o grafologica e dell'identificazione logico-sintattica, cioè al livello della identificazione *formale*, come fase distinta da quella *contenutistica*, entra in gioco un problema di *significato*, perché si presenta pur sempre un problema di *interpretazione*.

Oltre che della semantica in senso ristretto, ordinario, distinta dalla fonologia e dalla sintassi, bisogna tener conto dunque di una *semantica che ingloba la stessa fonologia e la stessa sintassi*. Il comportamento verbale è un atto interpretativo e, come tale, ha a che fare sempre, e non solo al "livello semantico", con questioni di significato.

5) Il significato di un segno verbale, sia esso un'unità fonematica, o una struttura sintattica, o una frase, o l'enunciazione intera, non è un rapporto interpretativo circoscrivibile all'interno della lingua. In realtà, ogni volta che qualcosa ha significato, non c'è tipo di segno che possa essere escluso dal percorso interpretativo in cui tale qualcosa si colloca. Possiamo allora dire che il significato è un fatto semiotico, perché coinvolge, ogni volta in cui sussiste, tutti i tipi di segni: non ci sono, propriamente parlando, significati verbali, o significati non verbali.

Né ci sono significati esclusivi di una lingua o di un linguaggio considerati come sistemi o codici autosufficienti. Ciò comporta anche il carattere semiotico e non semplicemente linguistico-verbale delle procedure generative dell'identificazione del segno verbale e della sua disambiguazione. I limiti della grammatica generativa della lingua sono dati dal fatto che essa deve fare ricorso a interpretanti che non rientrano in essa e che sono anche interpretanti non-verbali.

6) In base a (1), i componenti della linguistica non sono tre (fonologia, sintattica, semantica), ma quattro, dato che il segno verbale, come ogni segno, richiede non solo un interpretante di identificazione, ma anche un interpretante di comprensione rispondente o pragmatico.

Sicché, riepilogando, il rapporto tra le tre dimensioni del segno e i componenti della lingua è il seguente:

Componenti linguistici

Dimensioni del segno

<i>fonologico e sintattico</i>	<i>sintattica (+</i>
<i>semantica e pragmatica)</i>	<i>semantico</i>
<i>semantica (+ sintattica e pragmatica)</i>	
<i>pragmatico</i>	<i>pragmatica (+</i>
<i>sintattica e semantica)</i>	

7) La teoria linguistica chomskiana resta limitata alla considerazione della produzione di interpretanti di identificazione, anzi riduce l'interpretazione alla sola identificazione. Inoltre, dicendo che la grammatica generativa di una lingua dovrebbe contenere, idealmente, un *componente sintattico* centrale e *due componenti interpretative* (un *componente fonologico* e un *componente semantico*),

Chomsky nega il carattere interpretativo del componente sintattico, relegando l'interpretazione al solo componente fonologico e al componente semantico.

Così facendo, distingue il *generare* (che riguarda il rapporto fra strutture superficiali e strutture profonde e le regole di trasformazione) dall'*interpretare*.

Il privilegiamento della sintassi da parte di Chomsky fino a farne un fondamento infondato, un a priori innatisticamente inteso, consiste nel sottrarla all'interpretazione, nel considerarla esente da rapporti interpretato-interpretante. Tali rapporti, invece, riguardano tutti i livelli del segno in generale.

La capacità di disambiguazione, che Chomsky attribuisce a “strutture profonde”, consiste nella *funzione generativa di interpretanti che non sono previsti nel sistema linguistico della lingua*, ma che derivano dalla comprensione dell'enunciazione nel suo *contesto verbale e situazionale*, nei suoi rapporti di traduzione endosemiotica e intersemiotica.

8) La molteplicità delle lingue (e il “plurilinguismo interno” ad ogni lingua), l’“enigma di Babele” – che, malgrado l'insistenza sul “carattere creativo del linguaggio” (verbale), la linguistica di Chomsky, che fa ricorso al presupposto di una innata (cartesianamente)

Grammatica universale, non può riuscire a spiegare –, è l'espressione della capacità della modellazione umana di inventare più mondi, ossia della sua disposizione al “gioco del fantasticare” (PEIRCE) o, come direbbe Vico, della “logica poetica” propria dell'essere umano.

9) Il linguaggio oltre a, e prima ancora di, presentarsi come verbale e di svolgere, attraverso il verbale, funzioni comunicative che incrementano e rinnovano qualitativamente anche quelle dei comportamenti segnici non verbali (che dunque si presentano anch'essi come “linguaggi”), è una *procedura* – preferiamo questa espressione a quella di “sistema”, ripresa da Thomas A. Sebeok dalla semiotica di Mosca-Tartu – *modellizzante*, un modello di costruzione del mondo.

La sua funzione specifica è quella di significare, di interpretare, di conferire senso.

10) Tutti gli animali hanno modelli di costruzione del mondo, e il linguaggio è quello dell'uomo, che però differisce totalmente dalle procedure di modellazione degli altri animali, mentre non differiscono i *tipi* di segno che esso impiega (icone, indici, simboli, ecc.). La sua caratteristica specifica è l'articolazione, la *sintattica*, una procedura combinatoria che permette di utilizzare un numero finito di elementi per produrre un numero illimitato di sensi e di significati.

11) L'articolazione del linguaggio verbale (la doppia articolazione di Martinet) è un aspetto della procedura modellizzante del linguaggio, che articola il mondo per differenziazione e differimento.

12) In quanto *sintattica*, la modellazione del linguaggio si serve di pezzi che possono essere messi insieme in un numero infinito di modi. In tale maniera, essa può dar luogo a un numero indeterminato di modelli che si possono smontare per costruire con gli stessi pezzi modelli diversi.

Perciò, come dice Sebeok, in virtù del loro linguaggio gli uomini possono non solo produrre il loro mondo, come gli altri animali, ma anche un numero infinito di mondi possibili: “è il gioco del fantasticare” (espressione di Peirce divenuta il titolo di un libro di Sebeok), che svolge un ruolo importante nella ricerca scientifica e in ogni forma di investigazione, come pure nella simulazione, dalla menzogna alla fiction, e in ogni forma di creazione artistica.

La “creatività” che Chomsky considera come carattere specifico del linguaggio verbale è invece in esso derivata, mentre è

propria del linguaggio come procedura primaria di modellazione. L'a priori non è il parlare. L'a priori è il linguaggio come modellazione primaria.

13) Il linguaggio è un congegno di modellazione (*modelling device*), di cui era già dotato, anche se certamente in maniera non sviluppata, il primo ominide, ed è questa originaria “dotazione” della specie umana a spiegarne lo sviluppo fino all'*Homo sapiens* (v. SEBEOK, 1994, p. 117-128).

Il linguaggio (il sistema primario di modellazione della specie *Homo*) è apparso e si evoluto per adattamento, molto prima del parlare, nel corso dell'evoluzione della specie umana fino all'*Homo sapiens*. Il linguaggio non fu in origine un congegno comunicativo.

Anche Chomsky sostiene il carattere non essenzialmente comunicativo del linguaggio, ma dicendo “linguaggio” Chomsky vuol dire “linguaggio verbale”, “parlare”, ciò che Sebeok chiama *speech*.

Per Sebeok invece il linguaggio verbale ha, fin dalla sua apparizione per adattamento, una specifica funzione comunicativa.

La teoria del linguaggio verbale di Chomsky non tiene conto della differenza tra *linguaggio* come modellazione primaria e *linguaggio verbale*, e senza questa differenza non è possibile spiegare adeguatamente né l'origine, né il funzionamento del linguaggio verbale.

14) Il linguaggio verbale, il parlare, si sviluppò dal linguaggio inteso come dispositivo modellizzante in seguito all'evoluzione delle capacità fisiche e neurologiche, che resero possibile l'impiego del linguaggio per la comunicazione vocale.

Il parlare, come il linguaggio, è apparso anch'esso per adattamento, ma con funzione comunicativa, e molto tempo dopo rispetto al linguaggio, precisamente con la comparsa dell'*Homo sapiens*.

15) Nel corso dell'evoluzione della specie umana per un processo di “exattamento” (*exaptation*) anche il linguaggio assunse funzioni comunicative potenziando quelle del parlare, e il parlare assunse funzioni di modellazione potenziando quelle del linguaggio e realizzandosi quindi in ciascuna delle molteplici lingue.

“Exattato” per la comunicazione verbale prima nella forma di linguaggio verbale orale e poi di linguaggio verbale scritto, il linguaggio permise anche il rafforzamento delle capacità umane di

comunicazione non verbale dando luogo a un ampio e complesso sviluppo di linguaggi non verbali.

Il parlare, a sua volta, fu “exattato” per la modellazione e quindi per funzionare, in quanto lingua, come sistema secondario di modellazione.

In tal modo, il parlare, oltre a incrementare la capacità di comunicazione e a potenziare quelle dei linguaggi non verbali favorendone anche la specializzazione e proliferazione, sviluppò la capacità semiotica dell’uomo sul piano conoscitivo, organizzativo, inventivo, ecc.

16) Come abbiamo già accennato in (13), c’è una certa confusione nella tesi di Chomsky secondo cui la comunicazione non è la funzione specifica del linguaggio. Quando Chomsky nega al linguaggio la funzione comunicativa come funzione specifica non si riferisce affatto al linguaggio come modellazione primaria.

Chomsky quando dice “linguaggio” dice “linguaggio verbale”, anzi si riferisce particolarmente al parlare, la cui funzione originaria, che ne ha determinato la formazione e lo sviluppo, è invece proprio quella comunicativa.

17) A Chomsky manca il concetto di modellazione, che invece è presente nella teoria, diametralmente opposta a quella chomskiana, di Sapir e Whorf, nota come “teoria della relatività linguistica”, la quale però non facendo risalire la modellazione (secondaria) delle lingue a quella (primaria) del linguaggio non spiega la diversità e la molteplicità delle lingue e inoltre tende presentarle come universi chiusi.

18) Quando per spiegare le grammatiche particolari delle lingue, risale dalle lingue al linguaggio, Chomsky descrive il linguaggio in termini di “facoltà” innata, piuttosto che di sistema specie-specifico di modellazione, di raffigurazione del mondo; e anche quando usa l’espressione “grammatica” per riferirsi al linguaggio (“grammatica universale” distinta dalle grammatiche delle diverse lingue), termine che andrebbe bene per indicare il carattere modellizzante e la funzione trascendentale del linguaggio, pensa alla grammatica nel senso di quella secondo lui deputata alla generazione delle frasi delle diverse lingue, e che quindi è dotata, come questa, di un componente fonologico, un componente sintattico e un componente semantico, con la sola differenza che si tratta di una grammatica

universale.

19) Chomsky nega la funzione comunicativa al linguaggio verbale per isolare le lingue dal contesto storico-sociale (non è casuale la sua negazione del valore di scienza alla sociolinguistica) e per attribuire loro un'assoluta autonomia dai linguaggi non verbali, come se fossero possibili percorsi interpretativi fatti unicamente di segni verbali, di rinvii da interpretanti verbali a interpretanti verbali (le sue strutture superficiali e profonde).

20) La mancanza di distinzione fra “linguaggio” e “linguaggio verbale” dà luogo, in chi come Lieberman (1975) cerca di spiegare l'origine del linguaggio impiegando concetti della teoria chomskiana, a forme di “riduzionismo psicologico”, secondo il quale “complessi processi antropogenici vengono riassunti nello sviluppo lineare di certe capacità cognitive, descritte per giunta nel linguaggio della sintattica tradizionale” (ROSSI-LANDI).

21) Come con la sua teoria del *linguaggio come lavoro* propone Rossi-Landi a partire dai suoi scritti degli anni Sessanta, si tratta di passare, nello studio del linguaggio, dal livello della descrizione del comportamento linguistico (comportamentismo), dal livello dell'uso linguistico (WITTGENSTEIN), dal livello del linguaggio ordinario (filosofia oxoniense), dal livello dello “stato di una lingua determinata” (SAUSSURE), dal livello dell'analisi tassonomica (MARTINET) e da quello della “visione del mondo” di una data lingua (teoria della relatività linguistica di Sapir e Whorf) al livello della esplicitazione delle strutture e dei processi di cui le lingue sono il prodotto.

Si tratta della questione del superamento delle teorie del linguaggio di tipo descrittivistico, ma anche della teoria chomskiana, che, pur orientata in senso esplicativo e genealogico, ritiene di dover descrivere una grammatica universale innata che è in effetti il risultato dell'ipostatizzazione della stessa lingua che dovrebbe spiegare.

Usando la terminologia ripresa dalla critica di Marx all'economia politica, Rossi-Landi imposta il problema come necessità di uno spostamento dello studio del linguaggio verbale dal livello del *mercato linguistico* a quello del *lavoro linguistico*.

22) La modellazione lavora ciò che Hjelmslev chiama “materia” (*purport*), cioè un *continuum* amorfo sia sul piano acustico sia su quello semantico, sul quale vengono tracciati dei confini e

ritagliati tratti e forme tramite l'“azione formativa del linguaggio”. Il linguaggio articola l'indistinta materia dell'espressione e del contenuto in differenti modi a seconda delle differenti lingue. Per usare la terminologia di Rossi-Landi, il “lavoro linguistico” produce differenti paradigmi corrispondenti ai vari mondi delle diverse lingue.

La stessa cosa avviene nell'articolazione e organizzazione del *continuum* sociale delle diverse culture, per esempio nei sistemi di parentela analizzati da Lévi-Strauss.

Sulla “materia” nel senso di Hjelmslev, il “linguaggio” umanocome procedura modellizzante, come scrittura *ante litteram*, produce interpretati e interpretanti sul piano del contenuto e sul piano dell'espressione.

Così, per il lavoro linguistico depositato nelle diverse lingue, “come la stessa sabbia si può mettere in stampi diversi, come la stessa nuvola può assumere sempre nuove forme, così la stessa materia può essere formata o ristrutturata diversamente in lingue diverse” (HJELMSLEV).

23) La creatività del linguaggio verbale e la sua capacità di autonomizzarsi dalla funzione comunicativa, come pure la capacità della scrittura di affrancarsi dalla sua funzione (mnemotecnica) di *trascrizione* del linguaggio verbale orale e di presentarsi come scrittura creative (la *scrittura letteraria*), dipendono dal loro essere impiantate sulla modellazione del linguaggio che si caratterizza per la sua capacità di innovazione e inventiva senza limiti interni.

24) La riflessione sul linguaggio e sul parlare permette di comprendere in che cosa consista l'essere “sapiens”, anzi “sapiens sapiens”, con cui viene caratterizzato l'uomo nella stadio più elevato della sua evoluzione.

L'uomo è l'unico animale capace di “semiotica”, cioè di riflessione sull'uso dei segni, sulla semiosi, mentre condivide quest'ultima con tutti gli esseri viventi (v. DEELY, PETRILLI, PONZIO, 2005).

25) Il linguaggio verbale gioca in tutto questo un ruolo fondamentale. Esso è la forma di esistenza della coscienza e del pensiero, ma “non è la sua origine” (ROSSI-LANDI).

26) In quanto strutturale ed esplicativa, la teoria linguistica è ipotetico-deduttiva, ovvero “abduktiva” (PEIRCE), nel senso che si presenta come un insieme di ipotesi, le quali, pur avendo a che fare con

oggetti, proprietà e rapporti non immediatamente dati all'osservazione diretta, cioè con costrutti, con strutture, partono tuttavia dalla osservazione di fenomeni empirici e devono essere verificate in base ad essi.

27) Il carattere ipotetico-deduttivo della teoria linguistica comporta che essa debba essere “bigraduale” (SHAUMJAN, 1970) nel senso che non può immediatamente, direttamente specificare, caratterizzare aspetti, rapporti e proprietà del linguaggio verbale, ma deve procedere in *due momenti distinti*, assumendo, nel primo, come oggetto d'analisi *oggetti linguistici ideali* – per il fatto stesso che si considera il linguaggio verbale dal punto di vista semiotico e dunque in base a modelli generali di segno e di linguaggio – e, nel secondo, verificando la validità di tali oggetti per l'analisi di *fenomeni linguistici concreti*.

Uno dei limiti fondamentali della teoria linguistica chomskiana consiste appunto nella confusione di questi due piani di astrazione linguistica attribuendo al linguaggio verbale caratteristiche che invece riguardano il piano della idealizzazione e, viceversa, scambiando, per leggi e strutture universali del linguaggio verbale modalità e caratteristiche specifiche di una lingua particolare, precisamente della lingua inglese (ne è prova il fatto che le frasi-esempio di Chomsky, che sono in lingua inglese, non funzionano più come tali se tradotte in un'altra lingua).

28) I limiti delle teorie generative sia di Chomsky sia di Shaumjan (1970) consistono soprattutto nel fatto che il loro carattere esplicativo si riduce alla deduzione degli oggetti linguistici astratti del livello tassonomico dell'analisi linguistica facendo derivare gli uni dagli altri, cioè attraverso un gioco di rinvii che resta sul piano della linguistica tassonomica stessa. Entrambe le teorie non prendono in esame altra dimensione del linguaggio verbale se non quella della lingua quale è data nella prospettiva delle grammatiche tassonomiche.

Nella teoria del linguaggio verbale, la lingua va considerata nella totalità alla quale di fatto appartiene, cioè nell'*universo segnico sociale*.

Ciò non soltanto perché nello studio del verbale non si può prescindere dalla sua dimensione semiotica e dunque da un modello generale di segno, ma anche perché la lingua si produce e si sviluppa in rapporto agli altri sistemi segnici sociali con i quali di fatto si trova ad

operare (v. SHAUMJAN, 1970).

29) Oltre che strutturale, esplicativa, ipotetico-deduttiva (abduktiva), la teoria del linguaggio verbale deve svolgere una funzione critica.

Si stabilisce così uno stretto rapporto fra studio del linguaggio verbale e critica dell'*ideologia* intesa come *progettazione sociale*, che invece in Chomsky vengono mantenuti separati.

Ciò vale anche per lo studio dei linguaggi non verbali, ma il segno verbale ha un maggiore ruolo in rapporto all'*ideologia*, perché è il materiale stesso di cui sono fatte le nostre idee e la nostra coscienza.

Una teoria esplicativa del linguaggio verbale non può esserlo fino in fondo se non presentandosi anche come critica dell'*ideologia*.

30) Nella situazione sociale odierna, l'*ideologia* che risulta dalla progettazione più ampia e più aderente alla comunicazione-produzione della fase attuale del capitalismo è quella che si presenta come *ideo-logica* della *globalizzazione*. Una teoria del linguaggio non può quindi oggi prescindere da un'analisi critica di tale *ideologia* alla quale le lingue, contestualizzate come sono nella *globalizzazione*, tendono ad essere rese funzionali.

31) Ciò che Rossi-Landi chiama *produzione linguistica*, *lavoro linguistico*, *capitale linguistico*, considerandone i rapporti di omologia con la *produzione materiale*, risulta oggi fattore fondamentale della riproduzione sociale. Ad esso si riferiscono espressioni ormai di uso comune come "risorsa immateriale", "capitale immateriale", "investimento immateriale".

La produzione materiale e la produzione linguistica, che non molto tempo fa apparivano separate sotto forma di lavoro manuale e lavoro intellettuale, al punto da doverne ricercare il rapporto in termini di omologia a livelli profondi di ordine genetico e strutturale, si sono oggi congiunte saldamente.

Il computer, unità di *hardware* e *software*, rende ormai eclatante la connessione di lavoro e artefatti materiali e di lavoro e artefatti linguistici, ed evidenzia, al tempo stesso, la superiorità valorizzante e il carattere trainante, nella produzione e nello sviluppo, del lavoro linguistico, del "lavoro immateriale".

Riferimenti bibliografici

BAKHTINE, Mikhail Mikhailovich. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

CHOMSKY, Noam Avram. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. New York: Praeger Publishers, 1985.

DEELY, John; PETRILLI, Susan; PONZIO, Augusto. *The Semiotic Animal*. New York/Ottawa/Toronto: Legas, 2005.

DUVAKIN, Viktor. *Mikhail Bakhtin em Diálogo*. Conversas de 1973 com Viktor Duvakin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2008.

GOULART RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor. (Org.). *Mikhail Bakhtin*. Linguagem, Cultura e Mídia. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO. *O Espelho de Bakhtin*. São Carlos, Pedro & João Editores. 2008.

HJELMSLEV, Louis. *I fondamenti della teoria del linguaggio*. Torino, Lepschy: Einaudi, 1968.

LIEBERMAN, Philipe. *On the Origins of Language: an introduction to the evolution of human speech*. New York: Macmillan, 1975.

MIOTELLO, Valdemir. *Olhando a própria língua com múltiplos olhares*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

PAULA, Luciane de; STAFUZZA, Grenissa. (Org.). *Círculo de Bakhtin: Teoria inclassificável*, vol. 1. Campinas, Mercado de Letras, 2010.

PEIRCE, Charles Sanders. *Caso, amore e logica*. Torino: Taylor, 1956.

_____. *Collected Papers*, voll. 1-8, a cura di C. Hartshorne, P. Weiss, e A. W. Burks. The Belknap Press of Harvard University Press: Cambridge (Mass.), 1931-1958.

_____. *Opere*. Milano: Bompiani, 2003.

PONZIO, Augusto. *In altre parole*. Milano: Mimesis, 2011.

- _____. *Interpretazione e scrittura*. Lecce: Pensa Multimedia, 2011.
- _____. *Encontros de palavras*. O outro no discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- _____. *Procurando uma palavra outra*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.
- _____. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2008.
- _____. *Testo come ipertesto e traduzione letteraria*. Rimini: Guaraldi, 2005.
- _____. *Linguaggio e relazioni sociali*. Bari: Graphis, 2006.
- _____. *Fuori luogo*. L'esorbitante nella riproduzione dell'identico. Roma: Meltemi, 2007.
- _____. *Linguistica generale, scrittura letteraria e traduzione*. Perugia: Guerra, 2007.
- _____. *A mente. Processi cognitivi e formazione linguística*. Perugia: Guerra Edizioni, 2007.
- _____. *Linguaggio, lavoro e mercato globale. Rileggendo Rossi-Landi*. Milano: Mimesis, 2008.
- _____. *La dissidenza cifrematica*. Milano: Spirali, 2008.
- _____. *Da dove verso dove. La parola altra nella comunicazione globale*. Perugia: Edizioni Guerra, 2009.
- _____. *Enunciazione e testo letterario nell'insegnamento dell'italiano come LS*. Perugia: Edizioni Guerra, 2010.
- _____. *Il linguaggio e le lingue*. Bari: Graphis, 2010.
- ROSSI-LANDI, Ferruccio. L'autore tra riproduzione sociale e discontinuità. *Lectures*, 15, (pubbl. nel 1985), 1984, p.149-172.
- _____. *Metodica filosofica e scienza dei segni*. Milano: Bompiani, 1985.
- _____. *Between Signs and Non-Signs*. A cura di Susan Petrilli. Amsterdam: John Benjamin, 1992.

_____. *Semiotica e ideologia* (1ª ed. 1972). A cura di A. Ponzio. Milano: Bompiani, 1994.

_____. *Significato, comunicazione e parlare comune* (1ª ed. 1961). A cura di A. Ponzio. Venezia, Milano: Marsilio, 1998.

_____. *Il linguaggio come lavoro e come mercato* (1ª ed. 1968). Introd. a cura di A. Ponzio. Milano: Bompiani, 2003.

_____. *Ideologia* (1ª ed. 1978). Roma: Meltemi, 2005.

SAUMJAN, Sebastian K. *Linguistica dinamica*. Bari: Laterza, 1970.

SEBEOK, Thomas Albert. *Signs. An Introduction to Semiotics*. Toronto: Toronto University Press, 1994.

VAUTHIER, Bénédicte. (Ed.). Bakhtine, Volochinov et Medvedev dans lês contextes europèen et russe. *Sclavica Occitania*, 25. Université Toulouse II, 2007.

VICO, Giambattista. *Principj di Scienza nuova*. Torino: Einaudi, 1976.

Rinvio, per ulteriori approfondimenti e argomentazioni, a *Fundamentos da Filosofia da linguagem* (in collab. con Patrizia Calefato e Susan Petrilli) trad. in portoghese di E F. Alves, con una Itroduzione di A. Ponzio all'edizione brasiliana. Petrópolis-RJ, 2007, p. 9-68.

Recebido em 15 de julho de 2010

Aceito em 18 de julho de 2010

AGIR E TRANSFORMAR ATRAVÉS DO DISCURSO: LULA NO CONTEXTO DO NOVO CAPITALISMO

ACTING AND TRANSFORMING THROUGH THE SPEECH: LULA IN THE CONTEXT OF THE NEW CAPITALISM

*Aline do Nascimento DUARTE**

Resumo: Através da teoria social do discurso, procura-se mostrar que o discurso é um modo de ação que transforma a sociedade e é por ela transformado. Está ocorrendo uma transformação social rápida e muito profunda na era do novo capitalismo que pode ser ilustrada pela competência discursiva de Lula, que apresenta mais estratégias de convencimento em detrimento de um discurso que apenas se molda pela modalidade padrão da língua.

Abstract: Through the social discourse theory, we try to show that the speech is a way of action that transforms the society and is transformed by it. It's happening a fast social and a very deep transformation in the age of new capitalism that can be illustrated by Lula's discursive competence, which presents more convincing strategies instead of a speech that only shapes by the standard mode of language.

Palavras-Chave: discurso político; teoria social; competência comunicativa.

Keywords: political discourse; social theory; communicative competence.

Das palavras iniciais

Partindo da concepção tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001), este artigo pretende mostrar como o discurso desencadeia práticas sociais, na medida em que muda a sociedade e é, ao mesmo tempo, mudada por ele. Para tanto, far-se-á uma análise sobre a competência discursiva do Presidente Luiz Inácio da Silva, tendo como suporte teórico a Análise do Discurso Crítica, além da Sociolinguística Interacional, no que tange a competência comunicativa, proposta por Dell Hymes (1972).

Fairclough, ao propor a teoria social do discurso, quer fazer entender que o uso da linguagem é uma prática social, um modo de ação historicamente situado, constituído socialmente e de identidades

* Mestre em Linguística pela Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil, em 2008. Contato: alinenasduarte@gmail.com.

sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Desta forma, há uma relação dialética entre o discurso e a sociedade: “o discurso é moldado pela estrutura social, mas é também constitutivo da estrutura social” (RAMALHO & RESENDE, 2006, p. 26-27).

Sobre o uso do termo *discurso*, Fairclough (2001, p. 90-91) diz:

Ao usar o termo ‘discurso’, proponho considerar o uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. [...] Segundo, implica uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis: pela classe e por outras relações sociais em um nível societário, pelas relações específicas em instituições particulares, como o direito ou a educação, por sistemas de classificação, por várias normas e convenções, tanto de natureza discursiva como não-discursiva, e assim por diante.

O discurso é, assim, analisado, na Análise do Discurso Crítica (ADC), segundo três dimensões: o texto, a prática discursiva e a prática social. Na prática linguística (texto), há quatro categorias a serem analisadas: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual; a prática discursiva envolve os processos de produção, distribuição e consumo de textos, a intertextualidade, a força dos enunciados e da coerência; a prática social, por sua vez, refere-se às categorias de ideologia (sentidos, pressuposições, metáforas) e de hegemonia (orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas). Vale ressaltar que tal divisão não implica separar as dimensões de análise citadas, haja vista que elas se apresentam intimamente interligadas.

Trata-se de um método de análise “que privilegia a articulação entre práticas sociais na análise, que representa, sobretudo, um movimento do discurso para as práticas sociodiscursivas” (RAMALHO & RESENDE, 2006, p.146). Isto implica que o discurso se aprende através da prática social e, ao mesmo tempo, as

desencadeia. Sendo assim, a referida concepção de discurso é inovadora ao propor examinar em profundidade não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social (cf. MAGALHÃES, 2001, p. 11). Então, a ADC analisa o discurso tendo como foco, além dos mecanismos de reprodução, as mudanças discursiva e social.

Saliente-se, desta forma, a importância da teoria social no que se refere à pesquisa linguística, como bem comenta Silva (2003, p. 57), uma vez que possibilita o enfoque da gramática na arquitetura do texto. Tal enfoque é associado a uma postura crítica de práticas linguísticas que podem levar a mudanças discursivas e sociais. Saliente-se que a combinação entre a análise linguística e a teoria social se fundamenta no sentido sócio-histórico do discurso conjugado com o sentido de interação, dimensões que fazem da língua um contrato social.

Desta feita, a ADC centra-se em uma perspectiva científica de crítica social que tem como objetivo prover base científica para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e de poder (cf. FAIRCLOUGH, 2003).

A modernidade líquida

Percebe-se, ao tomar o discurso como modo de ação sobre a sociedade, que é por ela moldado, que, neste contexto de “modernidade líquida” (cf. BAUMAN, 2001), está havendo uma profunda transformação na sociedade. Bauman (2001, p.37) evidencia que “[...] ser moderno significa estar sempre à frente de si mesmo, num Estado de constante transgressão (...); também significa ter uma identidade que só existe como projeto não-realizado”.

Desta forma, estamos em uma época em que a globalização e as novas tecnologias trazem tantas possibilidades a seguir e tantos são os riscos a se correr. É a sociedade do “cada um por si”, em que vencer na vida se torna a ordem do dia.

Essas características da modernidade² líquida (tardia, leve) são refletidas pela ADC. Além disso, elas são alimentadas por teorias de Giddens, segundo o qual modernidade tardia é a presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização dos traços básicos da modernidade: separação de tempo e espaço, mecanismos de desencaixe e reflexividade institucional (GIDDENS, 1991).

Segundo Giddens (2002, p. 25), a reflexividade institucional, característica da modernidade tardia, ou a modernização reflexiva nos termos de Giddens, Beck, Lash, (1997), é considerada “a terceira maior influência sobre o dinamismo das instituições modernas”, além da separação entre espaço/tempo e dos mecanismos de desencaixe³ que a derivam, haja vista que as sociedades modernas mantêm uma dependência de modos de se interagir, nos quais estão separadas temporal e espacialmente (GIDDENS, 2002, p. 26).

Sobre a reflexividade da vida social, Ramalho & Resende (2006, p.31) dizem que “refere-se à revisão intensa, por parte dos atores sociais, da maioria dos aspectos da atividade social, à luz de novos conhecimentos⁴ gerados pelos sistemas especialistas”. As autoras dizem ainda que Chouliaraki e Fairclough (1999) consideram que a reflexividade, inerente à ação humana, foi “externalizada” na modernidade.

Vale acrescentar ainda a discussão de Ramalho e Resende (2006, p.32-33), sobre o conceito de reflexividade:

É com base no conceito de reflexividade que Giddens vê as identidades como uma construção reflexiva, em que as pessoas operam escolhas de estilos de vida, ao contrário das sociedades tradicionais, em que as possibilidades de escolha são pré-

² Segundo Giddens (1991, p. 11), “modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”.

³ “Deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 29).

⁴ A maioria desses conhecimentos está disponível na mídia como formas simbólicas e que são desencaixadas de lugares de origem e recontextualizadas em vários outros contextos.

determinadas pela tradição. O problema imediato da teoria de Giddens é que ele se concentra nos aspectos ‘positivos’ da nova ordem. Nesse sentido, Giddens privilegia as ‘oportunidades’ geradas pela globalização, ainda que essas oportunidades sejam para uma minoria, em detrimento de uma maioria para quem restam os ‘riscos’.

Comungamos com a assertiva das autoras supracitadas que a autorreflexividade só é pertinente em algumas parcelas da população. Se considerarmos o cenário brasileiro, podemos perceber que uma pouca minoria tem acesso às inúmeras escolhas colocadas pelo contexto globalizado do novo capitalismo. Não nos esqueçamos que aqueles que sempre estiveram à margem da sociedade, como o homem do campo, o imigrante nordestino, o negro, para citar apenas alguns exemplos, não têm ainda tantas possibilidades de escolhas, para eles há mais riscos a seguir: o homem do campo que sai da zona rural para a cidade dificilmente consegue ter sucesso; o nordestino é geralmente marcado por um grande preconceito social.

Desta forma, o conceito de reflexividade de Giddens não atende a toda população mundial, pois a maioria vive sob o peso do risco, cuja noção teve origem no período moderno em decorrência da compreensão de que resultados inesperados podem ser consequência de nossas próprias atividades ou escolhas, ao invés de tratar de significados ocultos da natureza (GIDDENS, 1997, p. 107).

As transformações no setor da política

“Os meios de comunicação constroem discursivamente uma espetacularização dos acontecimentos” (GREGOLIN, 2003, p. 10) e, para compreender isto se faz necessário compreender as práticas sociais que a criam. Para este trabalho, deter-nos-emos nas práticas sociais que envolvem a política, espaço em que várias transformações nas práticas discursivas podem ser observadas.

Segundo Courtine (2003, p. 21), nas sociedades ocidentais, o discurso político está em crise. E tal constatação é extraída dos meios de comunicação de massa, principalmente da televisão, lugar onde ocorre uma modificação profunda da eloquência política. Observemos o que o autor nos diz sobre isso:

O descrédito dos enunciados políticos se desenvolveu na França a partir dos anos 70 com a crítica antitotalitária das ‘línguas de madeira’ e se estendeu durante os anos 80 a toda forma longa e monológica da fala pública. Opõe-se a esse tipo de fala, entretanto, uma outra política da fala: aquelas formas breves, das fórmulas, das pequenas frases. Uma fala política cambiável, fluida, imediata, que se prende ao instante antes de se inscrever na memória, privilegiando antes a astúcia verbal do que a estratégia discursiva. Fala dialógica, feita de jogos de linguagem, de trocas conversacionais: a fala pública conhece uma profunda transformação enunciativa, que a torna uma fala breve, interativa, descontínua, fragmentada. Um discurso no qual ressurgiria enfim o indivíduo falante, enquanto o aparelho político se apagaria: as vozes não seriam mais anônimas, cada um falaria em seu nome.

Há, assim, segundo o mesmo autor, uma submissão do discurso político a uma dupla exigência. Por um lado, uma injunção à verdade: ele é então o “falar verdadeiro”, por outro, um imperativo de simplicidade: ele é o “falar francamente”, língua cotidiana das ideias políticas.

Jean-Jacques Courtine (2003) focaliza os debates políticos⁵ na televisão e mostra as transformações das falas políticas: é a espetacularização da política que exige uma nova fala pública, **cambiável, fluida, imediata**. Desta forma, há um afastamento daquele debate político que aprofunda propostas de governo, estilo extremamente adequado à televisão com sua valoração das performances exuberantes que faz com que a aparição de políticos se transforme em um espetáculo para o grande público (GREGOLIN, 2003, p. 13-14).

Instaura-se, então, uma distância próxima e uma proximidade longínqua entre político e telespectador. Segundo Gregolin (2003, p.13), “políticos oscilam entre heróis de novelas e mercadorias à venda”. Em outras palavras, em meio às tecnologias audiovisuais de comunicação política, há uma relação de proximidade longínqua. Longínqua por ser o processo de produção da imagem invisível (encenação do político rigorosamente controlada) para quem a

⁵ Sobre isso Bolívar Lamounier (Revista *Época*, 6/11/06, p. 37-38), cientista político, fala que “o espectador diz que quer ouvir propostas, mas se os candidatos comessem a discutir a sério os programas de governo ele desligaria a televisão”.

contempla. Além disso, tal imagem não passa de uma aparência que o eleitor tenta examinar o mais próximo possível. Desta forma, a política televisiva não passa de uma simples aparência, puro espetáculo, uma vez que acaba se assemelhando às campanhas publicitárias.

Poder-se-ia dizer, então, que está havendo, assim como em outros setores, uma transformação da Política para política como mercado e o cidadão como consumidor. Lembre-se do slogan da campanha/2006 do presidente Lula: “Não troco o certo pelo duvidoso”. Ora o verbo *trocar* neste enunciado nada mais carrega o sentido de *troca de mercadoria*: o produto que o consumidor/ eleitor tem a disposição há quatro anos é de confiança, para que fazer troca por algo duvidoso?

Isto evidencia um dos traços da linguagem do novo capitalismo, em que ocorre um processo de mercantilização do discurso público.

Antes, porém, de prosseguir essa discussão, vale fazer mais algumas considerações sobre a Análise Crítica do Discurso. Segundo Fairclough (2001b, p. 35),

Por análise ‘crítica’ do discurso quero dizer análise do discurso que visa a explorar sistematicamente relações frequentemente opacas de causalidades e determinação entre (a) práticas discursivas, eventos e textos, e (b) estruturas sociais e culturais, relações e processos mais amplos; a investigar como essas práticas, eventos e textos surgem de relações e lutas de poder, sendo formados ideologicamente por estas; e a explorar como a opacidade dessas relações entre o discurso e a sociedade é ela própria um fator que assegura o poder e a hegemonia.

Desta forma, as transformações no discurso público, político, seriam para a ADC o foco de análise primeira, pois preocupar-se com a mudança tem uma orientação dupla: de um lado, em direção da especificidade dos eventos discursivos particulares, de outro, em direção às ordens do discurso em um prazo mais longo (cf. FAIRCLOUGH, 2001b, p. 38).

A mercantilização do discurso político ilustra essa discussão de Fairclough, bem como o processo de “informalização” pela qual passa tal discurso, que o autor acima chama de “conversacionalização” do discurso público.

O discurso lulista

Antes de começarmos a fazer algumas considerações sobre o discurso do Presidente Lula, lembremo-nos de sua saga rumo à presidência da República do Brasil: imigrante nordestino, torneiro mecânico, sindicalista, político fundador do PT e presidente da República.

Desde que Lula ganhou as eleições em 2002, o então presidente foi sendo alvo de muitas críticas, principalmente de puristas da língua, que constantemente o criticavam por falar, por exemplo, “menas” em detrimento de “menos”, como em “Lembra quando eu falava ‘menas’ laranjas?” [virando-se para o escritor e compositor Chico Buarque de Hollanda] (exemplo retirado da revista *Língua Portuguesa*, ano 1, nº4).

É bem verdade que Lula vem se esforçando para falar o português padrão, mas a questão é que, mesmo passando por transformações em seu discurso, ele ainda consegue ser aceito pela massa da população, que é de fato a maior parcela em detrimento de uma minoria da elite da sociedade. Tanto é verdade que conseguiu dar uma virada no segundo turno nas eleições do ano de 2006 e ganhar a reeleição.

Lula é um exemplo muito pertinente quando estamos aqui discutindo uma perspectiva crítica de análise. Já discutimos que a linguagem é um modo de ação e, que a Análise do Discurso Crítica se centra nas práticas sociais. Se pensamos, então, em linguagem como prática social, estamos querendo fazer entender que o discurso molda a sociedade e é moldado por ela. É essa a proposta de Fairclough: estudar o discurso também em uma perspectiva de mudança social.

Lula não foi aceito quando concorreu à presidência com Fernando Collor de Melo, tampouco conseguiu derrotar Fernando Henrique Cardoso, o primeiro destacável pela sua ótima aparência; o segundo, um sociólogo formado. Ambos, detentores da norma linguística de prestígio: o português padrão. Mas, em 2002, ao concorrer com o candidato do PSDB José Serra, conseguiu ganhar as eleições com milhares de votos. E, em 2006, mesmo com os escândalos que ocorreram em seu governo desde 2005, conseguiu se reeleger.

Isto nos leva a fazer várias considerações.

Primeiro, o presidente se elegeu apesar de não dominar a norma purista da língua portuguesa. Segundo, mesmo tendo tido várias transformações em sua linguagem, como por exemplo, deixar de usar “menas”, ele ainda usa uma linguagem muito próxima da do modelo da oralidade. Terceiro, Lula tem muito carisma e deixa transparecer seu lado humanista com os mais necessitados, visto que ele também veio das camadas populares.

Tais constatações nos levam a crer que os candidatos que antes ganhavam as eleições com seus rebuscados discursos não convencem mais. Em outras palavras, saber argumentar com vistas à persuasão não significa necessariamente dominar a variedade padrão da língua. Isto depende da consciência política que o presidenciável tem. Dessa forma, depois de vários anos tentando conquistar o povo brasileiro, ele finalmente conseguiu ter seu discurso legitimado.

Cabe aqui fazer um diálogo entre a análise crítica e alguns dos pressupostos teóricos da Sociolinguística interacional, cujo precursor John Gumperz (1988) considera que o pressuposto básico para que ocorra uma comunicação efetiva, é que haja “competência comunicativa” (cf. HYMES, 1972). Esta se refere à capacidade que o indivíduo tem de conduzir os atos conversacionais, bem como a de adaptar-se às diversas situações de fala, principalmente em interações públicas e formais. Além disso, tal competência implica a assimilação do repertório da comunidade, entre elas, a norma padrão, no intuito de estar mais qualificado para responder as demandas sociais que privilegiam esta norma de prestígio. Neste sentido, o domínio desta, além das outras, é requisito básico para o processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil, a maior parte da população não tem acesso a tal variedade de prestígio, devido ao não acesso à educação formal. Este fato impede o desenvolvimento de uma competência comunicativa que integre a norma padrão, visto que as desigualdades sociais e as condições em que as classes pobres vivem não favorecem tal desenvolvimento.

Desta feita, a competência discursiva de Lula tem desempenhado um papel ainda mais convincente. Ele tem usado a língua de forma a mudar a concepção de que para chegar ao poder você precisa apenas dominar a norma padrão. Observe-se um discurso do presidente feito em campanha à reeleição em que podemos perceber

como sua variedade linguística está muito próxima da modalidade oral da língua:

A gente poderia pegar a História e iríamos perceber que, numa mesa de 12, um traiu Jesus Cristo. Aí poderia pegar a reunião dos inconfidentes, um traiu Tiradentes. E nem por isso Cristo seria menos importante, nem por isso Tiradentes deixou de ver acontecer a Independência pela qual ele foi esquartejado, sua carne salgada e pendurada nos postes. [Sobre os escândalos em sua campanha à reeleição. Durante discurso em Sorocaba, São Paulo] (Revista Época, 23/10/06, p. 22)

Nesse trecho, podemos perceber marcas de oralidade, tais como *a gente*, em detrimento de *nós*; *numa mesa*, em detrimento de *em uma mesa*. Além disso, observe-se o uso do verbo *pegar*. Este verbo, partindo da perspectiva da Linguística Sistêmica Funcional de Halliday, implica um processo material, visto que *pegar* delinea uma propriedade concreta. No entanto, quando Lula utiliza *pegar a História*, ao invés de *retomar a História*, ele torna seu discurso mais informal.

Desta forma, esses aspectos aludidos evidenciam o processo de “informalização” pela qual passa o discurso da era do novo capitalismo, discutido por Fairclough. Além disso, tais elementos constroem um sujeito discursivo que convence mais, visto que é entendido pelas massas populares. Cabe aqui salientar que o sujeito Lula, aquele proveniente das camadas mais baixas da sociedade é diferente do sujeito Lula construído no e pelo discurso (sujeito discursivo).

Outras considerações sobre o discurso do Presidente Lula

A importância do discurso na vida social transita entre a regulação e a transformação, pois no evento discursivo, normas são modificadas, questionadas ou confirmadas – em ações transformadoras ou reprodutivas. Textos como elementos de eventos sociais têm efeitos causais – acarretam mudanças em nosso conhecimento, em nossas crenças, atitudes, valores e assim por diante (FAIRCLOUGH, 2003a, em RAMALHO & RESENDE, 2006, p. 46)

Lula, entendido como um agente social, que atua na sociedade através de seus discursos, que na maioria das vezes são improvisados e detêm um estilo peculiar, foi modificando a imagem do homem político/ presidente. Pois sua imagem de homem das camadas populares, cuja linguagem se aproxima muito da maioria da população brasileira, foi cada vez mais sendo aceita pelas massas. É interessante observar que, mesmo tendo se tornado mais bem vestido nos últimos anos, sua imagem ainda preserva um traço de sua popularidade. Observe o trecho retirado da Revista *Época* (6 nov, 2006, p. 41):

Em 2004, numa conversa em Vitória com o governador Paulo Hartung e da dona Marisa sobre ternos e gravatas, o ministro Márcio Thomaz Bastos, outro que gosta de andar bem alinhado, elogiou as roupas do presidente, mas fez um reparo. “Agora só falta tirar a barba”, afirmou. “O que é isso, Márcio? Tenho uma reeleição pela frente”, disse Lula.

Ao falar “O que é isso, Márcio? Tenho uma reeleição pela frente”, Lula revela que sua barba o identifica como homem da camada popular, tornando-o mais informal além de preservar uma imagem de muita luta até chegar ao poder. O uso da barba também o diferencia, visto que candidatos como Collor, Fernando Henrique, José Serra e Alckmim não se apropriam desta aparência. A barba seria, então, um dos procedimentos de manutenção de sua popularidade, uma vez que contribui para enraizar sua identidade de homem que veio do povo, uma imagem que começou a ser construída desde sua época como líder sindicalista.

É pertinente destacar que a popularidade de Lula não se deve apenas a sua linguagem acessível e a sua aparência. Tal popularidade foi, claro, complementada e consolidada por várias medidas sociais adotadas pelo seu governo, como a campanha “Fome Zero”. Tais medidas contribuíram, por exemplo, para que a população de baixa renda tivesse acesso à carne em suas refeições. Mas, apesar da importância dessas medidas sociais implementadas durante o governo Lula, o foco deste trabalho é observar como o então presidente se constituiu no e pelo discurso.

O exotismo de Lula é altamente positivo. Tornou-se presidente de um país de 170 milhões de habitantes, tendo iniciado a vida como retirante nordestino. É um fenômeno de ascensão inédito no Brasil e

muito raro em qualquer país. Nisso está toda a carga de acertos e erros que os fascínios costumam produzir.

Nos exemplos abaixo, percebemos que o presidente se vale de metáforas, discurso messiânico, a até de paternalismo para conseguir convencer seu eleitorado:

Metáforas

“Tem jogador que pega a bola, não olha pro lado, dá uma bicuda e não marca o gol. Tem outro que olha pro lado, vê um companheiro livre, passa a bola e marca o gol. Nós não temos tempo para dar bicuda”. [Feira Nacional do Doce, em Pelotas, no dia 17 de junho, ao pedir paciência e repisar o tema de que seu governo, ao contrário dos outros, não tem direito a cometer erros]

Ramalho e Resende (2006, p. 86) explicam que “nosso sistema conceptual é metafórico por natureza”. Isto quer dizer que os conceitos estruturadores do pensamento estruturam também o modo de percebermos o mundo e de nos relacionarmos com outras pessoas de acordo com nossa experiência física e cultural.

Desta forma, através das metáforas compreendemos uma coisa em termos de outra. O discurso de Lula supracitado evidencia sua maneira de compreender seu governo: governo como jogo de futebol. Através de sua narrativa sobre o jogo, ele tenta pedir paciência e que parem de insistir no tema sobre a crise de seu governo, uma vez que este tem também direito de cometer erros.

Segundo Fairclough (2001, p.241), “as metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e *nosso sistema de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental*” (grifos nossos). Sendo assim, quando Lula se apropria de metáforas inspiradas na paixão nacional, o futebol, comparando sua equipe de governo a um time de futebol e se comparando a um treinador que aplica cartão vermelho ou amarelo a uma atitude censurável, ele consegue atingir a esfera emocional do povo brasileiro. Além disso, ele consegue se fazer entender e, conseqüentemente, convencer as massas.

Segundo Filho (Revista *discutindo* Língua Portuguesa, ano 1, nº4, p.37),

Para o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), até há pouco da ala oposicionista de seu partido, ‘Lula, melhor que ninguém, fala uma linguagem que a população entende’. E exemplifica: ‘Quando conta uma história da mãe que acendia e apagava a luz elétrica de noite era primeira vez que via o corpo de seu filho adormecido, é uma coisa que vai direto nas pessoas’ (Folha de S. Paulo, 02/07/2006)

Desta forma, as metáforas agem como argumentos de convencimento e fala mais às massas. Assim, o sujeito Lula construído no e pelo discurso consegue convencer seus eleitores por meio de argumentos que estruturam a realidade da imensa população da massa brasileira.

Discurso messiânico

A gente poderia pegar a História e iríamos perceber que, numa mesa de 12, um traiu Jesus Cristo. Aí poderia pegar a reunião dos infiéis, um traiu Tiradentes. E nem por isso Cristo seria menos importante, nem por isso Tiradentes deixou de ver acontecer a Independência pela qual ele foi esquartejado, sua carne salgada e pendurada nos postes.

[Sobre os escândalos em sua campanha à reeleição. Durante discurso em Sorocaba, São Paulo]

Pode-se dizer que esse exemplo também evidencia o gosto do presidente pelas metáforas, quando se compara a Jesus Cristo e Tiradentes traídos. Apropriou-se do estilo messiânico para falar sobre traição que sofrera pelos petistas. Lula se apossa do discurso messiânico, tentando se colocar como vítima, visto que ele foi traído como o personagem bíblico (Jesus) e o histórico (Tiradentes). Assim, ele quer que o vejam sob a lupa destes personagens.

Outra questão a ser considerada é que Lula tem um vocabulário religioso muito presente, como *Deus o abençoe*, *Se Deus quiser*, realçando sua origem de família nordestina.

Paternalismo

“Eu olho para vocês e me vejo olhando para os meus filhos. Prefiro dizer uma verdade dura para o meu povo a mentir

descaradamente”. [Na Feira Nacional do Doce, em Pelotas, no dia 17 de junho, ao apresentar-se, em tom paternal, como um político diferente dos demais, que, segundo o presidente, costumam mentir].

Neste trecho, o presidente se mostra como o pai do povo, aquele homem honesto que não caminha para o lado da mentira. Apesar de ele ser político, ele é muito mais que isso: é pai. E, no dizer dele, é isto que o difere dos demais políticos que mentem descaradamente para a população.

É relevante mencionar o que Aquino & Leitão (Revista *Época*, 6/11/06, p. 40) falam sobre a personalidade de Lula: “O sociólogo Hélio Jaguaribe afirma, a respeito do culto à personalidade: ‘Lula é o mito do Presidente-obreiro, filho de catadores de cana. Isso lhe assegura, independentemente do que faça ou deixe de fazer, a condição de herói popular, dentro e fora do Brasil’”.

Considerações finais

Feitas todas essas observações, pode-se dizer que, se o então Presidente Luiz Inácio da Silva ganhou as eleições de 2002 e foi reeleito em 2006, mesmo conservando toda a informalidade de seu discurso, as marcas de oralidade não são tão estigmatizadas como o eram antes.

Desta forma, pode-se comprovar, através da teoria social do discurso, que o discurso é um modo de ação que transforma a sociedade e é por ela transformado. Está ocorrendo uma transformação social rápida e muito profunda na era do capitalismo contemporâneo, no sentido de que se busca uma consolidação da nova ordem social, em que haja fuidez e mudança.

Buscou-se mostrar, desta maneira que a Análise do Discurso Crítica, com o auxílio da Sociolinguística Interacional, tem critérios precisos para entrar na percepção do discurso enquanto prática social. Além disso, tentou-se apresentar argumentos sobre como a competência discursiva de Lula apresenta mais estratégias de convencimento, em detrimento de um discurso que apenas se molda pela modalidade padrão da língua, evidenciando, assim, que saber argumentar, mesmo em um discurso muito próximo da modalidade oral da língua, é saber utilizar todos os recursos disponíveis para convencer.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien: Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHOULIARAKI, Lilie.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in Late Modernity: Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34 (coleção Olhares Oblíquos)

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.

_____. A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia Maria (Org.). *Reflexões sobre a análise crítica do discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001b. p. 31-82.

_____. *Analizando discursos: análise textual para pesquisa social* (2003). Cood. Tradução Josênia Antunes Vieira. (cópia cedida pela Profª Josênia Antunes Vieira)

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____; BECK, Ulrich.; LASH, Scott. (Org.). *Mordenização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Unesp, 1997.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). Apresentação. In: *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-17 (coleção Olhares Oblíquos)

GUMPERZ, John. *Discourse strategies: Studies in Interactional Sociolinguistics 1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: J. B. Pride e J. Holmes (Eds.). *Sociolinguistics*. Harmonswoth: Peguin, 1972.

MAGALHÃES, Izabel. Prefácio. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2000. p. 11-14.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise do discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Denise Elena Garcia da. Gramática e contexto na perspectiva funcional do discurso. In: LARA, Gláucia Muniz Proença; MENEGAZZO, Maria Adélia; SILVA, Denise Eelena Garcia da. (Org.). *Estudos de Linguagem: inter-relações e perspectivas*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2003. p. 55-70.

Recebido em 09 de outubro de 2010

Aceito em 02 de fevereiro de 2011

AMAZONA, DE SÉRGIO SANT'ANNA, E A RESSIGNIFICAÇÃO PELA REPETIÇÃO: REUTILIZANDO AS ESTRATÉGIAS SERIALIZANTES DA CULTURA DE MASSA NA TESSITURA DA OBRA LITERÁRIA

AMAZONA, BY SÉRGIO SANT'ANNA, AND THE RESIGNIFICATION BY REPETITION: REUSING SERIALIZED STRATEGIES OF MASS CULTURE IN TEXTURE OF LITERARY WORK

Carine Daniele FRANKE *

Resumo: O presente trabalho objetivou analisar, a partir do romance *Amazona*, de Sérgio Sant'Anna, de que forma as práticas literárias da pós-modernidade funcionam como recuperadoras de “restos culturais” com vistas à sua ressignificação. Em *Amazona*, utilizando-se de uma estrutura própria de *best-sellers*, com matriz no folhetim do século XIX, o autor rompe com a linha que separa de um lado, alta, e de outro, baixa literatura, mesclando duas formas de expressão sempre vistas como rivais.

Abstract: This study intent to examine, from the novel *Amazona*, of Sérgio Sant'Anna, how literary practices of post-modernity regain residuals processing resignification. In *Amazona*, using a structure typical of bestsellers and the model of serial of the 19th century, the author breaks with the line that separates in on side high literature and in other side low literature, merging two forms of expression always seen as rivals.

Palavras-Chave: *Amazona*, estratégias serializantes, ressignificação.

Keywords: *Amazona*, seriate strategies, resignification.

Introdução

Durante séculos, a literatura ocupou um papel relevante na vida social dos indivíduos. Hoje, no entanto, essa importância diminuiu consideravelmente em decorrência de pelo menos dois fatores: a expansão do sistema capitalista e a gradativa modernização da sociedade, responsáveis em grande parte pela transformação da literatura em uma mercadoria de consumo como outra qualquer.

* Mestre em Letras, área de concentração em Estudos Literários, pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil. Contato: ca.letas@yahoo.com.br.

Inserido o campo literário dentro do circuito do consumo em grande escala, é por volta da década de 70 que há, nesse sentido, um investimento maciço na chamada literatura de entretenimento, no *reader's digest*, de retorno rápido e lucrativo, que se enquadra dentro de um esquema de funcionamento que busca descobrir e criar ao mesmo tempo setores específicos de público e a eles *adequar* novos produtos.

É nesse sentido que se pode afirmar que a mercantilização da obra literária certamente alterou a maneira como ela passou a ser compreendida, produzida e consumida. A ficção dos anos 80 e 90, em especial, empenhada em resgatar do grande público completamente absorvido pelos *mass media* cada vez mais leitores críticos, visou não mais a escandalizar, tal como as vanguardas modernistas fizeram, mas a dialogar com o público leitor a fim de ampliar o universo da leitura. Com a convicção de que o escritor não pode simplesmente abandonar o público às armadilhas do mercado, a literatura desse período utilizou-se muitas vezes de recursos alheios à sua própria arte, em uma tentativa de despertar e sustentar no leitor o desejo e o prazer da leitura sem, no entanto, perder em qualidade, já que se recusa a qualquer padronização da escrita e à desgastada repetitividade característica da produção em série. Ao apropriar-se de elementos outros que não os de sua própria arte, a literatura contemporânea conseguiu estabelecer imbricamentos significativos também com a cultura de massa.

Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar de que forma as práticas literárias da pós-modernidade imbricam-se com a cultura de massa na medida em que funcionam como recuperadoras de “restos culturais” com vistas à sua ressignificação. A obra em análise trata-se do romance *Amazona*, do escritor brasileiro Sérgio Sant’Anna, publicado em 1986.

A literatura e os *mass media*: a reutilização de elementos próprios da cultura de massa na tessitura de obras literárias

De acordo com Calvino (1990), o mundo pós-moderno deve ser entendido como um “sistema de sistemas”, em que cada sistema particular condiciona os demais e é condicionado por eles. Nesse sentido, uma das principais características da literatura produzida nesse novo momento sócio-cultural vem a ser justamente sua “multiplicidade

discursiva”, que consiste no imbricamento de signos e discursos oriundos de diversos focos da cultura.

A literatura hoje, segundo o autor, não pode mais ser pensada isoladamente, separada de outros campos culturais, mas deve “[...] saber tecer em conjunto os diversos saberes e os diversos códigos numa visão pluralística e multifacetada do mundo.” (CALVINO, 1990, p. 127)

Dessa maneira, os ficcionistas dos anos 80 e 90, em especial, de certa forma perdidos em meio a uma nova estrutura sócio-política em transformação, destituídos de qualquer projeto no qual pudessem se engajar, acabaram por dedicar-se a experimentalismos que funcionaram como uma alternativa à ausência de padrões e projetos a serem buscados. Esses experimentalismos ocorreram não só no nível da própria linguagem, como também na inter-relação dessa com outras linguagens e discursos que não os da literatura.

É em relação a esse período em questão, especialmente, que se fala mais enfaticamente hoje no fenômeno da hibridização. A literatura, destituída de projetos mais ambiciosos, desloca-se para o simples, o comum, o cotidiano, e é nessa nova esfera que se acentuam e se redefinem suas relações com a cultura de massa. A literatura passa a introduzir em seu próprio corpo estratégias serializantes próprias dos produtos da indústria cultural, a fim de revitalizar sua técnica narrativa e também competir com esses *mass media* que asseguram a preferência nacional na vida dos sujeitos pós-modernos, a partir de um trabalho que justamente se utiliza desses meios a seu favor. O que ocorre, pois, é que o discurso narrativo apropria-se das linguagens banalizadas pela mídia, num processo altamente híbrido, configurando-se como uma ficção “impura”.

É nesse sentido que a literatura pós-moderna não pensa em repudiar a cultura de massa, mas sim conviver pacificamente com ela, utilizando-a como um chamariz para atrair cada vez mais leitores, já que o desejo de revigorar sua técnica utilizando-se de recursos estéticos próprios dos *mass media* na sua construção poética vem agora atrelado a outro não menos importante para o mundo capitalista: o de atingir um público mais vasto e assim inserir-se mais fácil e lucrativamente no mercado literário:

[...] Agora, a literatura deixa de considerar como de menor valor um discurso estético *para* as massas. Desaparece, ou se torna mais sutil, a crítica ideológica, marcante nos movimentos anteriores. Cria-se uma literatura antenada com o mercado, ou seja, uma literatura que não apenas se utiliza dos recursos linguísticos da mídia como também se interessa em atingir o mesmo público almejado por ela. (CARNEIRO, 2005, p. 24).

Desse modo, não cabe mais hoje uma diferenciação que pretenda separar de um lado alta e de outro baixa cultura. Ao invés disso, pode-se pensar em inter-relações entre essas duas modalidades de expressão, sem que sejam abolidas as características próprias de cada uma delas.

Tem-se por consenso hoje a ideia de que o romance pós-moderno, antes de tudo, tem seu fundamento na renovação da forma narrativa. É sob esse aspecto que se pode pensar a ficção pós-moderna, em particular a subsequente aos anos 80, como uma ficção eminentemente híbrida. Por híbrida entende-se aqui aquela em que o imbricamento de vários elementos oriundos de diversos focos culturais é realizado sem qualquer preocupação de ordem separatista. A hibridização dentro da obra ficcional permite a reutilização de formas heterogêneas, até mesmo antagônicas, fazendo-as conviver de maneira harmoniosa dentro do mundo diegético, sem que nenhuma delas se sobressaia ou se mostre hierarquicamente mais valorativa do que outra:

No plano cultural e artístico, admite-se, cada vez mais, que se pense a produção, e até mesmo a criação como um processo de reutilização, para não dizer de reciclagem de materiais culturais dados *a priori*. Estamos, pois, longe dos postulados de originalidade, de autenticidade, de pureza dirigidos outrora ao artista. Que se utilize a etiqueta ‘pós-moderno’ para designá-la ou não, a produção cultural desenvolveu uma tendência a se transformar numa ‘random cannibalization of dead styles’[...]. (MOSER, 1995, p. 42).

Amazona, o folhetim oitocentista e a reutilização de elementos do best-seller tradicional

Inventado inicialmente *pelo* jornal e *para* o jornal, o *feuilleton-roman*, como foi então chamado, acabou sendo o sustentáculo principal do mesmo, já que seu sucesso dependeu basicamente da

publicação desse “romance em fatias”. Nascido na França na década de 30 do século XIX, foi pensado com o intuito de democratizar o jornal e estendê-lo às classes mais populares em uma época em que a burguesia consolidava-se de maneira efetiva. No entanto, para alcançar um maior número de leitores, não bastava que se barateasse o jornal, mas fazia-se necessário também diversificar o conteúdo desse, tornando-o mais “digestivo” e de fácil entendimento para os leitores. É assim que se decide publicar contos e novelas curtas em fragmentos, de modo a que o suspense entre um número e outro funcionasse como garantia da presença do leitor na edição seguinte.

Durante toda a sua história, o folhetim passou por diversas transformações, certamente relacionadas também ao surgimento de novos veículos de comunicação de massa além do jornal, tais como o cinema, o rádio e mais recentemente a televisão. O que ocorre, pois, é que o velho folhetim está sempre a se reestruturar, “fênix eternamente renascida, com semelhanças estruturais e temáticas dentro das diferenças de história e de veículo” (AVERBUCK, 1984, p. 41).

Atentando tanto para as características formais quanto para as conteudísticas, é possível perceber-se o caráter eminentemente massificado dessa ficção. Além disso, o próprio veículo que dava suporte a tal forma de ficção, o jornal, é um veículo de comunicação de massa, pensado diretamente, nesse momento histórico, para atingir as classes populares.

Ao compor sua narrativa utilizando-se não só de uma estrutura que lembra em muitos aspectos a do folhetim romântico do século XIX, mas também de todo um imaginário estereotipado que vem sendo veiculado anos a fio pela mídia, Sérgio Sant’Anna está a reutilizar-se da estrutura do *best-seller* tradicional, considerado aqui como aquele tipo de obra que faz uso de estratégias serializantes e de temáticas e imagens sensacionalistas a fim de atingir um “leitor de primeiro nível” (ECO, 1989, p. 101) que busca apenas divertir-se com a história contada.

Durante muito tempo buscou-se estabelecer o que caracteriza as produções ditas de “alta cultura” em oposição àquelas rotuladas de “baixa cultura”. A literatura realmente digna desse nome sempre veio diretamente relacionada ao critério de originalidade. Eram consideradas literárias, sobretudo, todas aquelas obras que introduziam algo de diferente e inovador em relação à tradição que lhe antecedia.

Em acréscimo a isso, ainda era necessário que essa originalidade não fosse gratuita, mas que apresentasse uma finalidade estética bem delineada. O objetivo maior do escritor, assim, era dotar a obra de elementos de tal forma impregnados de literariedade a ponto de quebrar com as expectativas de seu acomodado leitor e fazê-lo repensar seus valores e crenças. A literatura, desse modo, se universalizaria por pretender um fim além de sua aceitação imediata por parte do público leitor.

Já essa outra forma de literatura desprovida de valor estético, e que acabou por carregar o nome pejorativo de “paraliteratura”, distinguia-se da primeira justamente nesses aspectos. Produzida em série para atingir rapidamente uma imensa gama de leitores já prévia e cuidadosamente sondados acerca de seus gostos, essa literatura pecaria justamente no ponto fulcral que a valorizava enquanto obra estética: sua originalidade. Escritas especialmente para agradar e, conseqüentemente, vender e lucrar, essas obras trazem nada ou muito pouco de inovação.

Repetindo de maneira desgastada estruturas já consolidadas dentre as massas e tratando de temas sobretudo sensacionalistas, essa literatura acaba colocando toda a sua extensão de obras dentro do mesmo balaio. Embora aparentemente diferentes, essas obras são essencialmente iguais, já que não procuram perturbar o horizonte de expectativas de seus leitores, mas sim acomodá-los e pacificá-los justamente porque precisam deles. Assim, seu intuito é produzir algo que não tenha chances de falhar, a fim de assegurar um consumo permanente. Cito Eco:

[...] Paraliteratura somos no momento em que a obra é produzida para satisfazer um horizonte de expectativas bem definido e livre de surpresas; mas literatura nos tornamos no momento em que determinada releitura põe em evidência características do texto que não podem ser reduzidas a pura confecção gastronômica, e estas características estão ali, mesmo que o autor não tenha consciência delas [...]. (ECO, 1989, p. 107).

É justamente nesse ponto que podemos adentrar brevemente na questão da indústria cultural e da cultura de massa.

Uma indústria da cultura vem a surgir somente no século XIX com os primeiros jornais, produto da sociedade de consumo somada à

tecnificação da sociedade decorrente da Revolução Industrial. Assim, a cultura de massa surge como um desdobramento, um produto do fenômeno mais amplo da industrialização, e passa a ser vista não como um instrumento que favorece o conhecimento crítico, mas como um produto cambiável por dinheiro, como qualquer outro: produzido de maneira padronizada, para atender a necessidades e gostos médios de um público que não busca questionar o que consome.

Nesse sentido, a cultura de massa é vista como alienante, dotada de uma função narcotizante, que é obtida através da ênfase no divertimento de seus produtos, que visam a mascarar realidades visivelmente duras demais e fornecer momentos de fuga em relação a elas. O que ocorre, pois, é o reforço das estruturas sociais do momento e o consequente conformismo social por parte de seus consumidores.

Por anos a fio buscou-se estabelecer uma clara distinção entre “literatura séria” e “literatura massificada”, cada uma delas separada em uma gavetinha própria e longe do contato da outra. A literatura séria era produzida para a classe alta, especialmente para um grupo seleto de intelectuais e a literatura massificada, para o restante da população. Esse caráter separatista certamente perdurou até meados do século XX. Com a crescente modernização da sociedade, no entanto, e a gradativa influência exercida pelos *mass media* sobre os indivíduos, isso acabou se esfumando, por dois motivos principais.

Primeiro, porque se tornava impossível fechar os olhos para o “surto” de modernização que tomava conta da sociedade; tornava-se impossível manter-se à parte dele. Segundo, porque estando a literatura inserida cada vez mais em um mercado literário que exigia dela atrativos suficientes para a manutenção de sua própria vida, os escritores começaram a pensar que se utilizar de estratégias próprias de outros veículos de comunicação poderia ser uma boa opção de sobrevivência no mercado.

Por outro lado, em um mundo já saturado de informações, em que nada mais parece inovar, em um mundo em que só restam os restos, redundância à parte, o que cabe ao escritor é servir-se deles e incorporá-los de outra maneira em sua narrativa, dotando-os de novas significações.

Amazona, de Sérgio Sant’Anna, parece ser um exemplo interessante desse tipo de “experimentação”. *Amazona* é um romance do escritor brasileiro Sérgio Sant’Anna publicado em 1986. Seu enredo

gira em torno da trajetória da personagem Dionísia, posteriormente transformada em Amazona, que sai da condição anônima de esposa do bancário e burguês médio Francisco Moreira rumo à sua libertação, alcançada graças à publicação de fotos suas em uma revista erótica de nus femininos.

A obra é segmentada em quarenta e nove capítulos, dispostos em duas grandes partes. Cada capítulo é introduzido por um título significativo, que beira muitas vezes o sensacionalismo, e que tem por função capital atrair o leitor para a leitura do mesmo. Assim, os títulos em *Amazona* geralmente dizem respeito ao acontecimento central do capítulo em questão.

Todos os capítulos, ou pelo menos grande parte deles, estão relacionados por uma espécie de dependência significativa uns em relação aos outros. O final de cada capítulo geralmente apresenta um corte abrupto que deixa o leitor em um estado de suspense que o leva inconscientemente a continuar de maneira imediata a leitura da obra, a fim de “descobrir” o que acontecerá em seguida. Capítulos curtos encabeçados por títulos significativos, cortes abruptos ao final de cada um deles, certamente em um ponto que cria o suspense e que mantém o leitor interessado, linguagem simples e de fácil entendimento.

Assim, o que ocorre muito em *Amazona* é que ao término de uma proeza ou de alguma situação que suscite a curiosidade do leitor, há uma suspensão e inicia-se um novo capítulo que introduz outras “cenas”. De fato, alguns capítulos chegam mesmo a terminar com expressões inacabadas ou estimuladoras de curiosidade do tipo “virou a cabeça e viu...” (p. 53), “Eu já matei um homem” (p. 85), “A não ser que...” (p. 96), entre outras.

Quanto aos títulos, estes encerram em si sempre algo sugestivo, que provoque o interesse do leitor de alguma maneira, além de serem geralmente uma síntese da peripécia central do capítulo: “A festa na casa do banqueiro”, “Nasce uma mulher ou No estúdio do fotógrafo de olhos azuis”, “Posições”, “Amor bandido”, “A Organização”, “Mulheres”. “Quanto ao francês...!”, “A outra”, “O presunto tinha olhos azuis”, “Filha de banqueiro sequestrada pelo próprio pai”, os dois últimos claramente paródias de manchetes jornalísticas.

Outro fato interessante é a grande quantidade de núcleos de ação que a obra apresenta, que fazem com que a história flua com

maior rapidez. Composta por várias intrigas paralelas que se relacionam de algum modo com a central (a ascensão de Dionísia), a narrativa compõe-se basicamente por uma multiplicação de incidentes que um após outro vão enredando e suscitando cada vez mais o interesse do leitor. Segundo Meyer,

[...] o germe do processo folhetinesco e novelo-televisivo, ou seja, a adição de infinitos enredos paralelos mas imbricados por um elemento que pertence ao enredo principal, que só se desvendam para serem costurados a ele no epílogo [...](MEYER, 1996, p. 161).

Em *Amazona*, há vários enredos paralelos, e todos eles ligam-se de alguma forma à figura de Dionísia, seja através do marido Francisco, do fotógrafo Jean, da OBA ou até mesmo de Sílvia Avelar, sua rival e cúmplice. O “caso” *Amazona*, assim, funciona como núcleo central que puxa e inter-relaciona todos os outros, que quase exclusivamente existem em função desse. Essa multiplicidade de enredos acaba por provocar um aceleração da narrativa, que se transforma em uma sequência de peripécias e intrigas.

Uma análise das personagens também permite que encontremos nelas traços característicos de personagens folhetinescas, a começar por sua caracterização. Em *Amazona*, as personagens são simplificadaamente caracterizadas, descritas de maneira vaga, suas atitudes são estereotipadas, não há realmente um aprofundamento psicológico. Personagens-superfície, estão ali a transitar de um lado a outro, simplesmente a seguir o rumo da aventura. Os acontecimentos se dão todos no nível do externo, pois o que merece destaque é a peripécia, e não as personagens *em si*.

Outra característica apresentada por Meyer em relação às personagens folhetinescas e que cabe às personagens de *Amazona* é a posição social ocupada por elas. Geralmente, todas fazem parte de uma classe social abastada economicamente, isso em função “do deslumbramento que causa ao leitor popular a vida das classes altas e ricas: “[...] quase sempre retratam a nobreza ressurgida e a burguesia triunfante [...]” (MEYER, 1996, p. 222-223). Com efeito, grande parte das personagens da obra movimenta-se em cenários que ostentam luxo ou ao menos uma elevada qualidade de vida.

Os conteúdos e imagens apresentados na obra são todos aqueles que constituem o imaginário que por anos a fio foi e ainda é

transmitido pela mídia, todos evidentemente de caráter sensacionalista, pois são esses que agradam aos leitores, já que lhes provocam fortes emoções, e obtêm êxito imediato: drogas (lícitas e ilícitas), adultérios, aventura, organizações secretas, chantagens e negociatas, dinheiro, violência, paixão, ódio, ciúme, homicídios, luxúria e, claro, muito sexo. Em *Amazona*, todos esses temas aparecem, e a relação sexual, ponto por excelência da literatura pornográfica, é elemento que percorre a narrativa do início ao fim, pois muitas cenas de sexo são, pelo narrador, minuciosamente narradas.

“Gênero do excesso” por excelência, o folhetim apostou na

exteriorização dos grandes sentimentos, dos grandes sofrimentos, das paixões avassaladoras, que levam ao crime até, infinitivamente repetidas. [...] nas sequências do folhetim-romance: amor, ódio, paixão, ciúme, desejo, ganância, ambição, fome, morte, crime, luxúria, loucura (MEYER 1996, p. 234).

A questão do dinheiro também é muito presente na obra. Mediador das relações entre indivíduos, fetiche de alguns gananciosos, o dinheiro aparece como fator de suma importância, a mediar quase todas as relações entre as personagens: “A fauna que viceja nesse mundo torpe se agride numa luta de foice cujo móvel é o dinheiro. Possante motor de ação, para obtê-lo não se hesita diante do crime [...]” (MEYER, 1996, p. 261).

Com efeito, praticamente todas as peripécias da obra estão de algum modo relacionadas ao dinheiro. A morte de Jean, um dos episódios mais importantes da obra, ocorre justamente em função dele, não de maneira direta, mas sim indiretamente. O fotógrafo Jean é brutalmente assassinado em decorrência das fotos nuas que tira de momentos íntimos de Dionísia e Sílvia Avelar, e que poderiam, caso viessem a público, comprometer a imagem do Banco onde trabalhava o pai de Sílvia, o que acarretaria muito provavelmente uma perda financeira. As personagens masculinas da narrativa são quase que exclusivamente ambiciosos que se batem em função do dinheiro: Francisco Moreira, um bajulador mesquinho, Osvaldo Avelar, o banqueiro, Antônio Augusto, genro do banqueiro, Carlos Alberto Bandeira, que chantageia Sílvia em troca de dinheiro, Fernandinho Bombril, que mantém negócios escusos de alta rentabilidade.

É o dinheiro [...] realista e moderno, revisto e ampliado pelos novos padrões: negociatas, investimentos e escândalos financeiros, [...]. Dinheiro aliciador, alvo do desejo espalhado capilarmente por todas as camadas sociais, dos banqueiros e financistas [...] aos guarda-livros [...] Meta dos gananciosos moderados aos moedeiros falsos; dos grandes bandidos de fraque e cartola aos rastejantes malfeitores [...]. O dinheiro é a única medida de qualquer talento ou reputação (MEYER, 1996, p. 262).

Assim, a importância do dinheiro é tanta que chega mesmo a desencadear o crime, realizado sem escrúpulo algum:

O que se tem agora é a generalização, sem a menor heroização, em todas as camadas da sociedade, de um cascadeamento da infração em vários micropoderes [...].

É chegada a hora em que melodrama, *fait divers*, folhetim se entrelaçam numa “democratização” do crime e dos criminosos. [...] Tanto se pratica o crime nos castelos e clubes de luxo quanto nas choças e nos grandes salões da nobreza e nas alcovas. [...] (MEYER, 1996, p. 264).

Sérgio Sant’anna, *Amazona* e a ressignificação pela repetição

Ao aproveitar-se de uma estrutura organizacional narrativa característica de um tipo de literatura dita em série e de temáticas que veiculam os estereótipos mais arraigados no imaginário social, Sérgio Sant’Anna consegue estabelecer inter-relações significativas entre a arte literária e a cultura de massa, em um processo de hibridização que anula definitivamente os limites entre arte erudita e arte “popular”.

Vivendo uma era que se caracteriza sobretudo pelo total domínio que os meios de comunicação de massa exercem sobre os sujeitos pós-modernos, Sérgio Sant’Anna consegue encontrar uma alternativa mais produtiva à nova situação do que a pura e simples rejeição da cultura de massa por parte da arte literária. Ao invés de ignorá-la e provocar uma queda de braço com ela (na qual muito provavelmente o placar já estaria previamente decidido, com vantagens imensas para o adversário), o autor utiliza-se dela e de suas estratégias “apelativas” na tessitura de seu texto.

Reutilizando-se de modos de dizer já estabelecidos, e sem fazer questão alguma de esconder isso, o autor consegue ressignificar o previamente já inscrito no imaginário social, através de estratégias discursivas estéticas que simultaneamente se aproximam e se distanciam da linguagem midiática. Ao incorporar em seu texto estratégias próprias de um meio discursivo oriundo de outro foco da cultura, Sérgio Sant'Anna faz surgir uma organização narrativa plural e heterogênea, destruindo modelos narrativos tradicionais e homogêneos.

Mas como pensar a escrita de Sérgio Sant'Anna como arte séria, imbuída de princípios estéticos, se ao que parece seu discurso limita-se apenas a mimetizar e reproduzir estruturas e estereótipos já consolidados, através de estratégias serializantes de *repetição*? Onde fica sua singularidade enquanto artista e a originalidade de seu discurso?

Pois é justamente nesse ponto que se encontra o engodo. Tratar a obra de Sérgio Sant'Anna como mera reprodução não reflexiva de estratégias e estruturas sociais já desgastadas por seu uso constante e sua ausência de inovação seria retirar-lhe todo seu mérito enquanto artista. Para evitar qualquer possibilidade de equívoco em relação à pertinência estética de sua obra, cito Eco, em suas considerações a respeito da série:

[...] podemos ter produtos seriais que apostam pouquíssimo no leitor ingênuo, usado como pretexto, e arriscam tudo no pacto com o leitor crítico [...], do qual quer receber elogios pela criatividade demonstrada ao inovar sobre a trama do já conhecido.

Nesse sentido, a série não se opõe necessariamente à inovação. [...] há um *continuum* dividido em graus de estratégias serializantes, ajustadas de modo diferente para criar um relacionamento com o usuário crítico. Que, pois, a maior parte das estratégias serializantes no âmbito das comunicações de massa esteja interessada somente nos usuários de primeiro nível [...] - este é outro problema. [...] o ponto, porém, consiste em reconhecer que em ambos os casos pode existir um problema de serialidade (ECO, 1989, p 130).

Com efeito, Sérgio Sant'Anna está efetivamente ajustando as estratégias serializantes da literatura de massa incorporadas em seu texto, no momento em que as retrabalha na forma de uma paródia. Em

vários momentos, o escritor ironicamente ridiculariza imagens e situações comumente utilizadas pelos *best-sellers* tradicionais.

Na passagem que transcrevo abaixo, Sérgio Sant’Anna, da maneira mais irônica possível, satiriza a figura do herói sentimental que, completamente apartado das situações práticas da realidade, cria fantasias incabíveis em função de qualquer obstáculo que ameace bloquear o efetivamento de sua paixão:

Enquanto se dirigia para a porta, Jean contabilizava mentalmente o seu FGTS, calculando se o dinheiro seria suficiente para raptar Dionísia e levá-la para Búzios, onde viveriam para sempre. A fantasia de Jean era inesgotável e pelo seu cinema interior passava agora a imagem de um Gauguin, nu, com o rosto d próprio Jean, vendendo caipirinhas aos veranistas e, nas horas vagas, fazendo fotos não-comerciais da sua amada [...] (SANT’ANNA, 1986, p. 37).

Em seguida, o sonho desintegra-se:

[...] Jean lembrara-se de que não se encontrava contratualmente ligado a Goldstein e por isso não tinha a carteira assinada e, muito menos, qualquer conta bancária vinculada ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. Pior ainda do que isso, não havia a menor hipótese de reclamar junto à Justiça do Trabalho, porque, no final de toda essa cadeia de associações, Jean tomou consciência de que, de acordo com a Lei dos Estrangeiros, trabalhava ilegalmente no país. [...] tal condição lhe cortava todo um futuro róseo pela frente (SANT’ANNA, 1986, p. 37).

A exploração de coincidências descabidas também é apresentada de maneira irônica pelo autor. Em uma passagem da obra, que trata do encontro de Francisco Moreira com a estranha mulher que vira apenas uma vez na vida e com a qual veio a encontrar-se coincidentemente algum tempo depois, esse aspecto é evidentemente ridicularizado:

[...] ele simplesmente fora à Ópera, evento onde, nos romances antigos, costumavam-se iniciar grandes casos de amor. [...] havendo comprado um lugar ao acaso, no segundo balcão, teve a agradável surpresa de sentar-se ao lado da distinta mulher que ele notara na bilheteria do teatro, pela manhã.

Ora, dirão: isso é coincidência demais. Nem tanto, pois o fato do Moreira sentar-se justo ao lado da mulher que ele timidamente desejara, na rua, não é uma hipótese estatisticamente mais implausível do que, na mortal maratona de espermatozóides, numa noite de inverno, em Juiz de Fora, ruma (*sic*) ao útero de sua mãe, ter sido precisamente ele, Francisco Moreira, o vencedor. O que, numa analogia otimista, transforma a todos nós, os que conseguimos nascer, em bravos conquistadores (SANT'ANNA, 1986, p. 148).

Da mesma forma, graceja dos orgasmos perfeitos relatados nos livros e filmes: “E depois de um orgasmo perfeitamente sincronizado – o que geralmente só acontece nos livros e filmes – caiu cada um para um lado, transpondo o muro que separa o sono da consciência.” (SANT'ANNA, 1986, p.148).

Considerações finais

Ao parodisticamente estabelecer relações de aproximação com elementos próprios da cultura de massa, Sérgio Sant'Anna os utiliza na mesma medida em que se diferencia dos mesmos, no momento em que cria novos sentidos *a partir* deles e não se sujeita às regras padronizadas desse tipo de discurso, embora se deixe permear por seus artifícios técnicos. Nesse sentido, o que se mimetiza é o *gestus*, não o produto, já que:

[...] não se trata de uma relação de identidade, de imitação. Fazem apenas alusões, montam artifícios, produzem o que, numa perspectiva semiótica, se chama de equivalências: repetições criadoras que introduzem a diferença [...]. (PINTO, 2004, p. 11).

Diante disso, a questão da repetição na elaboração de obras literárias não deve ser pensada em termos de um critério para se estabelecer diferenças de valor estético. O ponto não é esse. A repetição *em si* não é pura e simplesmente uma evidência do caráter padronizado da obra. O que está em jogo é o *como* sua repetição é (re) trabalhada no texto de forma a inovar. Cito Eco novamente:

[...] O mesmo tipo de procedimento serial pode produzir tanto excelência como banalidade; pode deixar o destinatário em crise consigo mesmo e com a tradição intertextual no seu conjunto, e, por

consequente, pode provê-lo de fáceis consolações, projeções, identificações; pode estabelecer um pacto exclusivamente com o destinatário ingênuo, ou exclusivamente com o destinatário crítico, ou com ambos em diferentes níveis e ao longo de um *continuum* de soluções que não pode ser reduzido a uma tipologia elementar. (ECO, 1989, p. 133).

Com esse entrecruzamento de dois discursos oriundos de focos diversos de cultura, Sant’Anna consegue atingir esses dois tipos de leitor do qual trata Eco: o leitor “ingênuo”, que busca apenas divertir-se com o enredo da história, e o leitor crítico, que consegue perceber esse “mesmo” inicial na sua reelaboração contínua, que o torna por isso mesmo diferente. A diferença, paroxisticamente, encontra-se assim em *Amazona* no que ele tem de mais “desgastado”, de mais usual: a “estrutura de consolação” dos *best-sellers* tradicionais.

É a diferença *na* repetição. Com sua solução inovadora, o autor não só chama a atenção de mais leitores para sua obra, como também, de maneira intensamente sarcástica, transfigura o sentido corrente desses discursos estereotipados ao questionar as próprias falhas, exageros, inverossimilhanças e fugas da realidade que os produtos massificados da indústria cultural oferecem aos seus leitores-consumidores, e que esses, acriticamente, saboreiam e facilmente digerem.

Pode-se pensar assim na arte pós-moderna como a que busca indiferenciadamente (embora em níveis diferentes) atingir massa e elite. Não há mais uma arte produzida propriamente para os indivíduos pertencentes à alta cultura, e outra para o “povo”. Ambas as categorias tornam-se como que uma só, num processo de homogeneização do público-alvo, para essa nova literatura que precisa, acima de tudo, sobreviver dentro do mercado literário.

Referências

AVERBUCK, Ligia (Org.). *Literatura em tempo de cultura de massa*. São Paulo: Nobel, 1984.

BERND, Zilá; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Literatura e americanidade*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 1995.

CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARNEIRO, Flávio. Das vanguardas ao pós-utópico: ficção brasileira no século XX. In: _____. *No país do presente: ficção brasileira no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005. p. 13-14.

ECO, Umberto. Entre experimentação e consumo. In: _____. *Sobre os espelhos e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOSER, Walter. Restos e reciclagem: da temática romanesca à economia da produção cultural. In: BERND, Zilá; CAMPOS, Maria do Carmo (Org.). *Literatura e americanidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1995.

SANT'ANNA, Sérgio. *Amazona*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PINTO, Maria Isaura Rodrigues. A cena aberta: multiplicidade polifônica nas narrativas de Sérgio Sant'Anna e João Gilberto Noll. *SOLETRAS*, ano IV, nº 07. São Gonçalo: UERJ; jan./jun. 2004. Disponível em: <www.filologia.org.br/soletras/7/01>. Acesso em: 17 fev. 2008.

Recebido em 08 de outubro de 2010

Aceito em 23 de março de 2011

O DISCURSO SOBRE A VIOLÊNCIA: O PAPEL DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS MIDIÁTICAS

THE DISCOURSE ABOUT VIOLENCE: THE ROLE OF DISCURSIVE FORMATIONS IN MEDIA NARRATIVES

*Carla Leila Oliveira CAMPOS **

Resumo: Este trabalho se insere no quadro teórico da Análise do Discurso e objetiva analisar como os eventos sociais relacionados à violência são transformados em narrativas pelo discurso midiático. Para tanto, analisamos uma reportagem publicada na Revista *Veja*, com o intuito de compreender como as formações discursivas restringem a instância enunciativa.

Abstract: Within the theoretical framework of Discourse Analysis this article aims to investigate how social events related to violence are converted in narratives by media discourse. To this, we analyzed a report published by Brazilian magazine *Veja*, in order to understand how discursive formations restrict enunciative instance.

Palavras-Chave: discurso midiático; violência; narrativas.

Keywords: media discourse; violence; narratives.

Introdução

Este trabalho se insere no quadro teórico da Análise do Discurso (AD) e objetiva analisar como os eventos relacionados à violência nas grandes cidades (mais especificamente, no Rio de Janeiro¹) são transformados em narrativas no âmbito do discurso midiático. Para tanto, escolhemos como objeto de análise uma reportagem publicada na revista *Veja* em 10 de janeiro de 2007, duas semanas após a morte de doze pessoas por uma ação coordenada dos

* Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Atualmente é professora de língua portuguesa no Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo de Almeida Neves. Contato: carlalcampes@globo.com.

¹ A escolha do Rio de Janeiro como nosso foco de análise foi motivada, entre outros fatores, por sua presença constante nos noticiários sobre violência, o que, a nosso ver, a torna representativa das grandes cidades brasileiras.

traficantes na cidade carioca. Semelhante reportagem, intitulada “Rio cidade aberta: como o tráfico se incorporou à paisagem carioca e se tornou um negócio de altíssima rentabilidade nos morros e favelas”, é parte integrante de uma reportagem especial feita pela revista sob o título “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”. A importância de destacarmos a vinculação da reportagem a ser analisada ao contexto mais amplo de sua localização dentro da própria revista justifica-se na medida em que, como veremos, é possível reconhecer o trabalho de uma semântica global - termo cunhado por Maingueneau (2007) e que será posteriormente discutido neste trabalho - na organização narrativa dessa reportagem.

Para a realização deste trabalho alguns pressupostos teóricos se fazem fundamentais. Em primeiro lugar, a compreensão do importante papel da mídia na produção e na circulação de material simbólico na atualidade. E, em segundo lugar, a compreensão da linguagem como processo de seleção entre as muitas formas de dizer, processo esse influenciado por fatores históricos e sociais.

Em relação à influência que as condições histórico-sociais exercem sobre o discurso, filiamo-nos ao quadro teórico da Análise do Discurso (doravante AD)¹, a qual compreende que todo sentido se inscreve em uma historicidade específica. Nesses termos, a AD está preocupada com a observação das condições sócio-históricas de produção desse sentido.

A AD interessa-se, portanto, pelo processo de construção social da realidade, em uma concepção que considera que todo discurso se localiza em uma estrutura sócio-histórica específica, não sendo possível a análise daquele sem se considerar esta.

Nessa seara, qualquer processo de produção de saberes, para a AD, “passa pelo filtro da experiência social, cultural, civilizacional” do sujeito discursivo, “o que os relativiza” (CHARAUDEAU, 2006, p. 44). E isso não é diferente com o discurso midiático. Para o referido autor, ao contrário do que pregam os órgãos midiáticos, a informação não é transparente, neutra, pois depende sempre do tipo de alvo que o

¹ Tomamos aqui o termo “Análise do Discurso” em sentido amplo, reconhecendo que ele recobre uma vasta gama de teorias diferentes – cada uma delas com suas especificidades –, mas que têm como ponto comum o fato de se debruçarem todas sobre um mesmo objeto: o discurso.

informador escolhe e da coincidência ou não que este possa ter com o tipo de receptor que a interpretará.

Em relação ao tema propriamente que nos propomos a analisar - uma reportagem sobre a violência urbana - consideramos que com o aumento constante da violência nas grandes cidades, há, consequentemente, um aumento de textos sobre o tema nos diferentes órgãos midiáticos nacionais. A mídia, com o objetivo de mostrar a informação em primeira mão, oferece aos consumidores de seus produtos visões simplistas sobre o problema em questão, impondo aos fatos uma organização narrativa muitas vezes calcada em relações de disputas em que o bem luta contra o mal.

Considerando essas colocações e a complexidade da violência nas grandes cidades, é que propomos semelhante trabalho com vistas a compreender como eventos sociais relativos à violência são transformados em narrativas, via análise da organização dos papéis dos atores sociais nessas narrativas.

No que diz respeito à organização narrativa das reportagens, pretendemos adotar o modelo de narrativas desenvolvido por Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999, p. 46). Segundo esses autores, para que seja interessante, uma história deve apresentar uma relação entre dois personagens (protagonista-antagonista), os quais, ao longo do enredo, desempenham determinadas ações com o propósito de alcançar determinados objetivos. Aliás, é por meio desses objetivos que seremos capazes de identificar o protagonista e o antagonista, sendo aquele tomado como o “herói”, aquele que é dotado de objetivos e ações com os quais os interlocutores se identificam.

Tendo em vista semelhantes objetivos e arcabouço teórico, o presente trabalho se organiza em três partes. Na primeira, teceremos algumas considerações sobre o discurso midiático e o importante papel da mídia na sociedade atual como produtora e divulgadora de material simbólico. Na segunda parte, esboçaremos o quadro teórico-metodológico que embasará nossa análise. Por fim, na terceira parte, apresentaremos a análise por nós proposta, procurando observar como as marcas linguístico-textuais são determinadas pelo contexto sócio-histórico que as engendra.

Discurso midiático

No contexto acadêmico atual, a mídia, enquanto sistema ideológico constituído (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1995), tem-se apresentado como um campo fértil de investigação. Nesse sentido, afirmações do tipo “a mídia tem na sociedade atual o poder de configurar mentes”, ou ainda, “o discurso midiático – ao contrário do que possam pretender os órgãos de imprensa – não apresenta uma visão neutra dos fatos”, chegam a ser uma espécie de consenso para os pesquisadores interessados no estudo desse meio de comunicação.

Tendo em vista semelhantes pressupostos é que Margarette Steinberger (2005) - na obra *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina* - apresenta-nos importantes considerações sobre a produção de discursos midiáticos, revelando como todo um conjunto de limitações sociais, cognitivas, históricas, ideológicas e de produção textual trabalha no relato apresentado nas notícias. Apesar de a preocupação central da autora ser a produção do discurso jornalístico sobre a geopolítica internacional no âmbito da América Latina, algumas de suas ponderações referem-se ao trabalho de produção discursivo-midiática como um todo, aplicando-se aos diversos campos de atuação da mídia.

Nesse sentido, ressaltando o papel do imaginário social na produção discursiva jornalística, ainda que a mídia se autodefinha como imparcial e objetiva, a autora afirma que:

Nos discursos jornalísticos, a produção de sentidos resulta, de imediato, de recortes que o profissional faz na substância da atualidade e de suas decisões na composição formal do texto (sonoro, visual, etc.). O efeito de sentido da noticiabilidade, no entanto, depende de alguns fatores sociais, como, por exemplo, a informação que é de interesse público, que é nova, que é atual, que apela aos sentidos, à curiosidade, etc. (STEINBERGER, 2005, p. 75).

Nesses termos, a informação, enquanto questão de linguagem, não pode ser considerada de modo algum transparente em relação ao mundo, já que, segundo Charaudeau (2006, p. 20, grifos do autor):

A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente” (as notícias

ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel.

Assim, na análise do discurso midiático, mais importante do que nos perguntarmos sobre o que foi dito é nos questionarmos sobre como foi dito, ou ainda, por que foi dito daquele modo e não de tantos outros possíveis.

Nessa vertente, Thompson (1998) destaca que a mídia, enquanto um meio técnico, exige um conjunto de regras e procedimentos de codificação e decodificação - habilidades, competências e formas de conhecimento - da informação e do conteúdo simbólico que a maioria dos indivíduos não possui.

Ao considerar os tipos de habilidades e competências envolvidos no uso de um meio técnico, é importante distinguir entre aqueles exigidos na codificação da informação ou do conteúdo simbólico, e aqueles necessários para decodificar a mensagem. Na prática estas habilidades e competências podem vir juntas ou coincidirem até certo ponto (por exemplo, quem sabe escrever numa língua particular, normalmente saberá também ler na mesma língua). Mas estas habilidades nem sempre coincidem. A maioria dos indivíduos que assistem à televisão, por exemplo, é capaz de entender perfeitamente os programas, embora conheça muito pouco sobre a produção de um programa (THOMPSON, 1998, p. 29).

O acesso ao espaço público midiático depende, portanto, de uma *competência midiática* que a maioria dos atores sociais não tem. É nesse sentido que se pode falar, segundo Steinberger (2005, p. 163), em uma *tiranía da comunicação jornalística*. Para a autora, essa tirania estaria ligada, portanto, à questão do próprio acesso aos órgãos de comunicação midiáticos e não ao sentido habitual de que a mídia distorce os fatos.

Nessa batalha pela imposição de uma definição do mundo conforme os interesses das classes sociais em disputa, instaura-se uma violência simbólica configurada na imposição de instrumentos de conhecimento e expressão arbitrários para explicar a realidade social – “embora ignorados como tais porque naturalizados” (STEINBERGER, 2005, p. 168).

Nesses termos, considerando a importância do texto enquanto manifestação de discursos que circulam em nossa sociedade, entendemos ter a mídia, na atualidade, amplo poder de veicular e difundir materiais simbólicos e discursos.

Com o aumento constante da violência nas grandes cidades, percebemos, consequentemente, um aumento de textos (reportagens, notícias, artigos de opinião etc.) sobre o tema nos diferentes órgãos midiáticos nacionais. Nesses produtos midiáticos, percebemos que a mídia, com o objetivo de apresentar uma cobertura em primeira mão, muitas vezes mostra uma visão simplista de eventos que envolvem, de alguma forma, a violência, recriando os fatos por meio de uma ótica particular.

Nesse sentido, séries complexas de eventos, cujas relações podem não ser claras, são transformadas em histórias, impondo-se-lhes uma ordem narrativa. Produzir narrativas midiáticas é, pois, uma forma fragmentária de construir visões mal definidas dos eventos, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros; assim como uma forma de organizar esses eventos (re)construídos em relações particulares uns com os outros.

A escolha do tema da reportagem que pretendemos analisar – o discurso sobre a violência no Rio de Janeiro – deve-se, portanto, ao fato de ser este um tema recorrente nas reportagens midiáticas da atualidade, gerando visões simplistas de fatos sociais complexos e o constante medo na população (mesmo aqueles que se encontram relativamente distantes do Rio de Janeiro) devido ao discurso do aumento desenfreado da violência. Assim, conforme Freire e Carvalho (2008), um tema que atingia a página policial de apenas alguns jornais, hoje é recorrente em todos os meios de comunicação que, no processo de “dramatização/interpretação” do assunto, constroem percepções dominantes sobre a violência, “forjadas/disseminadas” em nosso cotidiano.

A mídia é atualmente um dos mais importantes instrumentos sociais, no sentido de produzir esquemas de significação e interpretação do mundo. Os meios de comunicação nos indicam o que pensar, o que sentir, como agir. Eles nos impõem certas questões e nos fazem crer que estes é que são os problemas mais importantes sobre os quais devemos pensar e nos posicionar. Este instrumento forja determinadas formas de existência que não apenas possuem papel

efetivo no incremento da violência, como também representam uma das expressões da mesma (FREIRE; CARVALHO, 2008, p. 156).

Na construção desses *esquemas de significação e interpretação do mundo*, a mídia, na ânsia de apresentar os fatos em primeira mão, faz opções por formas de representar essa realidade. Opções não só em relação ao material a ser narrado - os fatos que irão compor as narrativas e os que serão deixados de lado - como também em relação aos personagens que farão parte dessa narrativa.

Dispositivo teórico-metodológico

Inserido no quadro teórico da Análise do Discurso (AD), o presente trabalho vincula-se a uma abordagem que tem por objetivo examinar as relações entre as práticas discursivas e o meio social no qual se originam. Desse modo, diferentemente das vertentes que tomam a linguagem seja como um reflexo transparente da realidade, seja como uma representação objetiva do pensamento, a AD considera que toda prática linguística vem atravessada pelas relações sociais nas quais se situa, sendo, pois, o discurso um objeto fundamentalmente opaco.

Localizando-se em um quadro que reafirma essa postura teórica, os trabalhos em AD procuram compreender como os textos expressam e reproduzem as relações sociais e as visões de mundo dos sujeitos discursivos, considerando as condições de produção desses textos, tomados como manifestações discursivas. Nesse sentido, as condições de produção referem-se ao conjunto dos elementos que estão envolvidos na produção discursiva (como o “jogo de imagens” que nela se instaura: a imagem que o enunciador tem de si, a que tem do outro, a imagem do referente etc), sendo que o elemento dominante pode variar de caso a caso.

Segundo Possenti (2007), o texto não é uma unidade de análise se não associarmos texto e contexto. A relevância do texto para a AD decorre do fato de que cada texto é parte de um arquivo, podendo ser tomado como uma superfície discursiva, como uma manifestação de um processo discursivo específico. Um texto faz sentido não somente por sua relação com o contexto, ou em decorrência de conhecimentos do leitor, mas também por resgatar uma ou mais formações discursivas

FDs), que, por sua vez, se inserem em uma memória discursiva, atravessada pelo interdiscurso. Todo texto significa, pois, em relação às suas condições de produção e ao interdiscurso.

Uma *formação discursiva* (FD) é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definem em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 1996 *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 14). As FDs estariam relacionadas, portanto, ao controle daquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura social específica, marcando profundamente as condições de emergência dos sentidos.

Em relação à noção de sentido, Brandão (1993) ressalta que a significação discursiva é formada por meio da inter-relação entre dois espaços de produção desse sentido – um espaço externo e um espaço interno – que se relacionam mutuamente em dois espaços enunciativos – de produção e de interpretação – com interposição de uma avaliação, sendo que ambas se articulam ao mesmo tempo uma sobre a outra.

Brandão (1993) caracteriza o discurso, portanto, como um sistema de estratégias das quais o locutor se utiliza para transmitir o enunciado. Permitindo ou excluindo certos temas ou teorias de seu discurso, o sujeito busca apagar as contradições e as formas de conhecimento que negam o seu dizer, dando a ideia de unicidade.

Para Maingueneau (2007), entretanto, essa unicidade é apenas aparente, já que as FDs não podem ser tomadas como blocos homogêneos e fechados que controlam os sentidos; ao contrário, elas são heterogêneas e fluidas em suas fronteiras. O autor, aliás, defende a primazia do interdiscurso sobre o intradiscurso.

Nesse sentido, um dos postulados defendidos por Maingueneau (1997; 2007) e que vai influenciar profundamente os pressupostos teóricos de seu trabalho é o fato de que as FDs não possuem duas dimensões – interior/exterior – mas que, na verdade, a identidade de uma FD é uma maneira de organizar a relação com aquilo que se imagina exterior. Em outras palavras: uma FD se define na relação com outras FDs e não de forma isolada. O discurso, portanto, seria marcado pela heterogeneidade, que tanto pode ser *mostrada* – ou seja, marcada por meio de índices linguísticos ou tipográficos claros, como é o caso das aspas, das glosas e das

paráfrases, por exemplo; e não marcada: discurso indireto livre, ironia etc. – quanto *constitutiva*, aquela que não se apresenta na superfície textual, mas que pode ser definida pela relação com o interdiscurso.

É com base nesses pressupostos teóricos, que procuram dar conta da relação do discurso com seu Outro, que Maingueneau (2007), critica as metodologias de análise que privilegiam ora o estudo da estrutura profunda dos textos, ora suas superfícies. A partir dessa crítica, o autor defende a impossibilidade de se realizar um trabalho de análise profundo sem que se articule a formação discursiva (enquanto sistema de restrições semânticas) com a superfície textual (conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema).

Com o objetivo, portanto, de propor uma solução “paliativa” às deficiências identificadas nos trabalhos de análise, o autor propõe a adoção de um “caminho diferente” a ser percorrido nos trabalhos analíticos. Esse caminho é composto de sete hipóteses teóricas (vide MAINGUENEAU, 2007), entre as quais selecionamos, para a concretização deste trabalho, a terceira, relacionada ao trabalho de uma semântica global no processo de produção do discurso.

Ao operar semelhante recorte, concordamos com Lara (2008) de que corremos o risco de simplificação, mas como destaca o próprio Maingueneau na obra *Gênese dos Discursos*, os recortes teórico-metodológicos devem levar sempre em conta os objetivos propostos pelo analista no empreendimento de seu trabalho de análise. Feita semelhante ressalva, passemos à apresentação da hipótese em questão.

Essa hipótese relaciona-se ao sistema de restrições globais que afetam o discurso, ou seja, a semântica discursiva restringe simultaneamente – e não um a um – todos os planos discursivos: o vocabulário, os temas, a intertextualidade, as instâncias de enunciação, os modos de enunciação etc. Assim, em qualquer processo completo de análise há de se levar em consideração esse conjunto de restrições, analisando a construção do sentido de forma global.

O autor não defende com isso que o analista de discursos deva se voltar para a investigação de todos os planos discursivos, pois escolhas metodológicas devem ser feitas de acordo com o *corpus* que se tem em mãos e com seus objetivos na investigação desse material a ser analisado. Assim, no caso do trabalho proposto, por exemplo, a questão a se levantar é como a semântica global procura restringir a construção das narrativas midiáticas atendendo às limitações impostas

pela(s) formação(ões) discursiva(s) posta(s) em jogo e pelo contexto mais amplo no qual a reportagem se localiza dentro da própria revista (como já dito anteriormente ela é parte integrante de uma reportagem especial intitulada “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”, o que marcará profundamente a organização narrativa do texto que nos propomos analisar).

Levando em conta a crítica empreendida por Maingueneau (2007) ao fato de algumas metodologias de análise privilegiarem ou o estudo da estrutura profunda dos textos ou sua superfície, conforme já foi afirmado anteriormente, pretendemos, neste trabalho, articular o exame da superfície dos textos que compõem o *corpus* à estrutura social que permitiu sua emergência. Isso implica partir do material linguístico para chegar às formações discursivas que subjazem a ele. Para tanto, usaremos o dispositivo de análise sugerido por Orlandi (1999, p. 77), cujas etapas se dispõem da seguinte maneira:

1ª. etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto
	para o	(Discurso)
2ª. etapa: Passagem do	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
	para o	
3ª. etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Quadro 1:

Considerando que a prática discursiva está intimamente ligada a outras séries de seu ambiente sócio-histórico, pretendemos observar como esses elementos, que podem à primeira vista parecer muito distantes, se inter-relacionam na construção do dizer.

Considerando as proposições teóricas apresentadas e os objetivos elencados acima, buscaremos identificar e analisar as formas como os acontecimentos sociais são transformados em discursos sobre esses acontecimentos, mediante a análise da estrutura da superfície do texto que compõe o *corpus* na sua relação com as formações discursivas a que se filia.

Com essa finalidade, para a análise da superfície textual, adotaremos as regras da narrativa de Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999), denominadas pelos autores *Protagonist-Antagonist Rule*. Trata-se das seguintes regras, conforme se encontram reproduzidas em Palmer (1999, p. 220):

- Regra 1: Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista.
- Regra 2: Crie um estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista.
- Regra 3: Identifique um estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista.
- *Regra 3.1 (opcional)*: Identifique um estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista.
- Regra 4: Dê início a uma trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimentando do estado de problema para o estado-objetivo.
- Regra 5: Crie ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista.
- Regra 6: Marque um estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3 (se a regra 3.1 é aplicada, defina os efeitos do estado de transição para o alcance do estado-objetivo do antagonista).
- Regra 7: Crie um estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista, então combine ou não seus respectivos estados-objetivo.

Seguindo, portanto, as regras da narrativa propostas pelos autores, procuraremos identificar na reportagem objeto de nossa análise como se dá a relação protagonista-antagonista, quais são os estados de problema e estados-objetivo de ambos e como suas ações e interações no âmbito da narrativa são organizadas com vistas ao alcance ou não de seus objetivos.

Outro ponto importante apresentado por Beaugrande (1980) refere-se ao fato de, normalmente, nas narrativas, o estado-objetivo do protagonista ir ao encontro dos objetivos e crenças dos interlocutores, fazendo com que estes se identifiquem com tal personagem. Para nosso trabalho, essa afirmação é pertinente, pois a aceitação das ações e medidas tomadas por esse protagonista vai depender da forma como o locutor constrói sua caracterização, o que pode nos revelar as marcas das FDs às quais esse produtor se filia para compreender o problema da violência e dos confrontos armados nas cidades.

Após a análise da estrutura formal dessas narrativas, identificando os elementos acima propostos, nosso trabalho se voltará, portanto, para a análise de como o contexto sócio-histórico de produção determina aquilo que pode/deve e que não pode/deve ser dito, por meio da identificação das FDs que atuam na constituição e no controle do(s) sentido(s). Para tanto, utilizaremos os princípios e procedimentos propostos pela AD (vide quadro 1), tomando a análise do sentido de forma global e buscando compreender como essa semântica global restringe a forma como os eventos são narrados e a organizados no fio das narrativas midiáticas.

Análise do corpus

A reportagem a ser analisada no presente trabalho se intitula “Rio, cidade aberta: como o tráfico se incorporou à paisagem carioca e se tornou um negócio de altíssima rentabilidade nos morros e favelas” e é uma das reportagens que compõem o Especial “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”, publicado pela Revista *Veja* de 10 de janeiro de 2007.

Na reportagem foco de nossa análise, percebe-se em relação ao esquema narrativo que ela apresenta, uma inversão dos elementos propostos por Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999), pois todo o desenrolar da narrativa se dá sob a perspectiva dos objetivos e ações desempenhadas pelo antagonista (no caso, os traficantes das favelas cariocas) no alcance desses objetivos. Nessa linha de organização da narrativa, possíveis protagonistas que se esperaria estarem envolvidos no combate à criminalidade são descartados pelo enunciador que organiza a estrutura narrativa da reportagem. Um desses protagonistas poderia ser a polícia, mas não o pode, pois ela está envolvida em “confrontos violentos de policiais com bandidos” que, segundo a reportagem, conturbam frequentemente “a rotina da cidade”. Outro possível protagonista da narrativa em questão, o poder público representado pelos governantes, também é descartado pelo enunciador, seja por incompetência, falta de interesse ou mesmo pela aliança ao tráfico, como no trecho seguinte: “São os efeitos mais trágicos e visíveis da criminalidade que os sucessivos governantes não conseguiram enfrentar nas últimas três décadas. Muitos, aliás, nem tentaram. Pelo contrário, firmaram acordos espúrios

com traficantes e fizeram vista grossa para a chaga que se abria na cidade.”

Eliminando alguns possíveis protagonistas que poderiam estar engajados na luta contra o tráfico de drogas, a narrativa se desenrola, como já afirmado antes, sob a perspectiva dos objetivos do antagonista e suas ações no sentido de alcançar semelhantes objetivos, para somente ao final, apresentar o protagonista desse enredo e as ações que propõe, ainda que não seja ele a colocá-las em prática. O desenrolar da narrativa nos obriga, portanto, a empreendermos uma reorganização do esquema *Protagonist-Antagonist* para compreendermos como a revista constrói sua narrativa, retomando na conclusão do texto da reportagem as regras de organização que não se apresentam em seu desenrolar. Vejamos, pois, como isso se dá.

Regra 1: Identifique dois personagens, o protagonista e o antagonista. Protagonista: Inicialmente, não sabemos quem é. Somente após a leitura da reportagem na íntegra é que identificamos que o protagonista em questão é a própria revista *Veja*.

Antagonista: os traficantes, ora identificados dessa forma, ora como “o tráfico” ou “as quadrilhas” ou ainda por facções criminosas como , o “Comando Vermelho, os Amigos dos Amigos e o Terceiro Comando”.

Regra 2: Estado de problema para o protagonista, o qual é desejado ou causado pelo antagonista: o tráfico de drogas e a violência a ele associada.

Regra 3: Estado-objetivo desejado pelo protagonista e não desejado pelo antagonista: o combate ao tráfico de drogas é à violência a ele associada.

Regra 3.1: Estado-objetivo desejado pelo antagonista e não desejado pelo protagonista: A lucratividade com o tráfico e venda de drogas, principalmente, segundo a reportagem, a cocaína.

Regra 4: Trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimenta do estado de problema para o estado-objetivo: como dito, anteriormente, não há no decorrer da narrativa essa trajetória, já que as ações do protagonista só serão apresentadas ao final do texto.

Regra 5: Ações do antagonista que se apresentem como um obstáculo ou desvio da trajetória planejada pelo protagonista. Na reportagem em questão, essas ações correspondem ainda à trajetória do antagonista na busca do estado-objetivo por ele desejado: “tiroteios entre facções”;

“confronto violento de policiais com bandidos”; “túneis que ligam áreas importantes são fechados e estradas de acesso ao Rio são bloqueadas”; “Há duas semanas, o tráfico deu nova mostra da desenvoltura com que vem agindo ao ordenar ações que causaram a morte de doze pessoas e feriram outras trinta.”; “Nos últimos anos, o tráfico começou a explorar vários outros serviços nas favelas, avançando sobre o território do comércio formal.”; Promoção de eventos “para atrair mais clientes e aumentarem as vendas. O mais popular deles é o baile funk, mas outros eventos estão surgindo. Recentemente um torneio clandestino de vale-tudo mobilizou centenas de expectadores. Há ainda os ensaios das escolas de samba. O da Mangueira, por exemplo, a mais tradicional escola de samba da cidade, recebe até 15000 pessoas por noite e tornou-se uma ótima oportunidade para os traficantes turbinarem suas vendas.”; distribuição de armas e drogas e disputa de territórios entre as favelas: “Cada favela desse conjunto funciona como uma espécie de centro distribuidor de armas e drogas para outras ligadas à mesma facção, além de emprestar apoio operacional a quadrilhas amigas nas intermináveis disputas de território”.

Regra 6: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3: Esse estado de transição é apresentado apenas no final da reportagem, quando da apresentação das ações do protagonista.

Regra 6.1: Estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do antagonista definido na regra 3.1: Como as ações do protagonista ainda não foram apresentadas, não é possível identificar esse estado decisivo que comprometa o alcance dos objetivos do antagonista. Os obstáculos que se apresentam ao alcance dos objetivos do antagonista (a lucratividade com o tráfico e venda de drogas) estão relacionados às ações de outros personagens, relacionados ao próprio negócio desenvolvido pelo antagonista: “O lucro só não é maior para as quadrilhas porque, para se manter, elas têm de lançar mão de grossas quantias para remunerar policiais corruptos. Há os que chegam a ficar com 80% do lucro em algumas favelas.”; Outra fonte de despesa são os funcionários de carreira, sem trocadilho, que ganham salários invejáveis. O de um ‘gerente-geral’ chega a 15 000 reais por mês”.

Após apresentada toda a trajetória do antagonista na busca pelo alcance de seu estado-objetivo, o enunciador fecha o ciclo narrativo, apresentando sob o subtítulo “Como resolver o problema” o que nos permite identificar a **regra 4** (trajetória, de acordo com a ação do protagonista se movimenta do estado de problema para o estado-objetivo), ressaltando apenas que essa trajetória se apresenta como uma perspectiva futura e as ações a ela relacionadas não serão desempenhadas pelo protagonista em questão - a revista *Veja* -, a qual, apresenta apenas a trajetória a ser seguida. Essa regra pode ser associada à **regra 6** (estado de transição que, decisivamente, possibilite ou impossibilite o alcance do objetivo do protagonista definido na regra 3) e ainda à **regra 7** (estado terminal no qual os valores desejados pelo protagonista sejam claramente opostos aos do antagonista, por meio da combinação ou não seus respectivos estados-objetivo). Vejamos, então, quais são as ações do protagonista, no caso a própria Revista *Veja*, no alcance de seu estado-objetivo (o combate ao tráfico e à criminalidade a ele associada): “Estabelecer metas mais rigorosas para a repressão ao crime”; “abrir corredores de circulação pelas favelas cariocas”; “vigiar as entradas do Rio. Os caminhos por onde a droga chega à cidade são mais do que conhecidos: a Via Dutra e a rodovia Rio-Santos, que se unem na Avenida Brasil”; “isolar os líderes de facções em presídios de segurança máxima”. Comparadas às ações do antagonista, percebemos que as ações propostas pelo protagonista vão exatamente de encontro às do primeiro personagem, concluindo o ciclo narrativo de forma a não deixar nenhum problema sem solução, ainda que a revista não especifique exatamente como ou por quem essas medidas serão tomadas.

Ao afirmarmos anteriormente em neste trabalho o papel da semântica global enquanto sistema de restrições que afeta o discurso, restringindo simultaneamente todos os planos discursivos, compreendemos que esse processo se dá tanto internamente, na relação das unidades discursivas com todos os elementos que compõem sua série; quanto externamente, na relação do discurso com as FDs às quais se filia.

Internamente, percebemos a atuação da semântica global no processo de organização da narrativa. Se, conforme pesquisa realizada por Beaugrande & Colby (1979, *apud* PALMER, 1999) as narrativas se organizam geralmente sob a trajetória das ações desempenhadas

pelo protagonista, como explicar que, no caso em tela, essa organização leva em conta a trajetória do antagonista tendo em vista seu estado-objetivo?

Isso fica claro se considerarmos a inserção da reportagem no contexto de sua ocorrência dentro da revista. Como já afirmado, ela é parte integrante do Especial “Crime: as raízes, a impunidade, as soluções”. Considerando as escolhas não só lexicais como também temáticas na composição do título desse Especial, compreendemos como semelhantes escolhas refletem o próprio modo de enunciação da reportagem em questão. O objetivo não só de toda a Reportagem Especial, como daquela que foi objeto de nossa análise é apresentar as raízes da criminalidade (no caso do Rio de Janeiro, o tráfico de drogas), a impunidade relacionada a essa criminalidade (na reportagem em questão a não presença de um protagonista no decorrer da narrativa mostra como essa impunidade contribui para que o antagonista caminhe na busca de seu estado-objetivo) e, por fim, as soluções (ações propostas pela Revista *Veja*, como forma de resolução do problema da criminalidade, ainda que sua execução não seja papel da revista). Essas colocações ficam mais claras principalmente se consideramos as escolhas lexicais e o estatuto que o enunciador confere a si mesmo e ao enunciatário no *lead* que encabeça o Especial: “**“Conhece o teu inimigo”, diz a máxima antiga. O inimigo em questão é a criminalidade no Brasil, hoje em proporções muito acima das suportáveis em um país que se pretende civilizado. Nas próximas quarenta páginas, VEJA [destaque do original] faz uma contribuição a esse bom combate, não só revelando entranhas e contornos do mundo da bandidagem, como propondo soluções para extirpar as raízes desse mal.**”

O trecho em questão marca claramente o papel que a revista se delega: contribuir para o “bom combate” à “criminalidade no Brasil”, revelando suas “entranhas e contornos” como ainda “propondo soluções para extirpar as raízes desse mal”. Marca ainda o estatuto que a revista delega a seu destinatário para que legitime seu dizer: a utilização do imperativo “conhece” e do pronome possessivo de segunda pessoa “teu”, inclui os leitores da revista no grupo do qual o crime é inimigo. Essa relação é reforçada pela exposição dos estados-objetivo do antagonista e do protagonista no curso da narrativa. Os

daquele indo de encontro às e os deste ao encontro das crenças dos interlocutores.

Em relação às formações discursivas às quais o enunciador se filia para dizer o que diz identificamos duas FDs, amplamente recorrentes no senso-comum, as quais, na verdade se complementam: uma que relaciona o problema da criminalidade à impunidade e outra que acredita que as soluções para semelhante problema são simples (a revista inclusive as aponta), basta que se tenha alguém capacitado para pô-las em prática (ainda que a revista não nomeie esse alguém).

Ao se filiar a essas FDs, percebemos como a mídia constrói uma visão simplista dos eventos sociais por meio de percepções dominantes sobre a violência; percepções essas que, como vimos em Freire e Carvalho (2008), definem o que pensar, o que sentir e ainda como agir na solução do problema. Na busca de soluções rápidas e simplistas para a solução da criminalidade, a revista impõe aos eventos sociais uma determinada ordem narrativa em que o problema passa a ser compreendido segundo a ótica da luta do bem contra o mal.

Nessa ótica, temas mais profundos sobre a criminalidade são excluídos do discurso midiático na tentativa de apagar qualquer possível contradição com as FDs a que o discurso se filia, ocultando sobre a falsa ideia da unicidade discursiva, a relação dessas FDs com as FDs que lhes são exteriores.

Considerações finais

Iniciamos este trabalho com a proposta de analisar como os eventos sociais relacionados à violência no Rio de Janeiro são transformados em narrativas sobre esses eventos em uma reportagem publicada por uma revista de circulação nacional.

Com esse intuito, filiamo-nos a duas concepções fundamentais. A primeira relacionada ao papel fundamental desempenhado pela mídia em nossa sociedade na produção e distribuição de material simbólico. A segunda, filiada ao quadro teórico-metodológico da AD, vinculada a uma concepção de linguagem na qual se considera impossível a compreensão da materialidade textual sem relacioná-la às FDs que lhe dão origem.

Delineados os pressupostos teórico-metodológicos do trabalho, partimos para a análise do *corpus* com vistas a observar, por meio do

modelo *Protagonist-Antagonist* de organização das narrativas, como as relações sociais eram transformadas em narrativa no fio da prática discursiva.

Essa análise nos possibilitou observar como as FDs procuram determinar as condições de exercício da função enunciativa, via um sistema de restrições semânticas globais que restringe simultaneamente todos os planos discursivos, procurando apagar a relação do discurso com seu exterior.

É nesse sentido que reafirmamos que as narrativas midiáticas são uma forma fragmentária de construir visões mal definidas dos eventos, incluindo certos acontecimentos e excluindo outros; assim como apresentando os atores sociais em relações particulares uns com os outros.

Referências

BAKHTIN, Mikhail/VOLOSHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

BEAUGRANDE, Robert de. *Text, Discourse, and Process: Toward a multidisciplinary science of texts*. Florida: University of Florida, 1980.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

FREIRE, Silene de Moraes; CARVALHO, Andreia de Souza de. Midiatização da violência: os labirintos da construção do consenso. *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v.7, n. 1, jan./jun. 2008. p. 151-164.

LARA, Glaucia Muniz Proença. Aplicando alguns conceitos de “Gênese dos Discursos”. In: POSSENTI, Sírio; BARONAS, Roberto Leiser. (Org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a análise do discurso no Brasil*. São Carlos/SP: Pedro e João Editores, 2008. p. 111-132.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Unicamp: Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos Discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PALMER, Gary B. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*. United States: The University of Texas Press, 1999.

POSSENTI, Sírio. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Introdução à Linguística 3: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 353-392.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos Geopolíticos da Mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

THOMPSON, John Brookshire. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Recebido em 14 de outubro de 2010

Aceito em 13 de março de 2011

O PRIMO BASÍLIO: AS ADAPTAÇÕES E SUAS FUNÇÕES SOCIAIS

O PRIMO BASILIO: THE ADAPTATION AND SOCIAL FUNCTIONS

Carlos Alberto CORREIA *

Resumo: Este artigo tem como finalidade discutir o aproveitamento de conteúdos sociais propostos por um romance publicado em 1878, *O primo Basílio* de Eça de Queirós, e suas duas adaptações audiovisuais no Brasil. Para tal, primeiramente, é feito um esboço sobre como esses meios comunicacionais são utilizados para apresentar aos seus usuários mecanismos de identificação e conscientização. Depois então, perpassando pelo contexto histórico d'*O primo Basílio*, será ressaltada a função moralizante da obra e o processo de aproveitamento desses recursos na sociedade contemporânea por parte dos receptores como fonte de identificação e formação.

Abstract: This article aims to discuss the use of social content proposed for a novel published in 1878, *O primo Basílio* by Eça de Queirós, and her two audiovisual adaptations in Brazil. To do this, first, the paper outlines how these communication means are used to present to their users identification mechanisms and awareness. After that, going through the historical context of *O primo Basílio*, it will be highlight the role of moralizing work and the process of exploiting these resources in contemporary society by recipients as a source of identification and training.

Palavras-Chave: *O primo Basílio*; adaptação; conteúdo social.

Keywords: *O primo Basílio*; adaptation; social content.

O ato de relatar histórias passou, desde o surgimento da arte do Cinema, a integrar a gênese cinematográfica, correlacionando assim, cinema, televisão e literatura através do processo de adaptação de obras literárias para o meio audiovisual. Podemos constatar neste processo a forte valorização dos recursos visuais na sociedade contemporânea, que se vale da imagem para ilustrar o que nos cerca. Tendo em vista esta assertiva, este estudo visa assinalar alguns aspectos referentes ao conhecimento social produzido e compartilhado

* Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil em 2010. Doutorado em andamento em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, *campus* de Assis. É professor da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Contato: calcorreiasp@gmail.com

pelos meios de comunicação, e principalmente pela adaptação de obras literárias para o audiovisual. Para tal, lançar-se-á mão da análise de diferentes adaptações para o audiovisual de um clássico da literatura portuguesa *O primo Basílio*.

Essas versões audiovisuais constituem uma nova produção que mantém relações, em maior ou menor grau, com o original. É através do diálogo que se estabelece a cultura da palavra e da imagem, pois toda adaptação deve necessariamente transformar o texto com o qual se relaciona, uma vez que se utilizará de signos e códigos diferentes em sua feitura, um processo de releitura muito comum nas obras da atualidade. As obras audiovisuais em análise se concentram em suportes diferenciados, sendo uma minissérie e um filme.

A adaptação televisiva foi executada por Gilberto Braga e Leonor Bassères, com a produção de Daniel Filho. A minissérie global estreou em agosto de 1988, sendo exibida em 16 capítulos de terças às sextas-feiras, 22h. Porém, este estudo se dará a partir de um *box* lançado pela globo marcas em 2007. Outro suporte a ser estudado é o filme dirigido por Daniel Filho, lançado em agosto 2007, sendo distribuído pela Buena Vista distribuidora, com a duração de 104 minutos, que também narra a história de uma jovem que, na ausência do marido, estabelece um envolvimento amoroso com o seu primo. O enredo fílmico desenvolve-se em 1958, os recém-casados Jorge (Reynaldo Gianecchini) e Luísa (Deborah Falabella) circulam nos mais finos eventos da sociedade paulistana. Ele é um engenheiro contratado para trabalhar nas obras de construção da nova capital brasileira, Brasília; por isso, afastar-se-á de seu lar. Luísa, uma jovem frágil e carente, logo sente falta da companhia do marido e acaba engatando um caso com o sedutor Basílio (Fábio Assunção), um primo que estava morando na Europa e com quem havia vivido um romance no passado. Os problemas começam quando sua empregada, Juliana (Gloria Pires), descobre um bilhete de Basílio. Aos poucos, a invejosa funcionária transforma a vida de Luísa num verdadeiro tormento.

O trabalho de transcodificação elaborado pelo adaptador e pelo próprio diretor pressupõe uma leitura crítica do texto “de partida”. A adaptação não só efetua ampliações ou reduções na narrativa, como também mantém um diálogo com todo o universo da cultura, não apenas com a obra literária que a motivou, mas com todo aparato cultural de sua época. Assim sendo, na primeira parte do trabalho

constará do registro social-histórico da obra e de seu período de produção. Nessa perspectiva serão apontadas as relações existentes entre o escritor português Eça de Queirós e o movimento Realista.

Outra vertente do trabalho e estabelecer a relação entre o real e ficcional nas produções audiovisuais. Sabemos que a produção audiovisual quando se refere ao real o capta, e o devolve aos olhos do espectador como uma espécie de real transfigurado que vem por uma nova linguagem recheada de significados alusivos a condição humana. As imagens e os sons do cinema e da televisão educam a nossa memória visual e também traduzem por si só uma educação estética que resgata e auxilia na construção de saberes utilizados como ferramentas de vida pelo espectador. Para isso será discutido as relações entre conteúdo social e alguns personagens presentes na obra, além da condição de estrutura familiar e sua identificação com o leitor.

Diante disso, há inúmeras formas de estudar e interpretar questões sociais e a cultura na mídia, pois o cinema e a televisão, em seus diversos formatos e suportes, permeiam configurações históricas da sociedade em linguagem simbólica, alegórica, muitas vezes lançando mão das experiências culturais e dos procedimentos sociais dos indivíduos. Deste modo, o adaptador pode conceber ao seu produto uma nova ordem de significação, articulando novos símbolos, deslocando alguns, subvertendo outros, tudo, para promover maior interação entre obra e espectador.

É nesse sentido que este artigo discute as relações dialógicas e intertextuais que se manifestam entre a literatura e o processo de adaptação na obra de Eça de Queirós. O foco do estudo recai, especialmente, na reelaboração de mecanismos para ajustar a história, ou até mesmo transportá-la do livro para tela, explorando os diversos símbolos que foram concebidos para essa transposição, além de focalizar alguns dos aspectos que se consideram essenciais para compreender a interação com as obras desse gênero, a saber: os conteúdos sociais preferencialmente representados, o aproveitamento feito das obras de ficção e o envolvimento como um fator que interfere no entendimento e na interpretação do que se assiste nas produções audiovisuais.

Contexto histórico

O século XIX, sobretudo em sua segunda metade, período em que fora escrito o romance em análise, representa uma das fases mais ativas, do ponto de vista intelectual e literário, da história europeia. Nesse contexto, tem-se um Portugal regenerado, recuperado da aguda crise enfrentada principalmente pela independência do Brasil na primeira metade do século. Essa crise econômica só ira resolver-se a partir de 1851, quando se inicia o período histórico conhecido como Regeneração, que pretendia reerguer o país. Verifica-se, então, ao lado de uma política liberal, um programa econômico desenvolvimentista, que se dirige, em primeiro lugar, para aumento da produção agrícola. Em *História social da literatura Portuguesa* (1985), Abdala Junior e Maria Aparecida Paschoalin tratam desse período apontando a formação de uma nova classe social, a denominada pequena burguesia citadina, que sai do campo para cidade a fim de desfrutar do progresso e dos melhoramentos materiais e sociais que lhes são proporcionados. Seguindo os autores,

A política econômica desenvolvimentista seguida pelo regime liberal trouxe grande aumento da produção agrícola, beneficiando os proprietários da terra, que passaram a residir nas cidades. Em consequência, temos o crescimento de uma classe média citadina, de raízes agrárias, que veio somar-se à comercial, grupo social bastante beneficiado pelo desenvolvimento dos novos meios de comunicação. (ABDALA JÚNIOR, PASCHOALIN, 1985, p. 99).

É neste contexto, com o surgimento de uma nova classe social, a denominada pequena burguesia citadina, que se inicia um novo movimento literário: o Realismo, o qual evoluiu gradativamente para o Naturalismo. A ascensão deste estilo de literatura, em Portugal, foi propiciada nessa época em que a alta burguesia já não mais assumia o controle do país. Esta classe emergente favoreceu o crescimento da produção literária, passando a consumir cada vez mais jornais, revistas, romances, transformando-se num público significativo, que queria ver seus problemas retratados na literatura por meio da representação da realidade que vivia, tanto a situação social, econômica e política. E é esse aumento significativo dos meios de comunicação que irá propiciar aos escritores e jornalistas a possibilidade de crítica social. Dentre os

escritores desse período tem-se a figura de Eça de Queirós, que através de seu estilo e crítica traçará o perfil da sociedade lisboeta do século XIX.

O Primo Basílio é uma obra fundamental do Realismo-Naturalismo português. O movimento Realista-Naturalista é posterior ao Romantismo, o qual teve suas primeiras manifestações literárias em outros países europeus, principalmente na Alemanha e na Inglaterra. Da mesma forma como ocorreu nesses países europeus, em Portugal, o movimento romântico também remonta à evolução econômico-social e política da burguesia. A nobreza perde o poder político e econômico, e a burguesia passa então a ditar seus valores e costumes. Nessa perspectiva, surge nesse cenário um novo público-leitor, que tem sua origem na burguesa e cuja formação literária advém de leitura de jornais vendidos agora a preços acessíveis.

Além disso, a elevação do poder aquisitivo da classe média e um sistema de impressão em escala comercial propiciaram o alargamento do mercado consumidor. Se no classicismo tínhamos um público aristocrático, palaciano, agora este é mais amplo e precisava ser motivado para adquirir a obra de arte. Há, nesse setor, como no conjunto da sociedade, uma democratização da cultura (ABDALA JÚNIOR, PASCHOALIN, 1985, p. 78).

A formação dessa nova classe social e seu êxodo para cidade contribuiu de forma incisiva para a valorização da educação e para o avivamento da vida cultural nos grandes centros, além de impulsionar o aumento do consumo de jornais, ato que irá funcionar como um meio de difusão cultural. Assim, os meios de informação desse período, tais como: jornais e romances, irão expressar a concepção geral da vida portuguesa da época.

Eça e o Realismo

Se valendo da grande possibilidade proposta pela literatura, o escritor português Eça de Queirós tece uma veia de críticas à sociedade burguesa de sua época. Caminhando na esteira de Gustave Flaubert e Èmile Zola, o escritor aguçava discussões polêmicas em seus romances que vão desde a corrupção e falta de moral por parte do clero, a falta de parâmetros na educação feminina, o adultério, a indecência moral e

social de uma sociedade, dentre outros assuntos. Ao se referir ao Realismo português, o crítico Massaud Moisés, aponta que “o romance passa a ser, no Realismo, obra de combate, arma de ação transformadora da sociedade burguesa dos fins do século XIX. Torna-se instrumento de ataque e demolição”. (MOISÉS, 2003, p. 189). Portanto, a literatura passa a ser um importante veículo de denúncia social e arma transformadora de uma sociedade.

Entrelaçando os escritos de Eça com as posteriores produções audiovisuais, pode-se estabelecer vários elos e articulações entre ambas, já que o modelo de mundo proposto pelas adaptações audiovisuais se adéqua ao modelo do escritor, uma vez que representam uma gama de questões, dilemas e tópicos culturais que dizem respeito, direta ou indiretamente, a fatos da realidade de seus espectadores. Esses tópicos estão estruturados para propiciar debates, polêmicas que devem ser analisadas pelo público que as assiste, porque ao se identificarem com esses “personagens”, ou com essas discussões, o espectador terá a possibilidade de refletir sobre as alternativas relativas à atuação dos papéis que vem desempenhando, ou vão desempenhar na sociedade. Entre os conhecimentos fornecidos por esses produtos culturais midiáticos e os romances consta um amplo leque de estratégias de vida e de modelos comportamentais, além de uma variedade de possibilidades para o desempenho de funções sociais, podendo assim monitorar a concepção de si mesmo e imagem de si que se projeta. Esse “autorretrato” atribuído aos meios de comunicação citados propicia o diálogo entre produção do escritor português e sua adaptação para audiovisual.

Massaud Moisés segue continuidade ao seu posicionamento em seu livro: *A Literatura Portuguesa (2003)*, ao atribui à literatura a possibilidade de escancarar os problemas e propor soluções. O autor compara os escritos realistas a um bisturi, pois para ele a escrita deveria funcionar como veículo denunciador dos problemas sociais, já que com o auxílio desse instrumento o médico consegue perfurar o corpo e focalizar o problema, assim também, deveria funcionar um escrito literário, como um instrumento que amplie a visão de quem o lê e possibilite um maior esclarecimento, pois,

[...] o bisturi ia diretamente á grande chaga social e expunha-a friamente, no intuito inicial e principal de moralizar, reformar, pela

revelação do erro. Dar-se-ia a Burguesia a possibilidade de tomar consciência da situação e de encontrar saída honrosa para ela (MOISÉS, 2003, p. 190).

Sabe-se que Queirós não é apenas um analista ou um artista, como propunha a estética do Realismo, pois, em seus escritos o autor procurava trazer à tona valores morais e éticos, já que almejava a conscientização de seu público leitor. Com estilo próprio e personagens destituídos de força moral, sugere uma reforma social para a sociedade burguesa do século XIX. A forma de arte praticada por Eça corresponde ao que se denomina arte “engajada”, e a tese social sustentada pelo autor é a crítica à educação da mulher nos moldes românticos, com a consequente denúncia do modo como realizava o casamento na media burguesia de Lisboa. O pano de fundo é a existência dessa burguesia que revelava acentuada degradação moral. Ao analisar o romance no Realismo, o crítico Massaud Moisés afirma que

[...] para pôr à mostra o declínio da instituição burguesa, os realistas atacaram de frente o seu núcleo; o casamento, trazendo a nu as misérias que os destroem como alicerce da Burguesia, misérias essas condensadas no adultério, tornando lugar-comum elegante (MOISÉS, 2003, p. 190).

Em *O Primo Basílio* tem-se o adultério como trama principal, em que o casamento, um dos pilares da sociedade burguesa do século XIX, profundamente criticado. O cenário retratado perde agora o caráter de “perfeição”, o caos da vida moderna passa a ser pintado na literatura e a forma para demonstrar essa desordem social é o romance. O movimento *Realismo* seria a principal diferença entre o romance do século XIX e a ficção anterior, o Romantismo. A palavra “Realismo”, nesse caso, não tem o sentido de oposição ao idealismo, muito presente na estética romântica, mas identifica a busca por retratar todo tipo de experiência humana. Logo, o realismo proposto por Eça não está no tipo de vida apresentada, mas no modo como a apresenta. Porém, a concepção que consiste em simular a realidade, e que caracterizou o realismo na literatura, encontrou, por exemplo, um bom terreno de investigação na análise da minissérie de televisão *O primo Basílio*, baseada na obra de Eça de Queirós, já que a precisão dos cenários, do

vestiário de época e da sonoplastia, para citar alguns de seus elementos, sugerem uma impressão escrupulosa do real, o que nos possibilita também “ver” a sociedade portuguesa daquele período. Por isso, podemos afirmar que os elementos inseridos nas produções audiovisuais estão no lugar do “real” e o representam ali na tela ou na televisão.

Uma cena que se vê no filme ou na televisão representa, no breve momento em que aparece, uma cena que poderia ter sido vista na realidade, numa duração muito maior, na perspectiva artística e estética tanto do suporte tecnológico, como também do suporte cultural que a obra tenta imprimir. Por essas conexões estabelecidas pelos leitores/espectadores, a identificação com a vida real passa a ser um fator decisivo para sucesso dessas produções audiovisuais, já que assistindo as produções audiovisuais ou lendo os romances do escritor português, eles têm a possibilidade de observar como cada personagem é construído e se constrói ao mesmo tempo. Isso possibilita, também, a criação de mecanismos e parâmetros para julgar e avaliar a si mesmo e aos demais com base nessas referências adquiridas. Ao entrar no texto e envolver-se com esse mundo ficcional, ao deixar-se envolver pela trama, o receptor tem a possibilidade de participar e entender como se articula cada personagem, podendo até conectar-se com os mesmos através de suas experiências e competências sociais e culturais. Portanto, tanto o romance quanto sua transposição para outro suporte incorporou uma visão circunstancial da vida através de uma corrente que impulsionou o escritor português, o Realismo-Naturalismo.

Conteúdo social e relação de identificação com os personagens

Os textos audiovisuais, assim como também os textos queirosianos dos quais se apropria, são um material rico para que se analise a problemática de representação do mundo em literatura. Em *O primo Basílio* acompanhamos a vida dos personagens como um processo temporal, social e histórico, sujeito às circunstâncias sociais.

Sabe-se que a formação dos sujeitos sociais se dá através de um contínuo processo de aprendizagem, onde, por meio dos saberes e experiências reproduzidas pelas diversas instituições, os indivíduos adquirem, assimilam e interiorizam conhecimento que lhes permitem apresentar-se, posicionar-se e atuar em sociedade. Entre os aspectos

centrais na formação de um sujeito social, associa-se a aprendizagem e a construção de uma aprendizagem relativa à adaptação e ao ajuste dinâmico e reflexivo em relação às demandas provenientes do contexto social. De tal modo, Eça de Queirós propicia vida a personagens de papel, que são portadores de significados, os personagens-tipos. Figuras caricatas que representam determinados papéis sociais na sociedade de determinada época, assim, o escritor consegue retratar a sociedade burguesa do século XIX e suas mazelas através desses personagens. Tem-se na obra do escritor a ironia e a crítica, bases falsas que solidificaram a educação e a moral nesse período da história portuguesa; por isso, através de seus personagens o autor adverte o seu leitor para que, ao se identificar com algum personagem, perceba seu erro e o corrija rapidamente.

Através dos personagens, o autor lança mão de alguns recursos para construção e aprofundamento de sua crítica. A começar por D. Felicidade, senhora de meia idade, gorda, solteira, sofre de problemas do intestino e insucesso amoroso. A partir da descrição do personagem pode-se ver a ironia empregada pelo autor ao atribuir a ele o nome de Felicidade. Neste caso, um dos aspectos que caracteriza a criação dos personagens é a escolha do nome próprio. O personagem representa a alta sociedade portuguesa: aos cinquenta anos queixa-se de dispepsia e gases. Apesar de intensamente religiosa recorre, à bruxaria para obtenção de préstimos amorosos: apaixonada pelo Conselheiro, roga a bruxas que enfeitice e abra o coração de seu amado.

Outro recurso utilizado pelo escritor é a descrição externa dos personagens: seus atributos físicos, gestuais, vestuário e a forma discursiva. Um exemplo clássico é o amor de dona Felicidade, o conselheiro Acácio. O funcionário público é retratado como magro, alto, sempre vestido com cores escuras e dono de um discurso vazio. Segundo críticas do próprio autor, as frases, desse personagem, são ao mesmo tempo empoladas e vagas, repletas de lugares comuns e obviedades, patentear o ridículo do formalismo oficial. Ao conceber esse personagem, o autor português satiriza a incapacidade mental da classe dirigente de Portugal. Adverte-se a pomposidade do personagem ao não dizer jamais a palavra “vomitar”: para ilustrar tal ação, o personagem “fazia um gesto indicativo e empregava a palavra restituir” (EÇA, 1997, p.37).

Já o personagem Leopoldina representa a mulher decaída, mal casada. Seu comportamento e suas ideias são ousadas para época, apontando o moralismo expresso por Eça, pois a mesma tem amantes, não quer ter filhos, além de fumar. Por mais ousada que seja, o personagem não representa um modelo de mulher progressista, pois padece do mesmo mal de Luísa: o bovarismo. A jovem sonha com aventuras românticas, iguais aos livros do Romantismo, pois idealiza encontro com piratas, príncipes e homens idealizados. O único arrependimento desse personagem é ter perdido a reputação, a boa fama, pois declarava abertamente a postura de adúltera e de fumante. Contraditoriamente, sua prática, em sua fala, refere-se à imoralidade praticada por parte de algumas mulheres da alta sociedade lisboeta.

[...] Exagerava muito; mas odiava-as tanto! Porque todas tinham, mais ou menos, sabido conservar a exterioridade decente que ela perdera, e manobravam com habilidades, onde ela, a tola, tivera só a sinceridade! E enquanto elas conservavam as suas relações, convites para soirées e estima da corte, ela perdera tudo, era apenas a Quebrais! (QUEIRÓS, 1997, p. 258).

O personagem Sebastião é o único personagem que é retratado com representante do bem. O personagem é apresentado como bondoso, simples, como alguém que valoriza o personagem feminino e que apresenta consciência da injustiça social. Na seguinte passagem o personagem registra sua indignação frente ao trabalho exploratório:

Sebastião, interpelado, corou, declarou que não entendia nada de política; havia, todavia fatos que o afligiam: parecia-lhe que os operários eram mal pagos; a miséria crescia; os cigarreiros, por exemplo, tinham apenas de nove a onze vinténs por dia e, com família, era triste...

— É uma infâmia! Disse Julião encolhendo os ombros.

— E há poucas escolas... — observou timidamente Sebastião (QUEIRÓS, 1997, p. 245).

Através da caracterização de seus personagens, Eça faz severas críticas à sociedade de sua época. Sua obra faz observações objetivas e naturais de seu mundo, na qual está presente a forte denúncia ao vazio e à superficialidade da sociedade. A minissérie global atenta a esses padrões e procura manter uma atmosfera parecida com a de Eça,

intensificando a ação dos personagens do romance, chegando a manter passagens (diálogos) inteiros do livro. Deve-se considerar que cada obra dialoga com sua época, de maneira que o padrão estabelecido pelo no século XIX não corresponde integralmente ao mantido pela minissérie no século XX, ainda que ambas obras apostem na discussão dos papéis e padrões sociais.

Segundo Gomes (2009), a abordagem sociológica sobre a inserção dos sujeitos no meio social enfatiza que a socialização prepara a vida em sociedade. Dentro dessa perspectiva concentram-se os mecanismos utilizados para fornecer aos indivíduos um conhecimento básico sobre os múltiplos grupos que compõe a sociedade em geral, e sobre como se adquire o conhecimento necessário para tornar-se um membro ativo de grupos sociais específicos. É através da apropriação de conteúdos sociais oferecidos também pelas obras midiáticas que os telespectadores somam elementos para refletir sobre a própria identidade social. Gomes indica esses programas audiovisuais como fonte de aprendizado social, já que “fornecem modelos vistos pelos membros da audiência como socialmente úteis, seja para confirmar a interpretação dada aos papéis sociais que desempenham, seja para aprender sobre as experiências ligadas a eles ou para imitar os comportamentos associados ao êxito e à aceitação social” (GOMES, 2009, p.153).

E é assim com os conteúdos sociais atualizados, e com o repertório de conhecimento sobre os papéis sociais vigentes na sociedade atual, que o diálogo entre o modelo de mundo das obras e a bagagem de experiência dos telespectadores se concretiza, contribuindo pra o processo de socialização do público receptor.

A família e suas responsabilidades sociais – o retrato da família lisboeta em Eça

Em *O primo Basílio* percebe-se um enredo extraído da realidade contemporânea do autor. Eça narra a experiência individual de suas personagens, preocupando-se em dar impressão de fidelidade à experiência humana, não se apoiando na tradição coletiva. O enredo da obra desenrola-se em torno de um caso de adultério, que acontece dentro de uma típica família burguesa lisboeta da segunda metade do século XIX. Em carta a Teófilo Braga, logo após a publicação de seu

livro, explica que o romance não ataca a família, instituição que ele respeita muito, mas sim a família lisboeta. Segundo palavras do escritor o livro

[...] apresenta, sobretudo, um pequeno quadro doméstico, extremamente familiar a quem conhece bem a burguesia de Lisboa; a senhora sentimental, mal-educada, nem espiritual (porque cristianismo, já não o tem; sanção moral de justiça, não sabe o que é isso é), arrasada de romance, lírica, sobreexcitada no temperamento pela ociosidade e pelo mesmo fim do casamento peninsular, que é ordinariamente a luxúria, nervosa pela falta de exercício e disciplina moral, etc...; enfim, a burguesinha da Baixa (QUEIRÓS, *apud* BELLINE, 1997, p.31).

Ao se tratar da esfera social e os papéis ocupados pelos indivíduos e suas respectivas identidades, é importante lembrar que cada qual desempenha uma função no eixo familiar que se estende ao: pessoal, social, já que cada um tem suas respectivas responsabilidades e funções pré-definidas. Eça, com sua vertente moralizante retrata a sociedade burguesa do século XIX ao lançar mão de uma família e dos vários papéis que estão atribuídos a esses personagens. Nessa perspectiva Gomes afirma que

[...] a posição diferencial no ciclo da vida é um importante elemento que influencia, por exemplo, na forma de inserção no contexto familiar. Segundo a posição que se está situado no ciclo da vida, nesse caso, modifica-se o grau de responsabilidade e o tipo de expectativa relacionado à produção física e a reprodução dos papéis sociais que se desempenha (GOMES, 2009, p. 118).

Desse modo, a personagem Luísa, títere, como mencionada na crítica de Machado de Assis, não poderia cumprir outro papel, já que estava designada e pré-determinada à posição social que lhe cabia. Portanto, o comportamento fútil e fugaz era lhe a única opção, pois, como afirma Eça, ela fora um fruto da criação romântica voltada apenas para o casamento. Assim sendo, a personagem é apresentada da seguinte forma pelo narrador:

Luisa espreguiçou-se. Que seca ter de se vestir! Desejaria estar numa banheira de mármore cor de rosa, em água tépida, perfumada, e

adormecer! Ou numa rede de seda com as janelas cerradas, embalar-se, ouvindo música! Sacudiu a chinelinha; esteve a olhar muito amorosamente o seu pé pequeno, branco como o leite, com veias azuis, pensando em uma infinidade de coisinhas: - meias de seda que queria comprar, no farnel que faria a Jorge para a jornada, em três guardanapos que a lavadeira perdera (QUEIRÓS, 1997, p. 17).

A personagem Luisa, segundo Belline (1997), representa a transposição para ficção das ideias de Eça sobre a educação da mulher. Para o escritor, a causa da deformação social é responsabilidade da exclusão da vida pública, que era atribuída às mulheres desse período. Para a estudiosa, a degradação moral da personagem inicia-se com a educação exclusivamente para o casamento, visto nesse período, como única opção de vida para a mulher. Assim, quando a jovem vislumbra a possibilidade de casamento com Jorge, vê-se tranquila e confortável. Segundo o narrador: “Estava noiva, enfim! Que alegria, que descanso para mama!” (p. 24).

Outra personagem em destaque é a empregada Juliana. Tem-se nessa personagem a representação simbólica da mulher do povo, a criada que jamais aceita sua condição de subordinação. Na passagem abaixo Eça evidencia a disputa de classe, e a visão de Juliana como personificação da exploração do proletariado:

Tenho passado anos e anos a ralar-me! Para ganhar meia moeda por mês, estafo-me a trabalhar, de madrugada até à noite, enquanto a senhoria pânria! È que levanto-me às seis horas da manhã – e logo engraxar, varrer, arrumar, labutar, e a senhora está muito regala em vale de lençóis, sem cuidado nem canseiras. A senhora suja, suja, suja, quer ir ver quem lhe parece, e cá está a negra, com a pontada no coração, a matar-se com o ferro na mão! E a senhora, são tipóias, boas sedas, tudo o que lhe apetece – e a negra? A negra a esfalfar-se! (QUEIRÓS, 1997, p. 208).

Tal qual o livro, as adaptações audiovisuais lançam mão dessa disputa de classe para traçar a trama de seus enredos. A minissérie enfatiza o papel de serviçal do personagem Juliana. Em uma das reuniões na casa de Luísa, o chá de domingo, a empregada está a servir os convidados, uniformizada, com bandejas à mão, pronta para atender aos pedidos de seus patrões. Sendo assim, a luta de classe passa ser

apontada como motivo de tensão, o conflito entre o dominador e o dominado.

Quando em um texto estão anunciadas diversas informações para descrever o que motiva determinada ação daquele personagem, este fato acaba por ser apresentado como um produto de múltiplos impulsos ou conflitos provenientes de diversos níveis da forma de ser do personagem. Assim, é concebida Juliana, que criada pela dor e pelo sofrimento, torna-se uma personagem amarga e fria. Nessa caracterização de Juliana torna-se explícita a teoria do condicionamento do personagem tanto pelo aspecto físico quanto pelas condições sociais.

O espaço físico não é meramente gratuito ou estético na obra do escritor português; ele motiva o diálogo, dinamiza a ação, liga-se à vida das personagens, estabelecendo uma correlação íntima com a movimentação, projetando-se, muitas vezes, no seu comportamento e estado de espírito. Para o romancista, a identidade de um indivíduo se constitui de atos, pensamentos e lembranças. Comprova-se a importância da experiência passada para o momento presente ao analisar a personagem Juliana de "O Primo Basílio", na qual o flashback, a recordação, o traumatismo de infância, a obsessão, a menção da família refletem no modo de agir e pensar do tempo atual da personagem. As recordações passadas de uma vida repleta de miséria asseguram coerência aos atos negativos de Juliana

Servia, havia vinte anos. Como ela dizia, mudava de amos, mas não mudava de sorte. Vinte anos a dormir em cacifos, a levantar-se de madrugada, a comer os restos, a vestir trapos velhos, a sofrer os repelões das crianças, as más palavras das senhoras, a fazer despejos, a ir ao hospital quando via a doença, a esfaltar-se quando voltava a saúde! Nunca se acostumara a servir! (QUEIRÓS, 1997, p. 75).

Portanto, como nesse caso, é por determinadas motivações e condicionamentos que alguns personagens se constituem. *O primo Basílio*, como bom livro de tese que é, consegue resgatar essa atmosfera de ações e cenários que explicam a atitude de determinados grupos sociais. Assim sendo, os personagens são como são, porque seus papéis na sociedade já estavam previamente definidos e estruturados. Os personagens que quiseram infringir esse código social

acabaram mortos: Luísa com dores de cabeça terríveis e Juliana com ataque cardíaco.

Conclusão

A relação entre os diversos meios de comunicação se intensifica e ganha novos significados na sociedade contemporânea. As produções audiovisuais *O primo Basílio* é um exemplo dessa mescla que conduz à interface entre literatura, cinema e televisão, gerando um produto com estética híbrida que transita entre as linguagens literária, televisiva e cinematográfica. A partir de tais balizamentos, o trabalho registrou duas das inúmeras produções de audiovisual produzidas no Brasil, enfocando as mediações entre os variados veículos de comunicação e os tipos de intertextos que atravessam esses produtos culturais híbridos, intensificando o diálogo que se estabelece entre a cultura da palavra e da imagem.

Em *O Primo Basílio* percebe-se que o enredo é extraído da realidade contemporânea do autor. Eça tem como objetivo narrar a experiência individual de suas personagens, preocupa-se em dar impressão de fidelidade à experiência humana, os retrata com seus vícios e suas virtudes. A personagem Luísa não é a jovem inocente e bondosa o tempo todo da narrativa. Ela muitas vezes humilha, maltratada a empregada. Juliana por sua vez, não é somente a vilã do enredo, como apontado pelo estudo, a personagem é a soma de fatores sociais, em perpassam pela cultura, classe social, oportunidades de vida, tudo é articulado para que aquela personagem tenha aquele comportamento.

O enredo da obra desenrola-se em torno de um caso de adultério, que acontece dentro de uma típica família burguesa lisboeta da segunda metade do século XIX. O que o autor nós mostra é a intimidade dessa família lisboeta, por ser, um escritor Realista-Naturalista, Eça adentra o âmago desse casal, parte de onde os Românticos pararam – o casamento- e retrata o íntimo dessa relação. O autor adentra a casa, o quarto, a sala, penetra no cerne dessa família e escancara sem receio seus conflitos, dores, suas vivências.

A partir dessa estrutura narrativa proposta pelo movimento Realista-Naturalista as produções audiovisuais acabam por ser beneficiadas, pois já dialogam diretamente com o universo doméstico.

O público receptor acostumado com as telenovelas brasileiras conhecem de antemão esse universo, pois se tem nas telenovelas um ambiente familiar. Dentro dessa perspectiva Gomes (2009) afirma que, esses veículos têm como centro de suas temáticas “as relações familiares e privadas dos indivíduos, tratada desde as rotinas e os hábitos que manifestam as diferentes formas de organizar, articular e hierarquizar os valores nas práticas sociais concretas (p. 154/155)”. Desse modo, temos na obra do escritor português um ambiente a muito habitado por nós brasileiros, a rotina familiar de uma casa. Talvez, por isso, as adaptações audiovisuais consigam ser lidas até como um produto local, por nós no Brasil.

Por tratar do cotidiano e dessa rotina familiar, as produções em estudo não têm apenas a função de entreter seus receptores, elas também propiciam conhecimento e informação, pois envolvidos em um processo de recepção, os indivíduos e grupos sociais se vêem e examinam a forma e os conteúdos desses programas. Nesse processo atuam socialmente e estabelecem paralelos sociais e culturais, chegando até a se identificarem como sujeito da narrativa. Portanto, tem-se nesse procedimento o envolvimento de duas subjetividades: uma referente ao produto e outro ao receptor, pois o produto elaborado possui um contexto-histórico, uma função social, ideológica que dialoga com seu contexto, e cabe ao seu público interpretar e redimensionar significados dessas produções, uma vez que podem identificar e estabelecer padrões sociais e comportamentais. Assim como fez Eça em seu romance ao traçar a sociedade lisboeta do século XIX e ilustrar os papéis sociais desempenhados pelos seguidos sociais, as produções audiovisuais podem também contribuir para esse reconhecimento e permitir uma identificação por parte de seu receptor.

Referências

ABDALA JÚNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. *História Social da Literatura Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1985.

BELLINE, Ana Helena. *Roteiro de leitura: O primo Basílio de Eça de Queirós*. São Paulo: Ática, 1997.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____. *et al. A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTÍN BARBEIRO, Jesús. Os métodos: dos meios às mediações. In: *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. México: Gustavo Gili, 1987.

_____.Tecnidades, identidades, Alteridades: Mudança e opacidade da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de *et. al. (Org.) Sociedade Midiatizada*. Ed. Mauad, 2006.

QUEIRÓS, Eça. *O Primo Basílio*. 18. ed. São Paulo: Ática, 1997.

O PRIMO BASÍLIO. Direção: Daniel Filho. São Paulo: Buena Filmes, 2007. 1 DVD (104 min.).

O PRIMO BASÍLIO. Direção: Daniel Filho. Roteiro: Gilberto Braga e Leonor Bassères. Rio de Janeiro: Globo Marcas, 2007. 3 DVD (160 min.).

Recebido em 15 de outubro de 2010

Aceito em 20 de novembro de 2011

FESTA E O MODERNISMO

THE FEAST AND MODERNISM

Cláudia Beatriz Carneiro ARAÚJO *

Resumo: O presente artigo pretende situar o grupo de *Festa* no contexto do início do século XX como uma das correntes literárias que fizeram parte da fase inicial do Modernismo brasileiro, apresentando suas características mais importantes, bem como, o projeto estético e ideológico que manteve o grupo de intelectuais, críticos e poetas unidos em torno de um mesmo ideal por mais de uma década. Para isso, será feita uma apreciação crítica da revista *Festa*, utilizada pelo grupo como veículo de divulgação e legitimação de suas ideias.

Abstract: This article seeks to situate the group the Feast in the context of early twentieth century as one of the literary currents that were part of the initial phase of Brazilian Modernism, with its most important features, as well as the aesthetic and ideological project that has kept group of intellectuals, poets and critics united around a common ideal for over a decade. For this, there will be a critical assessment of the Feast journal, used by the group as a vehicle for dissemination and legitimization of their ideas.

Palavras-chave: modernismo, *Festa*, tradição.

Keywords: modernism, the *Feast*, tradition.

Momento de renovação estética e ideológica na literatura brasileira

No início do século XX, vários grupos de vanguardas artísticas surgem na Europa. O momento histórico pelo qual passava a humanidade (modernização das cidades, novos meios de consumo cultural e ainda, conflitos entre países, como Primeira Grande Guerra) é refletido na arte e na literatura, transformando-as em um espaço onde emergem, ao mesmo tempo, várias concepções inovadoras. Isso ocorre devido à dissonância que havia entre o novo modo de vida da sociedade industrial e as técnicas e teorias estéticas que não conseguiam mais traduzir a realidade do momento. Tal fato leva à busca incessante por novas formas de se expressar, confirmando a

* Mestre em Teoria Literária pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, em 2012. Professora da Prefeitura Municipal de Uberlândia. Contato: claudiabeatriz31@yahoo.com.br.

necessidade inerente do homem de manifestar, através da arte e da literatura, a visão do mundo que o cerca.

Característica marcante, comum a todas as vanguardas artísticas, era o desejo compulsivo da diferença e da negação do passado. Tal fato está intimamente ligado aos modernos meios de produção, à nova forma de consumo e à ideologia progressista legada pela revolução industrial, colocando em voga a “ideologia do novo”. Já no que tange às divergências entre elas, limitando-se à literatura, destaca-se o projeto estético (renovação da linguagem) e o projeto ideológico (interpretação da realidade, *visão de mundo*), que as diferenciam. Das mais importantes no campo literário, estão o Expressionismo, o Cubismo, o Futurismo, o Dadaísmo e o Surrealismo.

No Brasil, as vanguardas européias foram incorporadas na literatura de maneiras diferentes, formando correntes literárias distintas, sendo na estrutura formal o ponto de maior sintonia com suas propostas estéticas. No entanto, há no Modernismo brasileiro uma corrente que se desprenderá das outras, negando essas tendências trazidas da Europa. Nesta, a corrente *espiritualista*, predominará a forma fixa da tradição. Já no que se refere ao conteúdo, o Modernismo brasileiro se particularizou das vanguardas, voltando-se à realidade nacional.

Das correntes literárias formadas no início do século XX no Brasil, destaca-se a corrente *primitivista* de Oswald de Andrade em São Paulo, um dos responsáveis pela Semana de Arte Moderna de 1922, a qual inaugurou o Modernismo no país. E em lado oposto, a corrente *espiritualista*, que se formou em torno de Tasso da Silveira, no Rio de Janeiro. Enquanto na primeira reuniam-se escritores que buscavam explicar o Brasil, voltando-se às suas origens, aspirando construir a identidade nacional de seu povo; a segunda, sem romper completamente com o passado, buscava, através da espiritualidade, compreender a modernidade e indagar sobre o destino do homem. Os *primitivistas* tinham como projeto a renovação radical da estética e a redescoberta da identidade brasileira por um processo de retomada cultural. Os *espiritualistas* buscavam, via literatura, restaurar os valores morais perdidos na praticidade dos dias modernos, através da valorização do espírito humano.

Várias outras correntes literárias se formaram, tendo como divergências entre si mais o projeto ideológico que o estético. Todavia, pretende-se neste artigo, apresentar e refletir sobre as características e forma de manifestação do grupo *espiritualista*, tendo recorrido superficialmente sobre outros grupos literários apenas com o intuito de situá-lo no contexto em que se inseria, já que o primeiro momento do Modernismo brasileiro se fez em meio às turbulências das concepções inovadoras que surgiram e buscavam incessantemente se afirmarem como tais.

Resquícios da tradição no Modernismo

A corrente modernista espiritualista carregava fortes traços simbolistas, além de defender uma visão de arte ligada ao Espírito. Segundo Hauser (HAUSER, 1998, p. 958), os impactos da 1ª Guerra Mundial foram sentidos por todos, levando a um sentimento de desilusão geral, uma falta de confiança no próprio homem. A atmosfera de desespero instaurada leva, então, o homem a buscar, no passado, elementos para alimentar a mente e o espírito.

Se o grupo dos escritores da Semana de Arte Moderna, diante da inconstância da Modernidade, voltou-se para o passado com o intuito de justificar um projeto para o futuro, o grupo *Festa* se particularizou por tomar uma direção inversa: segurou-se no passado com o intuito de restaurar os valores perdidos no presente. Ambos, espiritualistas e primitivistas, tiveram o projeto político-ideológico, que sustentava o grupo, concretizado pelo projeto estético. Os últimos encontraram na própria linguagem a saída para dizer o indizível, afastando-se do referencial externo; os primeiros se afirmaram, justificando o não rompimento com o passado, no que tange à forma, como escreve Tasso da Silveira, no poema-manifesto, publicado no primeiro número da revista *Festa*:

Mas vemos igualmente os espíritos legítimos no seu posto imutável.
E apuramos o ouvido ao brado de alerta das sentinelas perdidas.
E sentimos à flor do solo o frêmito das subterrâneas correntes
de força viva, que serão captadas
pela sabedoria divina na hora próxima das construções admiráveis.
(SILVEIRA, Tasso da. *Festa*, Rio, nº 1, ago. 1927)

Compreendiam que, para inovar, era preciso primeiro conhecer e compreender os antigos modelos, ou seja, era necessário dialogar com o passado. Portanto, defendiam uma modernidade nascida a partir da continuidade, não da ruptura.

Para o grupo, a arte estava ameaçada pelo materialismo e pelo cientificismo que estavam atrelados ao processo de modernidade. Via a atualidade como um momento de desordem, tumulto, mas, também, propício para repensar e reorganizar os impactos do passado:

Nós temos uma visão clara desta hora.
Sabemos que é de tumulto e incerteza.
E de confusão de valores.
E de vitória do arrivismo.
E de graves ameaças para o homem.
(SILVEIRA, Tasso da. Festa, Rio, nº 1, ago. 1927)

Criaram, então, um projeto estético e intelectual voltado para a renovação e valorização do espírito, como escreve Tasso da Silveira no poema-manifesto já citado: “E a arte deste momento é um canto de alegria, uma reiniciação na esperança, uma promessa de esplendor.” (SILVEIRA, 1927)

O movimento se opunha às outras tendências modernistas pela visão de fundo espiritualista e filosófico, representando a expressão de uma unidade artística universalista que propunha repensar e redefinir o conceito de coletividade numa arte transcendental. Assim, conforme Antonio Cândido (1965, p.135), o grupo espiritualista, diante da ameaça aos valores tradicionais, trazida pelos modernistas primitivistas, reage no sentido de uma preservação, ou reajustamento de valores sociais, políticos e ideológicos:

E ouvimos o suspiro de alívio
da mediocridade finalmente desoprimida:
da mediocridade que, aproveitando o desequilíbrio de um instante,
ergueu também a sua voz em falsete,
e encheu o ar de gestos desarticulados
e proclamou-se vencedora,
na ingênua ilusão de que as barreiras que a continham
tombaram para sempre [...] Mas sabemos, também,
que não é esta a primeira hora de agonia
e inquietude que a humanidade vive.

(SILVEIRA, Tasso da. Festa, Rio, nº 1, ago. 1927)

Entretanto, a renovação que a corrente espiritualista propunha, na sua fase inicial (1919), não foi relevante por não se separar totalmente da tradição e, também, pelo surgimento de outras correntes modernistas mais radicais e fortes, sendo, que somente em 1927, com a publicação da revista *Festa*, divulgadora da estética e ideologia do grupo, as propostas espiritualistas tiveram uma maior disseminação, chegando a ser até mais aceitas que as propostas dos outros grupos, pois estes, por serem muito radicais na proposta de ruptura com a tradição, chocavam e não eram bem compreendidos pelos brasileiros leitores do início do século.

Entra em cena a revista *Festa*

Depois de várias tentativas, o grupo de Tasso da Silveira concretiza o ideal de ter seu próprio espaço para divulgar suas propostas, a revista *Festa*. Antes desta, o grupo, agora intitulado como grupo de *Festa*, havia colocado em circulação a revista *América Latina* (1919), a revista *Árvore Nova* (1922) e a revista *Terra do Sol* (1924), mas nenhuma foi tão duradoura e legitimadora do grupo, como *Festa*.

A revista teve como idealizadores Tasso da Silveira e Andrade Muricy. Também fizeram parte do grupo Adelino Magalhães, Barreto Filho, Brasília Itiberê, Henrique Abílio, Lacerda Pinto, Abgar Renault, Wellington Brandão, Cardilho Filho e Murilo Araújo. Como colaboradores frequentes participaram Cecília Meireles e Tristão de Ataíde. Além da participação eventual de autores como Carlos Drummond de Andrade, Francisco Karan, Carlos Chiacchio, Gilka Machado, Jorge de Lima, Ribeiro Couto, Plínio Salgado, Mário de Andrade e Nestor Vitor. Seus ilustradores mais importantes foram Correia Dias, Cecília Meireles, Ismael Nery e Manuel Santiago.

Festa se desenvolveu em duas fases: a primeira, em que foram produzidos doze exemplares, vai de 1º de agosto de 1927 a 15 de setembro de 1928; a segunda fase, composta de nove números, vai de julho de 1934 a agosto de 1935. Na primeira fase, recebeu o subtítulo de “Mensário de pensamento e de arte”, representando seu período mais importante, pois, inserida no contexto da década de vinte, participa de um diálogo com as demais correntes modernistas, ou seja,

como era composta por um grupo que destoava estética e ideologicamente dos demais, seu espaço era utilizado para divulgar suas propostas e até mesmo como lugar de “disputa/debate” com as demais tendências modernistas.

Como forma de ilustrar o tipo de debates e disputas existentes no interior do movimento modernista e que ganhava forma na revista, segue abaixo o trecho em que Mário de Andrade escreve para o mensário (nº 6), no qual critica e, ao mesmo tempo, reconhece o valor do grupo de *Festa*:

Talvez mesmo devido a preocupações de ordem espiritual um pouco abstrata que o animam, tem um grupo de literatos no Brasil, que vem passando por demais na sombra. Esse grupo afinal resolveu chamar a atenção do brasileiro leitor para ele e está publicando uma revista, *Festa*. Fez muito bem. Se mais ou menos ele vivia na sombra, não se pode culpar disso os que viviam chamando a atenção, conseguindo em um momento quase monopolizar a preocupação literária brasileira. [...] A agitação, a vida nova principiou com essa gente. É possível que o pessoal de *Festa* não carecesse do movimento modernista para ser o que é. Mas, é incontestável que vivia apagado, numa torre de marfim, muito orgulhosa e isolada (ANDRADE, Mário de. *Festa*, Rio, nº 6, jan. 1928).

Em resposta a Mário de Andrade, Tasso da Silveira, no próximo número (nº 7), escreve um artigo. Segue abaixo trechos destes:

Mário de Andrade escreveu sobre *Festa* uma página de homem. De adversário, mas de homem. Simpatia à beça, como ele próprio diria. Mil gracias! Contudo ponhamos as rodas nos eixos. Mário afirma algumas coisas que não podem passar em branco.

A primeira e mais importante, é que o grupo de *Festa* vivia apagado, à parte (antes do aparecimento da revista), e que a agitação, a vida nova, principiou com a gente da semana de arte moderna. Para ele, nós entramos na dança agora. Na hora de repartir os proveitos. Manhosamente [...] Ora, a verdade é que o grupo de *Festa*, pelo menos por alguns de seus elementos, vem atuando intensamente, sempre no mesmo sentido, desde 1919, menos característico do que hoje. Mas já dentro do rumo largo que se abriu a golpes fundos de tenacidade espiritual (SILVEIRA, Tasso da. *Festa*, Rio, nº 7, fev. 1928).

Na segunda fase, a revista recebe o subtítulo de “Revista de arte e de pensamento”, valorizando mais as artes em si do que a discussão teórica. As reflexões sobre modernidade e nacionalismo, em diálogo com outros modernistas, perdem sua força no ambiente literário brasileiro, cedendo espaço na revista para a divulgação da produção literária.

O nome da revista foi inspirado no título do romance *A Festa*, de Tasso da Silveira, publicado no ano anterior. Causa de várias críticas, já que a revista se impunha pelo tom de séria reflexão crítica, afastando-se do espírito brincalhão de *Klaxon* ou da alegria irônica de Oswald de Andrade na *Revista de Antropofagia*. Diante de tais críticas, Tasso da Silveira responde, no nono número da revista, a uma crítica vinda de Oswald de Andrade:

Um dos líderes do cendrarsismo nacional, vulgo pau Brasil, perguntou-nos em carta por que fazemos “uma festa tão triste”... (ô meu querido Brazílio Itiberê: manda um pouco das tuas tintas de sol para iluminar as paisagens anêmicas das novelas russas de Oswald...) Oswald: eu escrevo as minhas páginas mais graves em alegria. Porque a alegria é grave. E danço maxixe como ninguém... Mas detesto a ironia, porque é dos cétricos. E detesto a galhofa imbecil, porque é dos entediados e vazios (SILVEIRA, Tasso da. *Festa*, Rio, nº 9, abr. 1928).

O grupo de *Festa* reivindica, com a publicação da revista, para o Rio de Janeiro (na verdade para si), a prioridade na renovação da arte brasileira, em oposição ao que estava sendo feito, ou tinha sido feito pelo grupo de Oswald de Andrade e outras correntes literárias desde a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo. Pois, apesar de atuarem desde 1919 como um grupo coeso, é somente com a revista *Festa*, que eles ganham voz.

Espiritualidade e catolicismo

A maioria do grupo de *Festa* se identificava com a filosofia da Igreja Católica. O convívio com Jackson de Figueiredo, divulgador da doutrina católica, e com Nestor Vitor, o principal crítico do Simbolismo, contribuiu para a tendência espiritualista e para os traços

simbolistas remanescentes no grupo. Eles defendiam a ideia da renovação do indivíduo por meio de mensagens positivas, acreditando na necessidade de levar conforto ao homem comum e restaurar os valores morais que se perdiam na modernidade.

Tasso da Silveira foi um dos que melhor representou as características do grupo em sua poesia. No poema-manifesto, já apresentado em alguns trechos neste artigo, é possível identificar a expressão de sentimento cristão no conjunto de elementos que o compõe, passando uma mensagem de fé e de esperança ao leitor, pois, “a hora é de agonia e inquietude [para aqueles] que se esqueceram de Deus; [porém, a arte que anuncia vem trazer] um canto de alegria, uma reiniciação na esperança, uma promessa de esplendor”. (SILVEIRA, 1927)

Cecília Meireles, ao contrário de Tasso da Silveira, fez fortes oposições à ideologia católica, inferindo que nem todos do grupo *Festa* estavam em sintonia no que tange à religião. Na verdade, o que o grupo tinha em comum era “O desejo de valorização do espírito humano em detrimento da ordem capitalista burguesa.” (LAMEGO, 1996)

O que mais irá identificar a poesia de Cecília ao grupo de *Festa*, nas primeiras décadas como escritora, é o tradicionalismo estético, em que a autora privilegia as formas poéticas clássicas, a riqueza do léxico e uma linguagem sensorial, que explora os símbolos e as imagens sugestivas; além de cultivar uma poesia reflexiva, de fundo filosófico. A escritora, assim como o grupo *Festa*, representa o moderno através da retomada da tradição.

O epigrama nº 5 é um bom exemplo do que foi colocado: Cecília Meireles toma o clássico, transpondo-o como moderno, ou seja, ela utiliza de uma forma tradicional para preenchê-la com material poético moderno. É possível então, ver algo simples, banal, transformado pelo olhar subjetivo da escritora, em algo metafísico:

Gosto da gota d'água que se equilibra na folha rasa,
tremendo ao vento.

Todo o universo, no oceano do ar, secreto vibra:
e ela resiste, no isolamento.

Seu cristal simples reprime a forma, no instante incerto:

pronto a cair, pronto a ficar – límpido e exato.

E a folha é um pequeno deserto
para a imensidade do ato
Melhores... (1984).

A gota d'água aparece como metáfora do universo. É o sublime no aparentemente banal. Ela é ao mesmo tempo universo e solidão, configurando-se no próprio sujeito, que ora aparece numa relação harmônica com o objeto, ora está em disjunção com este, ora é o próprio objeto. assim Bosi (1994, p. 515) situa Meireles no grupo Festa: “Com Cecília Meireles, a vertente intimista, [...] afina-se ao extremo e toca os limites da música abstrata.”

Outros nomes, como de Murilo Araújo, Abgar Renault, Francisco Karan, dentre outros integrantes do grupo, também conseguem refletir em suas poesias a proposta do grupo, mas não com a mesma intensidade que Tasso da Silveira e Cecília Meireles; ressaltando que esta começa a se desvincular do grupo a partir da década de trinta, chegando à década de quarenta a superar a influência que absorveu da estética *espiritualista*.

Traços estéticos da revista *Festa*

O grupo de *Festa* fez parte do grupo modernista do início do século, pois, assim como outras tendências da época, possuía uma proposta de renovação estética que se propunha a traduzir a modernidade em toda sua complexidade. Porém, foi distinto das outras vertentes modernistas na forma como se colocou diante dessa realidade e como buscou representá-la. Analisando os traços estéticos presentes na revista *Festa*, é possível ter uma visão ampla de como se concretizou este projeto.

Festa seguiu a mesma linha das revistas de caráter modernista da época, como a famosa *Klaxon*. Durante sua primeira fase (1927-1929), o título variava de cor a cada nova edição e a elegância era traço marcante de sua capa. A revista trazia seu nome em letras grandes, porém minúsculas. Nota-se então, a preocupação do grupo pela boa recepção do periódico.

Ao analisar os artigos que eram publicados na revista, também se tem uma visão do pensamento do grupo sobre a arte e a literatura.

Andrade Muricy (1928) tem em uma das publicações um artigo muito comentado, com o título de “A crise da prosa”. Este artigo apontava a crise (no sentido de mudança) que a prosa estava sofrendo com o processo de modernização que englobava vários campos da arte e da sociedade como um todo. A poesia, segundo ele, estava sendo produzida de maneira rápida e constante, acompanhando o ritmo frenético da modernização:

A poesia, tomando menos tempo para ser aprendida e relativamente menos tempo para ser grafada (não digo concebida), parece convir particularmente ao espírito deste momento, ao triunfo atual, absoluto, do efêmero, da máquina [...], do dinamismo exterior [...] (MURICY, Andrade. Festa, Rio, 1928).

Como foi citado, diferentemente de outras revistas e do conceito que temos por revista, *Festa* não tinha apelo comercial, tanto que eram irrisórios os lucros obtidos com anúncios. A proposta, ao criar a revista, era de criar um meio para veiculação das produções artístico-literárias de seus fundadores (grupo de *Festa*). Até mesmo as matérias da revista eram ilustradas pelos seus próprios idealizadores e “produtores”, como Correia Dias, Cecília Meireles, Ismael Nery, Manuel Santiago e outros.

Nas duas fases, *Festa* firmou-se como um periódico de arte e pensamento, confirmando a diversidade de matérias que abrigou e também o teor das informações sobre a situação do mundo intelectual que buscou divulgar. Não só eram publicadas poesia e prosa, mas também análises e informações sobre o que ocorria em diversos campos da produção cultural, principalmente em música e artes plásticas.

Além de vários artigos de caráter crítico à literatura, as temáticas dominantes em *Festa* eram: Espiritualismo, Modernismo, Música, Nacionalismo, Rio de Janeiro/São Paulo e Comunismo.

Tasso da Silveira, no editorial da primeira edição de *Festa*, expõe a proposta da revista. Eis um trecho:

Nós temos uma visão clara e certa.
Sabemos que é de tumulto e incerteza.
E de confusão de valores.
E de vitória do arrivismo.

E de graves ameaças para o homem.
Mas sabemos, também, que não é esta a primeira hora de
agonia e inquietude que a humanidade vive.
[...] Nós temos a compreensão nítida deste momento.
Deste momento no mundo e deste momento no Brasil.
Vemos, lá fora e aqui dentro, o rodopio dos sentimentos
em torvelinho trágico (SILVEIRA, Tasso da. Festa, Rio, nº 1, ago.
1927).

No trecho acima, é perceptível a inquietude em que estava o homem no início do século vinte, principalmente no que tange à transição de conceitos artísticos “confusão de valores”, questionamento sobre conceitos e valores do homem, refletidos na vertente espiritualista do grupo. É também em relação às vanguardas européias influenciadoras da essência revolucionária do grupo modernista a que Tasso se refere quando usa “tumulto” e “rodopio de sentimentos em torvelinho trágico”. *Festa* tinha como proposta a produção artística moderna sem romper na totalidade com o passado. As vanguardas não eram, portanto, manifestações artísticas convergentes ao espírito da revista, mais ainda, a “confusão” e “tumulto” causados pela falta de entendimento da arte vanguardista instigava o grupo de *Festa* a se modernizar sem os mesmos *efeitos colaterais* vanguardistas.

Fim de Festa

A revista, como outras que circulavam, não possuía caráter comercial. Todas as revistas de arte, ciência e pensamento da época passavam por imensas dificuldades financeiras, pois era pequeno o número de leitores no Brasil. Mantendo-se apenas por um número pequeno de assinaturas e anúncios e, principalmente, pela ajuda daqueles que tinham interesse na divulgação de suas ideias, muitas desapareciam logo após os primeiros exemplares. No entanto, algumas vezes, por trás de uma dessas revistas tinha um mecenas que contribuía para sua periodicidade e duração, como foi o caso de *Festa*, que era mantida inicialmente pelo mecenato do médico paranaense Moysés Marcondes, amigo de Nestor Vitor.

A Revista *Festa*, em sua segunda fase (julho 1934 – agosto 1935) de publicação, tornou-se menos combativa e mais informativa e

didática, dedicando-se mais à música, romance, poesia e crítica literária.

O romance regionalista toma uma proporção maior nesta época, década de 1930, sendo *Festa* meio de publicação de elogios aos trabalhos de José Lins do Rego e Lúcio Cardoso, entre outros e, crítica ao engajamento político contido nas obras de Jorge Amado e Graciliano Ramos.

Festa manteve, nas nove publicações da segunda fase, o tom nacionalista e católico-espiritualista, deixando claro que o grupo de *Festa* não foi e nem seria influenciado pela nova vertente da literatura brasileira moderna que ia crescendo.

Os motivos de seu fim não são claros, mas em agosto de 1935 foi publicado o seu último exemplar. Pistas sobre um possível esfriamento na produção de *Festa* são dadas ainda em sua primeira fase, no nº13 de 1929. Tasso da Silveira e seus companheiros escritores da revista mantêm ao longo dessa edição um tom de satisfação e dever cumprido. O Editorial do nº13, intitulado de “Batuque para começar”, faz um balanço do ideal de *Festa* e como a mesma havia conseguido chamar atenção no primeiro ano de circulação. Na seção “Panorama”, Tasso reconhece que passara o período de polêmicas e dos grupos.

Seu fim, em 1935, pode ser então atribuído à falta de necessidade combatente, de afirmação e sobreposição de um ideal a outro, sendo valorizada, nas publicações da segunda fase, a arte propriamente dita.

Conclusão

Com o presente artigo, tivemos a intenção de apresentar e esclarecer alguns aspectos do grupo de *Festa* e da Revista homônima, com o intuito de mostrar a maneira como o Modernismo foi representado pelas várias vertentes literárias que surgiu no país, mantendo cada uma suas particularidades.

Festa apresentou essência moderna ao trazer elementos novos para revisitar o tradicional, sendo veículo também para abordagem artística em geral possibilitando a publicação de vários artistas do período.

O conceito de moderno que causa impacto e susto não foi incorporado por *Festa*. Assim, o tom dinâmico e positivo da revista fez com que suas duas fases e as vinte e duas publicações fossem bem recebidas pelo público leitor.

Referências

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LAMEGO, Valéria. *A Farpa na lira: Cecília Meireles na revolução de 30*. São Paulo: Record, 1996.

MEIRELES, Cecília. *Melhores poemas*. São Paulo: Global Editora, 1984.

Recebido em 15 de outubro de 2010

Aceito em 18 de dezembro de 2010

(RE)PENSANDO O ENSINO DA ESCRITA

(RE)CONSIDERING THE TEACHING OF WRITING

Cristiane Carvalho de Paula BRITO *

Resumo: Este artigo visa a discutir o ensino escolar da escrita, a partir de uma perspectiva discursiva, considerando a relação sujeito/linguagem na prática da escrita. Primeiramente, apresentaremos alguns trabalhos que apontam a homogeneização do ensino da escrita escolar. Em seguida, analisaremos duas dissertações de candidatos a um exame Vestibular, a fim de problematizar a forma como os sujeitos significam o tema proposto no exame e provocam a emergência ou o apagamento de sua constituição subjetiva.

Abstract: This article aims at discussing the teaching of writing at school, from a discursive perspective, considering the relation subject/language in the practice of writing. First, we present some studies which show the homogenization of the teaching of writing. Then, we analyze two essays from candidates for an entrance University exam, on the purpose of rethinking about the way the subjects work with the theme proposed in the exam and cause the emergence or not of their subjective constitution.

Palavras-chave: ensino de escrita; subjetividade; análise do discurso.

Keywords: teaching of writing; subjectivity; discourse analysis.

Introdução

É comum ouvir alunos de redação abordarem seus professores com perguntas do tipo “Pode-se usar primeira pessoa em dissertação?”, “Se eu usar gírias, perco pontos no Vestibular?”, “O que acontece se eu copiar parte do trecho motivador?”. Professores poderiam citar uma lista infindável de perguntas como essas, as quais parecem denunciar a dificuldade ou falta de familiaridade dos alunos em relação à produção escrita e a ideia de que escrever seria seguir uma série de regras pré-estabelecidas.

O que perguntas como essas revelam? Que tipo de relação têm os sujeitos de tais perguntas com a escrita? Tem o ensino da escrita perpetuado uma relação mecânica dos sujeitos para com a escrita?

* Professora e pesquisadora do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Minas Gerais, Brasil. Contatos: carvalhodepaula@yahoo.com; depaulabrito@gmail.com

Levando em consideração esses questionamentos, propomos, nesse trabalho, a repensar o ensino da escrita, no intuito de problematizar a relação do sujeito com a escrita, a partir de duas dissertações de candidatos a um exame Vestibular.

Na primeira parte de nosso texto, discutiremos a homogeneização da escrita na escola, a partir de estudos de autores afiliados a diferentes linhas teóricas e, em seguida, passaremos às análises das dissertações. Vale ressaltar que nosso gesto de leitura é fundamentado na Análise do Discurso (AD) de linha francesa, e, portanto, enunciamos do ponto de vista de um sujeito que rejeita a visão instrumental da linguagem, em que a língua é mero instrumento de comunicação (código) com a função de transmitir informações (mensagem) de um emissor a um suposto receptor, de forma linear.

Entendemos a linguagem como uma prática, “não no sentido de realizar atos mas porque pratica sentidos, ação simbólica que intervém no real. Prática, enfim, a significação no mundo” (ORLANDI, 2005, p. 44). Enquanto a Lingüística ancora seus estudos em uma noção de língua imanente, fechada, suficiente em si mesma, a AD, por outro lado, tem na noção de equívoco (falha da língua na história) um aspecto fundamental para se compreender a língua.

É o equívoco que permite o questionamento da “língua transparente e autônoma”, postulada pela Lingüística, uma vez que aponta para a opacidade, para a dispersão, para a constitutiva alteridade da linguagem. Trata-se da “língua da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência” (FERREIRA, 2005, p. 17). Língua que denuncia “as verdades” do sujeito ao produzir falhas que escapam ao seu controle.

A língua da AD é, pois, uma língua que falha, que falta, que se marca pela incompletude, o que justamente permite o deslizamento dos sentidos. Desse modo, a totalidade da língua e o fechamento dos sentidos só existem enquanto ilusão. Ilusão necessária para os processos de significação; para a inscrição dos dizeres em memórias discursivas; para suprir a necessidade do sujeito pragmático de se sentir em um mundo “semanticamente normal” (PÊCHEUX, 1997a, p. 34). Todavia, sempre ilusão.

A homogeneização do ensino da escrita

Há muito que se questiona se a escrita na escola consiste em uma atividade de produção ou reprodução textual. Apresentaremos nesta seção alguns estudos dedicados a essa temática e ressaltamos que, apesar de seguirem linhas teóricas distintas, pode-se afirmar que eles têm em comum o fato de comprovar a tendência à homogeneização da escrita escolar.

De Lemos (1977), por exemplo, propõe-se a realizar um levantamento das estratégias utilizadas pelo vestibulando na organização sintático-semântica de sua redação, e a sua identificação como estratégias de aplicação de regras de uso na oralidade ou como “estratégias de preenchimento” de um arcabouço previamente dado. Os resultados mostram como a imagem do discurso dissertativo escrito feita pelo aluno o leva a se utilizar de “estratégias de preenchimento” durante a produção de seu texto, o que resulta em um discurso vazio, desprovido de significado.

A autora parte das hipóteses de que: (i) apesar da exposição a textos dissertativos escritos e do treinamento para a elaboração da redação, o vestibulando não adapta os recursos sintáticos de que dispõe – e utiliza na modalidade oral – à modalidade escrita; e (ii) a instrução recebida pelo vestibulando impede ou bloqueia a adaptação destes recursos ao discurso reflexivo escrito.

Pécora (1999), em seu bem conhecido *Problemas de Redação*, elenca treze problemas comuns em redações, tais como: problemas de pontuação, de norma culta, de emprego lexical, de coesão textual, de emprego de noções confusas etc.

O autor observa como estes problemas contribuem para a anulação do sujeito na escrita. Na verdade, “tudo se passa como se a escrita não tivesse outra função que não a de ocupar, a duras penas, o espaço que lhe foi reservado, como se a sua única vocação fosse ser mancha de, aproximadamente, vinte linhas de expressão.” (PÉCORA, 1999, p.85).

Kleiman (1997), em seus estudos sobre letramento, comenta a escolarização da escrita causada pela ausência de funções e usos sociais desta. Segundo a autora, uma diferença fundamental entre a escrita na escola e a escrita fora desta é a questão da circularidade da primeira: no contexto escolar escreve-se por escrever. Por outro lado,

fora da escola, a escrita tem um uso significativo na interação social, sendo que as práticas de letramento diferem em função: das agências de letramento (escola, igreja, família etc); dos usuários e das instituições; e dos objetivos dos participantes no evento de letramento.

Entretanto, conforme Kleiman, “essas diversidades não encontram eco na escola, que, com raras exceções, submete os alunos a práticas de letramento uniformes, invariáveis, indiferenciadas independentemente de suas capacidades e graus de familiaridade com a escrita” (KLEIMAN, 1997, p. 263).

Fiad (1997), ao analisar textos¹ produzidos por alunos universitários, afirma que “eles mais se assemelham do que se diferenciam” (p.196). Seu trabalho mostra que, apesar de os textos não possuírem problemas em relação a aspectos gramaticais, eles, por outro lado, não apresentam um estilo próprio; há, pois, uma homogeneização da escrita, que impede a constituição do sujeito.

Capponi (2000), em sua dissertação de mestrado, parte da hipótese de que a redação escolar não abre espaço para que o aluno se coloque como autor de seu texto, já que não passa de um mero exercício com um fim em si mesmo. Trata-se de uma atividade que apaga o conflito, a heterogeneidade e a subjetividade. Conforme a autora, pode-se afirmar que “há quase uma homofonia da voz legitimada; e, embora tudo pareça estar em harmonia com as expectativas de uns e de outros, não raro o professor se frustra: onde está a tão almejada criatividade?” (CAPPONI, 2000, p.12).

O trabalho de Capponi mostra como as aulas de escrita na escola contribuem para promover a dissociação do sujeito de sua língua, uma vez que esta se torna um “ideal a ser atingido”, um conjunto de regras estranhas ao aluno e que ele deve dominar para se expressar corretamente.

Amaral (1996), ao analisar o uso de clichês em redações de vestibulandos, aponta a escola e o próprio vestibular como principais responsáveis pela monofonia do texto do aluno. A primeira por priorizar um ensino descontextualizado da escrita, com total desconsideração pelas condições de produção; e por assegurar um sentido único, garantido pela autoridade do professor. O segundo por,

¹ Os alunos deveriam escrever acerca de suas memórias em relação à vida escolar (os professores, os pais, o uniforme, a leitura e a escrita etc).

geralmente, solicitar, nas provas de redação, temas clichês (tais como: o amor, a violência, a amizade etc), os quais já estão vinculados aos lugares-comuns².

Poderíamos ainda citar outros exemplos³ de trabalhos que refletem a homogeneização da escrita, mas não é nosso objetivo ser exaustivo a este respeito, já que os trabalhos acima são suficientes para nos dar uma noção de tal questão.

Percebemos que muitos estudos têm mostrado que a escrita escolar não é mais que um mero exercício, dentre tantos outros, realizados na e para a escola, apesar de mudanças teóricas no campo da Lingüística, ou de reformulações nos Parâmetros Curriculares, os quais argumentam que o ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa deve basear-se na natureza dialógica, social e interativa da linguagem, deixando em “segundo plano” “os conteúdos tradicionais de ensino de língua” (BRASIL, 1999, p.139).

Condições de produção e ensino da escrita

Os estudos elencados na seção anterior apontam para uma questão fundamental em relação ao ensino escolar da escrita, a saber, a desconsideração pelas condições de produção dos textos, as quais abrangem tanto o contexto imediato (as circunstâncias da enunciação: interlocutores, assunto, situação, formações imaginárias⁴), quanto o contexto mais amplo (contexto histórico-social) de produção do texto.

Schnewly e Dolz (1999) levantam o problema do gênero na escola, defendendo que há aí um desdobramento do gênero: ele deixa de ser apenas uma ferramenta de comunicação, para, ao mesmo tempo, se tornar objeto de ensino/aprendizagem.

Uma das formas de se abordar o ensino da escrita, segundo eles, seria considerar o gênero como pura forma lingüística, sendo o

² Apesar desta ressalva, é necessário esclarecer que o trabalho de Amaral tem justamente o intuito de mostrar como o “já-dito” não torna necessariamente circular a produção escrita do candidato. De fato, os clichês são muitas vezes utilizados como uma estratégia de argumentação e nesse sentido possibilitam a inscrição da subjetividade na escrita.

³ Ver Costa Val (1999), Athayde Jr. (2001).

⁴ Em linhas gerais, segundo Pêcheux (1997b) as formações imaginárias se referem às várias representações (e às suas combinações) que os participantes da interação lingüística têm de si, do outro e do referente discursivo.

objetivo o seu domínio. Assim, a comunicação desaparece totalmente e a produção textual é vista como representação do real ou do pensamento. Desse modo, os gêneros são ordenados conforme sequências estereotipadas, que vão da descrição de realidades mais simples às mais complexas. Aqui se enquadra a clássica progressão: descrição – narração – dissertação.

De fato, de maneira geral, no livro didático as “técnicas” são suficientes para a produção de um texto – ainda que não se tenha muito que dizer. E, conforme argumentamos em Brito (2004), na falta do que dizer ou do para quem dizer, vê-se, por exemplo, a insistência de livros didáticos em perpetuar o discurso da criatividade, da originalidade, como forma mesmo de mascarar o apagamento, promovido pelo discurso pedagógico, dos sentidos e do próprio sujeito em relação à língua, e, mais especificamente, à prática da linguagem escrita.

Observemos, por exemplo, um trecho de um livro didático de português. Em uma das seções em que trabalha o texto dissertativo, o autor argumenta que “o terceiro passo, evidentemente, é redigir procurando observar as qualidades de um texto: correção, clareza, concisão e elegância... e idéias criativas, é lógico!” (DE NICOLA, 1998, p. 334)

Perguntamo-nos de onde virá a originalidade ou a criatividade tão “logicamente” esperada. Da intuição do aluno? Do seu esforço? Ou será um dom? O que se nota é que o discurso da criatividade aparece como forma de camuflar a não historicização da língua e a não inscrição dos sujeitos em discursos, o que, por sua vez, resulta na não emergência da subjetividade. Trata-se, antes de tudo, de uma compreensão restrita acerca da relação sujeito/língua.

Pensa-se em criatividade como a possibilidade de se construir (criar) sentidos independentemente da relação com o(s) outro(s), como se houvesse qualquer prática de linguagem que funcionasse fora de uma relação de alteridade. Todavia, compreendemos que não há posição de exterioridade em relação à linguagem (AUTHIER-REVUZ, 2004); o sujeito é, antes de tudo, sujeito de linguagem.

Ao discutir a concepção do que venha a ser um bom texto, Possenti (1994) afirma que não é uma radical criatividade ou a exaustiva dos lugares-comuns que o caracteriza. Na verdade, para ele, trata-se de se considerar o discurso e o sujeito marcados pela heterogeneidade e pela polifonia.

Considerar a condições de produção é, sobretudo, apostar na equivocidade da linguagem, isto é, na possibilidade de sempre se ter sentidos deslizantes, à deriva, opacos, uma vez que são frutos do movimento da língua na história, e não do “encaixe” de um certo conteúdo em uma forma fixa. É considerar ainda que nem tudo pode ser dito, já que o sentidos são regulados por formações discursivas⁵ e ideológicas e não se originam nos sujeitos (a não ser como ilusão...).

O ensino da escrita na escola parece ser feito de modo a consolidar a ideia de que a língua é um objeto fora do sujeito – e não material estruturante de sua constituição subjetiva –, um produto mesmo a ser apropriado em determinados momentos. Daí o fato de a língua da escola se tornar estranha, visto que não inscreve o sujeito em memórias discursivas, única possibilidade de se fazer sentido.

É preciso salientar que vemos o livro como um recurso, um instrumento para o professor, portanto, nada impede que o próprio livro seja um ponto de partida para se desenvolver a capacidade crítica dos sujeitos. Por que não questionar, por exemplo, a desconsideração pelas condições de produção dentro do livro didático?

Apesar de estarmos cientes do grande peso dos materiais didáticos nas aulas (não apenas nas de língua!), acreditamos que estas não estão necessariamente determinadas (assujeitadas) por aqueles.

Produção escrita e subjetividade

A fim de discutirmos a relação entre produção escrita e subjetividade, analisaremos aqui duas dissertações produzidas em um exame Vestibular⁶, e que fazem parte do *corpus* de nossa pesquisa de Mestrado. O tema para a dissertação⁷ foi “500 anos de Brasil”, e o candidato deveria obrigatoriamente redigir seu texto com base em um conjunto de fragmentos, denominados Coletânea⁸, que lhe são apresentados.

⁵ As formações discursivas dizem respeito àquilo que, segundo Pêcheux (1997c), pode e deve ser dito de uma certa posição e em uma dada conjuntura, determinada pelo estado da luta de classes.

⁶ Vestibular da Unicamp (1999).

⁷ Vale ressaltar que o candidato tinha a possibilidade de escolher entre três tipos de texto: um texto dissertativo-argumentativo (tema A); um texto narrativo (tema B); e um texto argumentativo persuasivo (tema C).

⁸ Ver em anexo.

Nosso gesto de leitura vai no sentido de compreender como o sujeito significa (e se significa) o tema que lhe foi proposto, de forma a permitir a emergência ou o apagamento de sua constituição subjetiva.

Vejamos a primeira dissertação.

Primeira Dissertação

“Diante da chegada das comemorações dos quinhentos anos de descoberta, as pessoas hoje não pensam em mais nada.

Só pensam como será esta data que tanto a esperamos, pode ser que quando chegar, não nos interesse muito.

Mas para o dia de hoje com tantas mudanças acontecendo em nosso redor, melhor não nos preendermos nestes fatos.

Não podemos sonhar com o amanhã sem que antes passemos por hoje. O amanhã será sempre um novo marco nas nossas vidas, então, porque se hoje somos enfluenciados pela mídia, poderia quando chegar as comemorações nós nem poderemos estar vivos para presenciar este momento.

Devemos estar ansiosos com o amanhã, mas antes que este chegue temos que tomar muitas atitudes para fazermos desta data uma data inesquecível em nossas vidas.

Agora para contribuírmos com esta hora não devemos fechar os olhos para o mundo e sim ficarmos de plantão, para que por isso não fiquemos para traz.”

Esta redação nos chamou a atenção por diversas razões. Primeiramente, nota-se que o candidato parece apresentar uma certa dificuldade em estabelecer uma linha argumentativa para o seu texto. De fato, o candidato “foge do tema” e se atem em fazer uma reflexão sobre o hoje e o amanhã. Sua dissertação sugere que ele tenha se apoiado exclusivamente no parágrafo de introdução da coletânea - especialmente no trecho em que há uma orientação para que os candidatos considerem a questão de quem somos hoje (“Por isso, faz-se necessário, neste caso, considerar a questão de quem somos hoje”), como podemos observar abaixo.

Tema A

“O Brasil está em vias de completar cinco séculos de existência aos olhos do mundo europeu. São os já conhecidos 500 anos

de seu descobrimento, que serão comemorados oficialmente em abril de 2000. Como em qualquer data importante, o momento é oportuno para um balanço e uma reflexão. O balanço poderia resultar muito parcial, se se prendesse exclusivamente a fatos econômicos e a dados sociais circunstanciais. Por isso, faz-se necessário, neste caso, considerar a questão de **quem somos hoje**. Tendo isso em mente, e contando com o apoio obrigatório dos fragmentos abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema **500 anos de Brasil**”

O candidato comenta “as comemorações dos quinhentos anos de descoberta”, entretanto, não menciona uma só vez, a palavra “Brasil”, o que é estranho, visto o tema para a dissertação ser “500 anos de Brasil”. Difícilmente poderíamos atribuir ao candidato um problema do tipo “incapacidade de inferência”, isto é, não se pode aceitar aqui a justificativa de que ele tenha fugido do tema por não ter sido capaz de inferi-lo, já que este está explícito na prova (“Tendo isso em mente, e contando com o apoio obrigatório dos fragmentos abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema: **500 anos de Brasil**”).

As informações colocadas no texto são desvinculadas umas das outras e os parágrafos não estabelecem relações de progressão semântica entre si. No terceiro parágrafo, por exemplo, a que fatos se refere o sujeito, ao pontuar que é “melhor não nos preendermos nestes fatos”? No último, por sua vez, não se sabe “para traz” de que ou de quem iremos ficar. Observe-se ainda o quarto parágrafo, em que se introduz o elemento “mídia”, mas sem qualquer contextualização.

Esse trecho em que há a referência à mídia, o qual, à primeira leitura, parece estar totalmente desvinculado das outras afirmações, poderia ser compreendido pelo leitor que tivesse conhecimento da divulgação das comemorações pela mídia – sobretudo a Contagem Regressiva da Rede Globo.

Assim, é o leitor quem precisa preencher as lacunas para minimamente compreender o texto. E não se trata aqui de lacunas deixadas no intuito de abrir ao leitor inúmeras possibilidades de leitura, mas da dificuldade do sujeito em lidar com os aspectos de coesão e coerência de um texto.

Aliás, em relação à coesão, inquieta-nos o fato de o sujeito utilizar o pronome oblíquo “a” em “Só pensam como será esta data que tanto a esperamos”, característico da linguagem formal, em um

texto em que os aspectos coesivos apresentam-se comprometidos. Isso, a nosso ver, aponta para uma imagem de escrita como prática de linguagem culta e formal, comumente consolidada na/pela escola.

Vejamos a segunda dissertação.

Segunda Dissertação

“Quando os Portugueses chegaram ao Brasil, existiam milhares de índios de várias tribos, espalhados por todo o canto do País. Cerca de 2 à 3 milhões segundo alguns autores, o que, confirma que foram os primeiros e legítimos habitantes brasileiros.

Com os anos que se passaram, estes foram aos poucos desaparecendo. Com isso atualmente acreditam-se que menos da metade sobrevivam.

Muitos foram exterminados por guerras tribais, muitos escravizados, explorados pelos homens brancos, principalmente afim de obter mão-de-obra escrava e outros tantos adoeceram e morreram depois do breve contato que aconteceu com o avanço da civilização. Aqueles que adquiriram doenças como a Varíola, a Tuberculose o Sarampo não sabiam da cura, e por isso, acabaram morrendo.

Outros dois fatores que colaboraram para uma graduada e acentuada inexistência foi à elevada mortalidade infantil, e a pequena, ou baixa expectativa média de vida.

Com certeza, com mais alguns anos talvez, haverá uma acentuada possibilidade de extinção total.”

Esta redação parece um caso típico de “fuga ao tema”; na verdade, o que houve foi uma ênfase na extinção indígena: o candidato fundamenta seu texto essencialmente no fragmento 07⁹. Entretanto, chama-nos a atenção a forma pela qual ele trabalha com as palavras do outro.

O candidato parafraseia o fragmento 07, por meio de várias “trocas” lingüísticas. Observemos:

1. Troca do vocábulo “Bahia”, no fragmento da prova, por “Brasil”, como vemos em “Quando os Portugueses chegaram ao Brasil, existiam milhares de índios de várias tribos, espalhados por todo o canto do País”.

⁹ Anexo.

2. Reformulação lingüística do texto fonte, por meio do acréscimo de alguma informação, como se vê pela troca do trecho do fragmento “... os índios brasileiros somavam mais de 2 milhões - quase três, segundo alguns autores” por “Cerca de 2 à 3 milhões segundo alguns autores, *o que, confirma que foram os primeiros e legítimos habitantes brasileiros*”.

A nosso ver, o acréscimo desse comentário (parte em *itálico*) à informação da coletânea se configura em uma tentativa do candidato de se colocar como sujeito da sua escrita, ao projetar a voz de um dissertador, capaz de avaliar os fatos (e não apenas reproduzi-los).

Um outro exemplo de reformulação lingüística aparece na troca de “Agora, dizimados por gripe, sarampo e varíola, escravizados aos milhares e exterminados pelas guerras tribais e pelo avanço da civilização, não passam de 325.652 - menos do que dois Maracanãs lotados” por “Com os anos que se passaram, estes foram aos poucos desaparecendo. Com isso atualmente acreditam-se que menos da metade sobrevivam”, em que se tenta manter o efeito presente no texto fonte.

3. Troca e inversão de expressões do texto fonte – o trecho: “Agora, dizimados por gripe, sarampo e varíola, escravizados aos milhares e exterminados pelas guerras tribais e pelo avanço da civilização, não passam de 325.652...” é transformado em “Aqueles que adquiriram doenças como a Varíola, a Tuberculose o Sarampo não sabiam da cura, e por isso, acabaram morrendo”.

Todas estas “manobras lingüísticas” demonstram o trabalho – quase desesperador – do sujeito em construir sentidos, ainda que a única forma que encontre seja parafrasear um fragmento da prova. Não podemos, contudo, ignorar que sua tentativa de não reproduzir literalmente a coletânea, é marca de sua subjetividade. E, apesar de se restringir a um aspecto do tema (a questão da extinção indígena), o sujeito desde o princípio segue uma linha argumentativa, marcada na introdução.

Creemos que esta dissertação reflete bem um estilo didático, no sentido em que a preocupação aqui é antes a de mostrar que as regras do jogo foram aprendidas. Um exemplo é o efeito de objetividade e precisão, tão prezado no ensino de texto dissertativo, marcado pelo:

1. Uso de citação, em “Quando os Portugueses chegaram ao Brasil, existiam milhares de índios de várias tribos, espalhados por todo o canto do País. Cerca de 2 à 3 milhões segundo alguns autores, o que, confirma que foram os primeiros e legítimos habitantes brasileiros”.

2. Uso de indeterminação do sujeito em “Com os anos que se passaram, estes foram aos poucos desaparecendo. Com isso atualmente acreditam-se que menos da metade sobrevivam”.

3. Uso de voz passiva, como se observa em “Muitos foram exterminados por guerras tribais, muitos escravizados, explorados pelos homens brancos, principalmente afim de obter mão-de-obra escrava e outros tantos adoeceram e morreram depois do breve contato que aconteceu com o avanço da civilização”.

4. Uso de item separado para a exposição didática dos assuntos¹⁰, em “Outros dois fatores que colaboraram para uma graduada e acentuada inexistência foi à elevada mortalidade infantil, e a pequena, ou baixa expectativa média de vida”.

Cremos que exemplos de dissertações como as que discutirmos aqui não podem ter a única finalidade de se constituírem em motivo de ridicularização dos alunos, ou de material de deboche que frequentemente circula nas páginas virtuais como “Pérolas do Vestibular” ou coisas do gênero. Tais dissertações podem contribuir para o esclarecimento de questões relativas à representação da escrita pelo sujeito, e, de forma mais ampla, talvez contribuam para uma maior compreensão da relação sujeito/linguagem.

Por que um sujeito, após cerca de 11 anos de escolarização, apresenta problemas como esses? Seria um problema de “leitura errada”? De falta de treinamento? De desconhecimento de estratégias de produção textual? Estaria a solução para estes problemas nos cursos ou manuais de “técnicas de redação”? Cremos que não e concordamos com Revuz¹¹ (1990), para quem a ajuda à escrita

¹⁰ Aqui nos baseamos em Mattos (1989), ao destacar que o uso deste recurso nas redações dos alunos causa a aparência de um discurso demonstrativo, científico.

¹¹ O texto de Revuz (1990) é o resultado de um trabalho desenvolvido com formadores. A autora analisa a dificuldade destes em escrever sobre suas práticas, mostrando que o problema com a língua decorre, menos de problemas técnicos do que do fato desta “estar poluída por afetos e representações que a tornam imprópria à expressão do sujeito” (REVUZ, 1990, p. 40).

não é realmente trabalho sobre a expressão, no sentido técnico do termo. Trata-se muito mais de ajudar o outro a arrogar-se um pensamento autônomo sobre o que o rodeia, de ajudá-lo a se livrar dos juízos de valor e da responsabilidade/culpabilidade a eles vinculada para compreender as coisas sem deixar de respeitar sua complexidade (REVUZ, 1990, p. 40).

Considerações Finais

As análises das dissertações parecem apontar que os candidatos têm dificuldade em se colocar como sujeitos de sua escrita, isto é, em fazer desta um espaço de construção de sentidos, já que a materialidade lingüística dos textos se vê comprometida por questões semânticas, por aspectos de coesão e coerência, de inadequação à proposta de uma prova.

Um dos aspectos que parece contribuir para a não-emergência da subjetividade se refere à representação do interlocutor pelo sujeito. Nas redações que analisamos aqui, o interlocutor aparece representado como um mero avaliador, e não como leitor de fato. Para o primeiro interessariam as regras do jogo, para o segundo a construção de significados por meio do texto.

Assim, se a imagem do locutor é a primeira, a constituição da subjetividade está comprometida, pois esta imagem é, em grande parte, a responsável pela consolidação de uma escrita homogênea.

Diríamos que a relação desses sujeitos com a escrita é de estranhamento, já que eles estão longe de preencher as expectativas mesmo de um avaliador, uma vez que nem mesmo as regras do jogo parecem ter sido apreendidas.

Vê-se que o ensino da escrita na escola parece restringir-se ao preenchimento de um modelo e não à reorganização de saberes, daí a existência de perguntas como as que citamos na introdução. Nesse sentido, é de se esperar que a escrita seja representada como algo estranho, como objeto a ser construído mecanicamente, e não como lugar de re-arranjos de subjetividade e identificações por meio do trabalho com os já-ditos.

É fato que para a AD importa mais o *como* se diz do que aquilo *que* se diz, propriamente. Contudo, o *como* é relevante à medida que nos permite pensar a (re)formulação de discursos imprescindivelmente por meio da materialidade lingüística. Não se trata, no caso da AD, de separar forma e conteúdo, mas de pensar no imbricamento do intra e

do interdiscurso. Isto é, na articulação dos fios horizontal e vertical do dizer, naquilo que a linguagem mostra e, ao mesmo tempo, deixa escapar.

Por fim, faz-se necessário ressaltar que entendemos que uma relação produtiva e significativa do sujeito com a escrita baseie-se em um ensino que esteja preocupado em dar voz ao(s) outro(s) e em considerar a heterogeneidade como constitutiva da linguagem e dos sujeitos. Trata-se de partir do pressuposto de que o trabalho com a linguagem é postular os já-ditos, o histórico, os silêncios e a originalidade sempre como a elaboração do que já está colocado.

Referências

AMARAL, Nair Ferreira Gurgel do. *Clichês em Redações do Vestibular: Estratégias Discursivas*. 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

ATHAYDE JÚNIOR, Mário Cândido de. *Outras mesmas palavras: paráfrase discursiva em redações de concurso*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. Tradução Alda Scher; Elsa M. N. Ortiz. In: *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 11-80.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa - 2º*. Brasília, DF, 1999.

BRITO, Cristiane Carvalho de Paula. *Escrita no Vestibular: quando o sujeito (des)aparece*. 2004. 172f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

CAPPONI, Maria Graciléia. *A Escrita na Escola: Apre(e)ndendo as regras do jogo*. 2000. 124f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e Textualidade*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DE LEMOS, Cláudia T. G. Redações no Vestibular: Algumas estratégias. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 23. Campinas, IEL/UNICAMP, 1977. p. 61-71.

DE NICOLA, José. *Língua, Literatura e Redação* 3. 8.ed. São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; Ferreira, Maria Cristina Leandro (Org.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.

FIAD, Raquel. O Estilo Escolar. In: *Cenas de aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1997. p.195-204.

KLEIMAN, Angela Bustos. Análise e Produção de Textos. In: PEREIRA, M. T. G. (Org.) – *Língua e Linguagem em Questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997. p. 262-283.

MATTOS, Maria Augusta Bastos de. *Supletivo: o discurso paralelo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HARK, Tony. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Tradução Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. p. 61-105.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3 ed. Tradução Eni Pucinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997c.

PÉCORA, Alcir. *Problemas de Redação*. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

POSSENTI, Sírio. Discurso, Sujeito e o Trabalho de Escrita. In: *Problemas atuais da análise do discurso*. (Série: Publicações do curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, ano VIII, vol 1). Araraquara: Unesp, 1994. p. 27-41.

REVUZ, Christine. “Eu...? Escrever...? Eu...” Ou como ajudar os formadores a escrever sobre suas práticas. *Éducation Permanente*, 102 – *Les adultes et l’écriture*. France, Arcueil, 1990. p. 21-42.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *Revista Brasileira de Educação*, n. 11, São Paulo. 1999. p. 5-16.

Anexos

Tema A

O Brasil está em vias de completar cinco séculos de existência aos olhos do mundo europeu. São os já conhecidos 500 anos de seu descobrimento, que serão comemorados oficialmente em abril de 2000. Como em qualquer data importante, o momento é oportuno para um balanço e uma reflexão. O balanço poderia resultar muito parcial, se se prendesse exclusivamente a fatos econômicos e a dados sociais circunstanciais. Por isso, faz-se necessário, neste caso, considerar a questão de **quem somos hoje**. Tendo isso em mente, e contando com o apoio obrigatório dos fragmentos abaixo, escreva uma dissertação sobre o tema

500 anos de Brasil

1. Esqueça tudo o que você aprendeu na escola sobre o descobrimento do Brasil. [...] A dois anos das comemorações oficiais pelos 500 anos de descobrimento do Brasil, os últimos trabalhos de pesquisadores portugueses, espanhóis e franceses revelam uma história muito mais fascinante e épica sobre a chegada dos colonizadores portugueses ao Novo Mundo. O primeiro português a chegar ao Brasil foi o navegador Duarte Pacheco Pereira, um gênio da astronomia, navegação e geografia e homem da mais absoluta confiança do rei de Portugal, d. Manuel I. Duarte Pacheco descobriu o Brasil um ano e meio antes de Cabral, entre novembro e dezembro de 1498. [...] As novas pesquisas

sobre a verdadeira história do descobrimento sepultam definitivamente a inocente versão ensinada nas escolas de que Cabral chegou ao Brasil por acaso, depois de ter-se desviado da sua rota em direção às Índias. (ISTOÉ, 26 de novembro de 1997.)

2. ... a despeito de nossa riqueza aparente, somos uma nação pobre em sua generalidade, onde a distribuição do dinheiro é viciosa, onde a posse das terras é anacrônica. Aquele anda nas mãos dos negociantes estrangeiros; estas sob o tacão de alguns senhores feudais. A grande massa da população, espoliada por dois lados, arredada do comércio e da lavoura, neste país essencialmente agrícola, como se costuma dizer, moureja por ali abatida e faminta, não tendo outra indústria em que trabalhe; pois que até os palitos e os paus de vassoura mandam-lhe vir do estrangeiro.

[...] povo educado, como um rebanho mole e automático, sob a vergasta do poder absoluto, vibrada pelos governadores, vice-reis, capitães-mores e pelos padres da companhia; povo flagelado por todas as extorsões – nunca fomos, nem somos ainda uma nação culta, livre e original. (Romero, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*. 1881.)

3. O Brasil surge e se edifica a si mesmo, mas não em razão do desígnio de seus colonizadores. Eles só nos queriam como feitoria lucrativa. Contrariando as suas expectativas, nos erguemos, imprudentes, inesperadamente, como um novo povo, distinto de quantos haja, deles inclusive, na busca de nosso ser e de nosso destino. [...] Somos um povo novo, vale dizer um gênero singular de gente marcada por nossas matrizes, mas diferente de todas, sem caminho de retorno a qualquer delas. Esta singularidade nos condena a nos inventarmos a nós mesmos, uma vez que já não somos indígenas, nem transplantes ultramarinos de Portugal ou da África. (Ribeiro, Darcy. *O Brasil como problema*. 1995.)

4. Não conhecemos proletariado, nem fortunas colossais que jamais se hão de acumular entre nós, graças aos nossos hábitos e sistema de sucessão. Nem argentarismo, pior que a tirania, nem pauperismo, pior que a escravidão.

[...]

O Brasil jamais provocou, jamais agrediu, jamais lesou, jamais humilhou outras nações.

[...]

A estatística dos crimes depõe muito em favor dos nossos costumes. Viaja-se pelo sertão sem armas, com plena segurança, topando sempre gente simples, honesta, serviçal.

Os homens de Estado costumam deixar o poder mais pobres do que nele entraram. Magistrados subalternos, insuficientemente remunerados, sustentam terríveis lutas obscuras, em prol da justiça, contra potentados locais. [...] Quase todos os homens políticos brasileiros legam a miséria a suas famílias. (Affonso Celso. *Porque me ufano de meu país*. 1900.)

5. [...] Se tu vencesse Calabar! / Se em vez de portugueses, / – holandeses!? / Ai de nós! / Ai de nós sem as coisas deliciosas que em nós moram: / redes, / rezas, / novenas, / procissões, – / e essa tristeza, Calabar, / e essa alegria danada, que se sente / subindo, balançando, a alma da gente. / Calabar, tu não sentiste / essa alegria gostosa de ser triste! (Lima, Jorge de. *Poesia Completa*, vol. 1.)

6. O pau-brasil foi o primeiro monopólio estatal do Brasil: só a metrópole podia explorá-lo (ou terceirizar o empreendimento). Seria, também, o mais duradouro dos cartéis: a exploração só foi aberta à iniciativa privada em 1872, quando as reservas já haviam escasseado brutalmente. Exploração não é o termo: o que houve foi uma devastação, com a derrubada de 70 milhões de árvores. Como que confirmando a vocação simbólica, o pau-brasil seria usado, em setembro de 1826, para o pagamento dos juros do primeiro empréstimo externo tomado pelo Brasil. Ao deparar com o Tesouro Nacional desprovido de ouro, d. Pedro I enviou à Inglaterra 50 quintais (3t) de toras de pau-brasil para leiloá-las em Londres. A esperança do Imperador de saldar a dívida com o “pau-de-tinta” esbarrou numa inovação tecnológica: o advento da indústria de anilinas reduzira em muito o valor da árvore-símbolo do Brasil. Os juros foram pagos com atraso. Em dinheiro, não em paus. (Bueno, E. (org). *História do Brasil*. Empresa Folha da Manhã. 2ª ed. 1997.)

7. Jamais se saberá com certeza, mas quando os portugueses chegaram à Bahia, os índios brasileiros somavam mais de 2 milhões - quase três, segundo alguns autores. Agora, dizimados por gripe, sarampo e varíola, escravizados aos milhares e exterminados pelas guerras tribais e pelo avanço da civilização, não passam de 325.652 - menos do que dois Maracanãs lotados. [...] A idade média dos índios brasileiros é de 17,5 anos, porque mais da metade da população tem menos de 15 anos.

A expectativa de vida é de 45,6 anos, e a mortalidade infantil é de 150 para cada mil nascidos. Existem pelo menos 50 grupos que jamais mantiveram contato com o homem branco, 41 dos quais nem sequer se sabe onde vivem, embora seu destino já pareça traçado: a extinção os persegue e ameaça. (Bueno, E. (org). *História do Brasil*. Empresa Folha da Manhã. 2ª ed. 1997.)

8. Há um Código de Defesa do Consumidor, há leis que cuidam do racismo, do direito de greve, dos crimes hediondos, do juizado de pequenas causas, do sigilo da conversação telefônica, da tortura, etc. O país cresceu. (Carvalho Filho, L. F. *Folha de S. Paulo*. 3 de outubro de 1998.)

Recebido em 15 de outubro de 2010

Aceito em 20 de dezembro de 2010

UM ESTUDO SEMIÓTICO DA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO NAS NARRATIVAS DO REINADO NA REGIÃO CENTRO- OESTE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A SEMIOTIC STUDY OF THE CONSTRUCTION OF MEANING IN THE NARRATIVES OF “REINADO” FROM WEST CENTRAL OF THE STATE OF MINAS GERAIS

Elisson MORATO *

Resumo: Este trabalho apresenta um estudo sobre a construção de sentido nas narrativas de Reinado, uma celebração religiosa comum no estado de Minas Gerais, com base na semiótica francesa. Analisamos duas narrativas que descrevem o processo de abolição da escravidão, notando que os textos apresentam uma passagem dos escravos de um estado de opressão para a liberdade, uma mudança que envolve questões políticas e religiosas.

Abstract: This paper presents a study about the construction of meaning in narratives of Reinado, a common religious celebration in the state of Minas Gerais, based on French semiotics. We analyze two narratives that describe the process of abolition of slavery, noting that the texts present a passage of the slaves from a state oppression for the freedom, a change that involves religious and political reasons.

Palavras-chave: significação, narrativa, semiótica.

Keywords: meaning, narrative, semiotics.

O presente trabalho tem o objetivo de investigar, através do instrumental teórico da semiótica de linha francesa, a construção de sentidos em narrativas do Reinado oriundas da região centro-oeste, no interior de Minas Gerais. Para tanto selecionamos dois textos nos quais é descrito o processo de abolição da escravidão. Nesses textos, podemos observar uma mudança de estado na qual os cativos passam da opressão para a liberdade através da mescla de motivos políticos e religiosos. Essa maneira de representar a abolição faz parte da tradição dos grupos de Reinado que, assim, mantém sua identidade cultural e social.

A semiótica textual, escolhida como ferramenta teórica para esta abordagem, é uma teoria da significação que apresenta como

* Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Minas Gerais, Brasil. Professor do CEFET-MG. Contato: elissonmorato@yahoo.com.br.

distintivo a aplicabilidade e larga utilização em textos narrativos. Uma vez apresentados os objetivos deste trabalho e antecipado o tipo de *corpus* com que trabalharemos, passamos à apresentação dos postulados teóricos que nos servirão de ferramenta para compreender os textos selecionados. Em seguida apresentamos as narrativas eleitas procedendo na análise das mesmas.

O Reinado, manifestação folclórica de cunho religioso também conhecido como o Congado é um festejo religioso em louvor a Nossa Senhora do Rosário, tradicionalmente tida como padroeira dos escravos trazidos da África para o trabalho na Colônia. Nesses festejos são também reverenciados São Benedito, Santa Efigênia, ambos negros, e Nossa Senhora das Mercês. O festejo geralmente ocorre em outubro, mês dedicado a Nossa Senhora do Rosário. Entretanto, no centro-oeste mineiro esses festejos se concentram nos meses de agosto e setembro. Em Minas Gerais, o Reinado é encontrado principalmente na região centro-sul e centro-oeste desse estado. Mas o Reinado também se encontra presente no triângulo mineiro e no sudeste do estado de Goiás.

Os grupos de Reinado geralmente são chamados de “ternos”. Estes apresentam diferenças significativas tanto na musicalidade quanto nos trajes e nos adereços usados. O que os diferentes ternos de reinado têm em comum em sua musicalidade é a onipresença de instrumentos de percussão, como caixas, tambores e chocalhos. Embora não seja correto afirmar que há ternos considerados mais importantes dentro desses festejos, a tradição afirma que o terno de moçambique teria sido o escolhido por Nossa Senhora do Rosário quando esta apareceu pela primeira vez para os negros cativos. Por essa razão, é comum nos cortejos de Reinado, vermos grupos de moçambique escoltando o andor em que é conduzida a imagem da Virgem do Rosário.

O moçambique é um grupo que possui características bastante distintas, o que torna relativamente fácil sua identificação durante os festejos. Seus componentes usam trajes de cores claras, geralmente branco. Cobrem a cabeça com um lenço e ocasionalmente usam uma espécie de saia sobre as calças (figura 1). Nos tornozelos os condutores do grupo prendem um chocalho que lembra os guizos usados por escravos para prevenir fugas (figura 2). Outros acessórios como rosários e patuás completam a figuração do grupo.



Figura 1- Cortejo de Moçambique na festa de Reinado em Divinópolis-MG



Figura 2- Reinadeiro com guizos no tornozelo

Os ternos de moçambique entoam cantigas em coro com solo dos chamados “capitães”, os condutores do grupo no cortejo, que rememoram o sofrimento da época da escravidão ao mesmo tempo em que aludem sobre a fé em Nossa Senhora do Rosário e sobre o processo de libertação dos cativos. O ritmo dessas cantigas varia conforme a ocasião em que se esteja no evento, mas é perceptível uma entonação lamentosa, o chamado “canto chorado” que representa um resquício das lembranças do cativeiro.

Algumas das composições dos ternos de moçambique residentes na região centro-oeste de Minas apresentam relatos significativos sobre o processo de libertação dos escravos. Dizemos significativos porque, além de manter uma espécie de memória oral coletiva, essas cantigas reforçam um traço identitário partilhado pelas comunidades de reinadeiros. Esse traço consiste na explicação religiosa que permeia o ato político da princesa Isabel em abolir a escravidão. Em cantigas com temática mencionada, o universo religioso do catolicismo afro-brasileiro divide espaço com a memória de fatos históricos oficiais criando narrativas, diríamos, mistas, em que história e mitologia se entremeiam.

As cantigas presentes nas manifestações do Reinado do Rosário não têm uma autoria definida e formam uma espécie de patrimônio coletivo que partilhado por diferentes grupos de reinados. Ao serem indagados sobre a origem dessas cantigas, a maioria dos informantes responde que aprendeu com os mais velhos ou com membros mais experientes do terno. Os membros mais importantes do cortejo, por sua vez, respondem que cantam de improviso, como se alguma entidade ditasse os versos durante a ocasião das festividades. Para a realização de uma abordagem semiótica, por sua vez, é fundamental atentarmos para o texto, que nos oferece todos os elementos de que precisamos para compreender seu significado.

Há muitas teorias que se debruçam sobre o fenômeno da significação e dos modos como ela é construída. No caso deste trabalho, lidamos com a semiótica de linha francesa, ou *greimasiana*, elaborada por Algirdas Julien Greimas. Essa teoria apresenta alguns postulados básicos que nos permitem desde já distinguir seu modo de utilização do de outras teorias. Para a semiótica, todo texto se organiza em uma estrutura narrativa. Essa estrutura narrativa é dividida em três níveis. Em cada um desses níveis há uma espécie de complexificação da narrativa, complexificação que, em cada nível do texto, pode ser entendida como parte de um percurso. Assim, um texto, em sua estrutura narrativa, parte de um nível abstrato e se dirige para outro(s) mais concreto(s) e, podemos dizer, legível.

Ao alegar que todo texto se organiza em uma estrutura narrativa, a semiótica entende que essa estrutura se constrói não necessariamente graças a uma sequência cronológica de fatos, mas a uma mudança de estado sofrida pelos actantes do texto. Nesse caso,

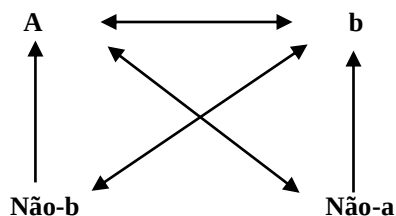
“actante”, aquele que sofre ou executa a ação presente na narrativa, corresponde ao termo “personagem”. Os enunciados seguintes, por exemplo, são narrativas, na perspectiva da semiótica, porque os actantes, ou seja, aqueles que atuam, que cometem ou sofrem atos, sofrem uma mudança de estado. Podemos ilustrar essa concepção básica de narrativa com dois enunciados bastante elementares, conforme apresentados a seguir. Vejamos:

A princesa Isabel libertou os escravos.

Muitos escravos morriam na viagem entre a África e o Brasil.

A pequena extensão desses textos não impede que eles sejam tomados como exemplos de sequências narrativas. Nesse caso, não é o tamanho do texto que determina seu caráter narrativo, mas a presença de determinadas estruturas internas de significação. No primeiro enunciado, notamos que os escravos passam do cativo para a liberdade, ou seja, passam do estado de *opressão* para o estado de *liberdade*. No segundo enunciado, os escravos passam do estado de *vida* para o estado de *morte*. A partir desses pequenos textos, podemos constatar que uma narrativa pode ser dada tanto por uma única frase, quanto por um texto longo e complexo. Essa mudança de estado, também chamada de “transformação narrativa” é o que caracteriza o texto em seu nível mais profundo, o nível fundamental.

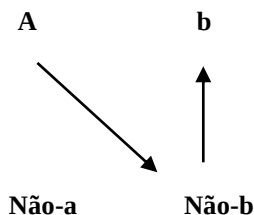
No nível fundamental do texto, encontramos conceitos organizados em uma oposição do tipo *a versus b*. Esses conceitos têm o aspecto de palavras antônimas que, embora contrárias, se pressupõem mutuamente, como *morte vs vida*, *liberdade vs opressão*. Por sua vez, esses pares de termos, mais do que palavras antônimas, são conceitos fundamentais presentes na cultura e capazes de se manifestar em um número incalculável de textos. Ainda no nível fundamental, essas oposições se organizam no/pelo chamado quadrado semiótico (Greimas; Courtés, 1979, p 29-30), que é a representação dos conceitos fundamentais que orientam a transformação narrativa ou mudança de estado ocorrida no texto. O quadrado semiótico é apresentado da seguinte maneira:



Lembramos que A e B são termos hipotéticos, são apenas um molde que deverá ser preenchido conforme o conteúdo da narrativa que encontrarmos no texto. Por sua vez, a disposição desses termos no quadrado semiótico segue uma ordem que nos mostra como ocorre a transformação narrativa sofrida ou executada pelo(s) actante(s), do texto: ao negar um dos termos, temos a afirmação, de outro, estabelecendo uma percursividade, uma espécie de continuidade da significação. Nesse caso, por exemplo, se negarmos o termo “A” temos, por outro lado, a afirmação dos termos “não-A” e “B”. O quadrado semiótico “constitui, assim, no nível profundo, a forma primeira das estruturas que, num nível mais superficial, se desdobrarão em arquitetura narrativa” (BERTRAND, 2003, p. 179).

Nessa perspectiva, o quadrado semiótico é uma espécie de espinha dorsal da narrativa, já que ela será preenchida com os elementos dados pelo texto. Sobre essa estrutura básica, por seu turno, outras estruturas, presentes nos níveis seguintes do texto serão colocadas, com seus respectivos preenchimentos. Desse modo, podemos notar que uma narrativa não é dada apenas por uma estrutura, um conjunto de elementos que se relacionam entre si. Essas estruturas devem ser recobertas por conceitos ou dados que estejam presentes no texto analisado.

A passagem de um termo ao outro, por seu turno, é gradual, importando dizer, nesse caso, que um estado representado por “B”, por exemplo, é precedido, antes de tudo, por um estado “não-A”. Dessa maneira, percebemos no texto, uma mudança de estado dos actantes dentro de conceitos elementares que podem seguir um percurso do tipo $a \rightarrow \text{não-a} \rightarrow b$ ou $b \rightarrow \text{não-b} \rightarrow a$, conforme mostrado a seguir:



Os termos do quadrado semiótico, por sua vez, são revestidos de certos valores culturalmente instituídos. Voltemos ao exemplo das duas frases dadas anteriormente:

A princesa Isabel libertou os escravos.

Muitos escravos morriam na viagem entre a África e o Brasil.

Em nosso contexto cultural, a *liberdade* ou a *vida* são algo positivo. Logo, é comum encontrarmos narrativas em que os conceitos *vida* ou *liberdade* recebam uma valoração positiva. Por outro lado, pelo mesmo motivo, termos como *morte* e *opressão* recebem uma valoração negativa. Se um termo recebe uma valoração, negativa, ele é disfórico, se a valoração é positiva, o termo é eufórico.

Em uma narrativa, o actante busca possuir aquilo que é considerado positivo, posse que é entendida como um estado de conjunção. Mas pode ocorrer o contrário: o actante pode estabelecer uma disjunção, ou seja, ele perde a posse do termo eufórico e estabelece uma junção com um termo disfórico, sobre o qual há uma valoração negativa. O que podemos representar da seguinte maneira:

Termo/estado do sujeito	Valoração do termo	Relação do personagem com o estado	Caracterização do termo segundo termos semióticos
Opresão	Negativa	O sujeito busca entrar em disjunção com a opressão	O termo é disfórico, negativo
Liberdade	Positiva	O sujeito busca entrar em conjunção com a liberdade	O termo é eufórico, positivo

O segundo nível do texto é o narrativo, no qual os estados do actante podem ser representados por objetos, concretos ou abstratos. Um objeto que possui uma espécie de poder, ao mesmo tempo em que representa os estados pelos quais os sujeitos transitam na narrativa. Vejamos como esses aspectos se manifestam nos dois enunciados que já apresentamos:

A princesa Isabel libertou os escravos.

Muitos escravos morriam na viagem entre a África e o Brasil.

No primeiro enunciado, os escravos passam do estado de opressão para o de liberdade, graças à atuação da princesa Isabel, a qual opera essa mudança com base em um decreto ou lei. No segundo texto, os escravos morrem pela ação de seus opressores, e os navios negreiros funcionam como objetos usados pelos opressores que levam a morte aos cativos.

Nesse nível, temos ainda uma espécie de descrição de como ocorreu a mudança de estado do actante. Essa mudança de estado, por sua vez, pode ser operada pelo próprio actante principal ou por outro que interage com o primeiro. Nesse caso, devemos entender que a mudança de estado do actante não é casual nem aleatória, mas ocorre por que outro actante entra em cena manipulando o actante principal e determinando os rumos da narrativa.

Retomando a questão dos actantes, estes podem ser divididos em três, conforme os papéis que executam: temos um “destinatário sujeito”, que é uma espécie de herói ou actante principal que executa a ação narrativa; um “destinador manipulador”, que manipula e influencia as ações do “destinatário sujeito”; e o “destinador julgador” que reconhece e sanciona a ação do destinatário sujeito.

As ações desses actantes e a maneira como ocorre a interação entre eles podem ser depreendidas graças à ocorrência do que a semiótica chama de programa narrativo, ou simplesmente PN, que nos permite entender a ação do sujeito inscrito no texto, ação que é estabelecida através de pequenas etapas. O programa narrativo, de maneira geral, é um modelo de sequências de ações que ocorrem em uma narrativa, conforme mostramos a seguir:

1. o actante é manipulado, ou seja, é induzido por um destinador manipulador a fazer algo;
2. o actante, que é o destinatário-sujeito da manipulação, acredita ter o poder de executar uma ação;
3. o destinatário-sujeito executa uma ação;
4. um destinador julgador sanciona a ação do destinatário-sujeito em dois níveis: o cognitivo, reconhecendo que a performance foi executada, e o pragmático, concedendo-lhe uma espécie de premiação ou punição.

O que ilustramos da seguinte maneira:

PROGRAMA NARRATIVO	manipulação	competência	performance (ação)	sanção
ACTANTES	destinador manipulador	destinatário-sujeito	destinatário-sujeito	destinador julgador

Com a sequência narrativa articulada, temos o nível seguinte, aquele que consiste em “dizer” ou enunciar a narrativa, e também de trabalhá-la em temas e figuras. Enunciar uma narrativa consiste em transformá-la em linguagem propriamente dita, transformar-lhe o conteúdo em algo inteligível, e esse algo inteligível é o que podemos chamar de texto. A enunciação, o “dizer”, é um processo feito através de três categorias: pessoa, espaço e tempo.

Uma narrativa pode ser enunciada em 1ª (EU) ou 3ª pessoa (ELE). Se o narrador é em 1ª pessoa o efeito de sentido tende a ser o de subjetividade, se é em 3ª pessoa o efeito tende a ser o de objetividade. Por sua vez, os fatos narrados podem ocorrer no local em que se encontra o narrador ou em um local distante e impreciso. Já o tempo pode ser o passado ou o presente. A combinação entre essas categorias (pessoa, espaço e tempo) pode gerar efeitos de sentido específicos, efeitos que serão melhores percebidos na análise que será feita dos textos selecionados.

Nesse nível do texto, também é importante atentar para as noções de “tema” e de “figura”. Conforme, Fiorin (1999) os temas são termos abstratos, que organizam, classificam, categorizam os elementos do mundo natural (beleza, vergonha, inteligência, vaidoso

etc) e figuras são termos concretos, que possuem um correspondente perceptível no mundo *natural*, quer seja este dado ou construído (árvore, sol, correr, brincar, vermelho, frio etc). Assim, os *temas* remetem a conceitos abstratos, mas que podem ser “recobertos” por figuras, através da figurativização, processo através do qual os temas são trabalhados através de palavras que constroem uma imitação do mundo natural.

Uma vez concluída a exposição do percurso gerativo de sentido podemos apresentar a análise dos textos selecionados. Os dois textos foram registrados na cidade de Itapecerica. Em ambos, temos um relato da abolição da escravidão na versão de um ex-cativo que se coloca como narrador, conforme podemos ler a seguir:

Texto 1

No tempo do cativo
Mas quando o senhor me batia
Eu gritava por Nossa Senhora
Ai, como a pancada doía
Mas a princesa era católica
Ela rezava todo dia
O seu pai inventou uma viagem
Ia pegar o barco no rio
E a princesa achou muito bom
É isso mesmo que ela queria
Queria sentar na cadeira
E fazer sua mandaria
No seu bolso tinha caneta
Pra ela escrever o que ela queria
Quando o navio chegou em alto mar
Deu seu apito pra dar sinal
A princesa disse que era hora
Chamou o povo pra ela assinar, a escravidão
Naquela hora ia acabar
Pela cantiga da sereia
Aí balanceou o mar
Os negros saíram de cativos
Não tinha mais conta pra rezar
Nossa Senhora é quem te pague s`a princesa
Porque nós negros não podemos pagar

Texto 2:

No dia treze de maio
Que a assembléia levantou
Levanta a cabeça nego
Que cativoiro já acabou

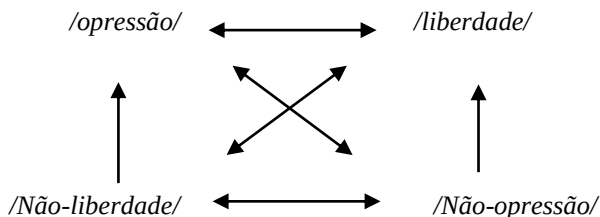
Tu me chama, tu me manda
E eu não sei pra onde eu vou
Que dia treze de maio
Cativoiro já acabou.

Eu era um passarinho
Que voava lá no céu
E de lá de cima via
Oi a princesa Isabel

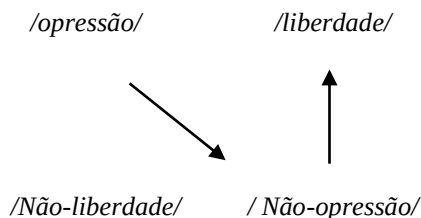
Quando na nuvem apareceu
Apareceu nossa senhora
Foi à princesa e pediu
Pra libertar os filhos seus

No dia treze de maio
Eu amarrado na corrente
Veio princesa Isabel
Nego veio libertou
Foi Nossa Senhora
Que esse nego veio salvou

Os dois textos apresentam a oposição fundamental */opressão/* vs */liberdade/*. A escolha dos termos opressão e liberdade pode nos oferecer um primeiro exemplo de como o nível fundamental remete a conceitos mais amplos e universais. Na análise dos textos, usamos o termo “opressão” ao invés de “escravidão” porque aquele tem significado mais amplo que este: toda escravidão é uma forma de opressão, mas nem toda opressão se realiza como escravidão. A colocação desses termos no quadrado semiótico é representada da seguinte maneira:



Os negros cativos, de acordo com as duas narrativas, partem do estado de /opressão/, passam pelo estado de /não-opressão/, e chegam ao estado de /liberdade/, da seguinte maneira:



No nível narrativo do texto 1, temos o termo /liberdade/, que é positivo e, portanto, eufórico, é inscrito no objeto *caneta*, já que é através do uso desta que a princesa escreve o decreto da abolição, como ilustramos no fragmento seguinte: “No seu bolso tinha caneta/Pra ela escrever o que ela queria”. Assim, por atuação da princesa Isabel, os cativos entram em conjunção com o termo eufórico /liberdade/ e ao mesmo tempo, em disjunção com o termo disfórico /opressão/.

No que se refere ao programa narrativo do texto 1, os escravos e o sentimento religioso de piedade, atuam como destinadores manipuladores, já que sensibilizam a filha do Imperador levando-a a decretar o fim da escravatura. Nesse caso, a princesa é manipulada a decretar a Abolição por acreditar possui poderes que a autorizam a realizar esse decreto.

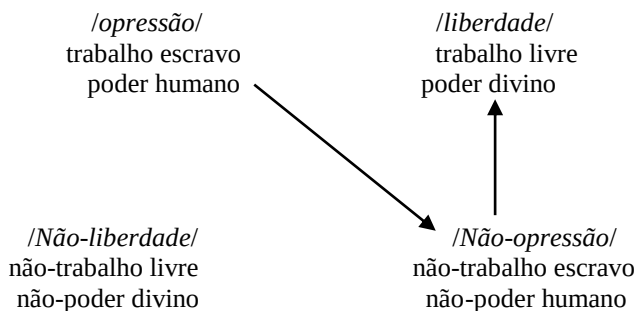
Em seguida, a princesa Isabel realiza a performance de libertar os escravos, mas, curiosamente, a sanção não é dada por estes, já que eles pedem que Nossa Senhora pague pelo feito da princesa: “Nossa Senhora é quem te pague s`a princesa/ Porque nós preto não podemos pagar”. Assim, a sanção dos destinadores julgadores, escravos, ocorre

tanto em nível cognitivo, reconhecimento de que a performance foi bem sucedida, quanto em nível pragmático, através do agradecimento divino que os então ex-cativos pedem que seja dado a princesa.

No nível discursivo, temos a enunciação da narrativa de duas maneiras no texto 1: primeiramente, o narrador se coloca em primeira pessoa narrando fatos passados em um lugar incerto. Desse modo, essa primeira forma de enunciação é ancorada nas categorias EU-LÁ-NAQUELE TEMPO. Já quando o relato passa a descrever a ação da princesa Isabel, as categorias de pessoa, espaço e tempo são preenchidas com os termos ELA-LÁ-ENTÃO, sugerindo que o episódio ocorreu em um tempo e lugar indeterminados, colaborando para dar um sentido de verdade atemporal a narrativa. O uso de expressões como *no tempo do cativo* colabora para situar a ação num tempo ancestral construindo, dessa maneira, uma espécie de mito relacionado à libertação dos escravos.

Quanto aos temas, encontramos o tema do *trabalho escravo*, do *sofrimento físico* do *poder humano* e do *poder divino*. Estes últimos são sugeridos pela intervenção divina de Nossa Senhora do Rosário na performance da Princesa, conforme temos expresso nos trechos: *Eu gritava por Nossa Senhora/ Ai como a pancada doía; Mas a princesa era católica ela rezava todo dia; Nossa Senhora é quem te pague s`a princesa/ Porque nós preto não podemos pagá.*

O tema do *poder divino*, por exemplo, é figurativizado pela santa protetora dos escravos, Nossa Senhora do Rosário, já o do poder humano, pela caneta, “no seu bolso tinha caneta/ pra ela escrever o que ela queria” e pelo trono “ela queria sentar na cadeira/ pra fazer sua mandaria”. O que podemos montar definitivamente no quadrado semiótico da seguinte maneira:



Embora o texto 2 repita a mudança de estado dada pelos termos */opressão/* e */liberdade/*, é curioso observar as ocorrências no nível narrativo. Nessa etapa, ao contrário do que ocorre no texto 1, a princesa Isabel decreta a abolição graças a intervenção direta da Virgem Maria. Nesse caso, Nossa Senhora faz o papel de destinador manipulador, que manipula a princesa Isabel levando-a a executar a performance de libertar os negros escravos, conforme temos no fragmento a seguir: “*Apareceu nossa senhora/Foi à princesa e pediu/Pra libertar os filhos seus*”.

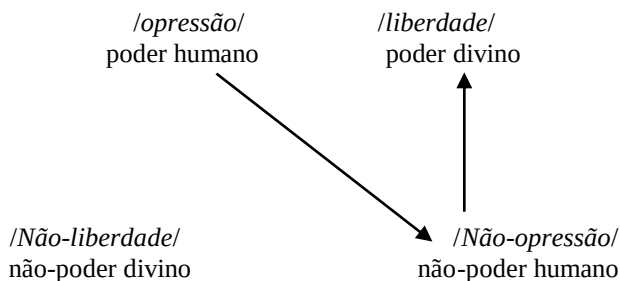
Por sua vez, o termo */liberdade/* não é representado explicitamente por nenhum objeto. A liberdade foi concedida pelo simples pedido de Nossa Senhora. O que nos mostra vestígios da concepção cristã segundo a qual a palavra é criadora e transforma a realidade. Essa passagem nos mostra uma visão sobre o fim do cativeiro baseado em uma intervenção divina ao invés de uma ação política ou burocrática propriamente dita, como ocorre no texto 1.

No nível enunciativo do texto 2, temos um narrador em 1ª pessoa que se coloca como uma espécie de testemunha do ocorrido, um ex-cativo que testemunha o milagre da aparição da Virgem do Rosário para a princesa Isabel. Esse mesmo narrador localiza o ocorrido em um certo dia 13 de maio, data da abolição, mas não situa essa ocorrência no espaço. O que nos lega uma narrativa subjetiva, mas que, ao mesmo tempo, não deixa de se apresentar como uma verdade oriunda de tempos lendários, o que é dado pelas categorias EU-LÁ-NAQUELE TEMPO.

Ainda no nível enunciativo, temos novamente o tema do *poder humano* e do *poder divino*, sendo que o tema do *poder humano* é figurativizado pela princesa Isabel, que tinha autoridade para manter os negros em cativeiro ou libertá-los. Já o *poder divino* é figurativizado pela Nossa Senhora que interfere e interage com o poder humano da princesa levando a abolição da escravatura e a salvação dos negros.

É notório que essa narrativa, mais simples em relação à primeira, mostra a interação de dois universos e de dois tipos de poder distintos: o humano e o divino se imiscuem em um episódio único que é a libertação dos escravos. Trata-se de uma narrativa na qual a fronteira entre material e o espiritual, entre o humano e o divino é tênue e é justamente essa tenuidade que provoca transformações no

destino dos homens. O que podemos representar no quadrado semiótico da seguinte maneira:



Próximos do fim deste artigo, podemos observar que, nas narrativas mantidas nos grupos de reinado não há alusões ao período de liberdade de que os negros gozavam antes de serem escravizados. Os relatos sempre nos trazem a memória do cativo e a passagem para liberdade. Tal fato nos mostra que a memória identitária dos reinadeiros organiza sua história como que em duas fases distintas: o tempo de cativo e o tempo de liberdade.

Geralmente, o que vemos celebrar-se nas cantigas do reinado não é a reconquista de uma liberdade perdida durante séculos de escravidão. Mas a conquista, primeira e única, de uma liberdade que surge de maneira quase mitológica depois de uma época de escravidão sobre a qual se ignora a origem e o motivo. A escravidão, desse modo, é representada como uma espécie de existência anterior que se perde na origem dos tempos. Vida anterior a que a atuação da Virgem do Rosário e da princesa Isabel põe fim e delegam aos escravos uma existência de liberdade. A liberdade, nesse caso, é representada como uma espécie de nascimento de origem dos cativos dentro de um novo universo no qual a escravidão figura apenas como um traço e memória.

Ao término de nosso trabalho, esperamos demonstrar como a teoria semiótica pode contribuir para o entendimento de algumas das manifestações culturais presentes em nossa sociedade. Por outro lado, manifestações como a do Reinado do Rosário, qualificadas como “patrimônio imaterial” vêm ganhando cada vez mais atenção da sociedade. O que também nos chama a atenção para a necessidade de compreender e, por essa via, auxiliar que tradições como essas continuem presentes na sociedade.

Referências

BERTRAN, Denis. *Caminhos da Semiótica Literária*. Tradução Grupo CASA. Bauru: Edusc, 2003.

FIORIN, José Luiz. *Sendas e veredas da semiótica narrativa e discursiva*. DELTA. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-13, fevereiro de 1999.

FIORIN, José Luiz. Pragmática. In: _____. (Org.). *Introdução a Linguística II*. São Paulo: Contexto, 2003. p.161-81.

GREIMAS, Algirdas; COURTÉS, Joseph. *Sémiotique: Dictionnaire Raisonné de la Theorie du Langage, Tome I*. Paris: Hachette, 1979.

HERNADES, Hilton. Duelo: a publicidade da tartaruga da Brahma na Copa do Mundo. In: LOPES, Ivã Carlos; HERNANDES, Nilton (Org.). *Semiótica: objetos e práticas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 227-244.

MOÇAMBIQUE DO OLIVÉRIO. Os nego saiu do cativo. In: ASSOCIAÇÃO DO REINADO DO ROSÁRIO DE ITAPECERICA. *Reinado do Rosário de Itapecerica-MG: da festa e dos mistérios*. Itapecerica/Brasília: Fazenda Palestina/Zen Studio, 2004.

MOÇAMBIQUE DO geraldinho. No dia treze de maio. In: ASSOCIAÇÃO DO REINADO DO ROSÁRIO DE ITAPECERICA. *Reinado do Rosário de Itapecerica-MG: da festa e dos mistérios*. Itapecerica/Brasília: Fazenda Palestina/Zen Studio, 2004.

Recebido em 27 de setembro de 2010

Aceito em 25 de março de 2011

NARRATIVAS E IDENTIDADES DE UMA IDOSA APRENDENDO LÍNGUA ESTRANGEIRA (INGLÊS)

NARRATIVES AND IDENTITIES OF AN ELDERLY STUDENT LEARNING FOREIGN LANGUAGE (ENGLISH)

*Hélvio FRANK**

Resumo: Esta pesquisa, baseada no paradigma qualitativo e configurada por um estudo de caso, tem por objetivo analisar, por meio do uso de narrativas e observações em sala de aula com registro de notas de campo, o movimento da (re)construção da/s identidade/s de uma idosa aprendendo língua estrangeira (inglês) na Educação de Jovens e Adultos. Os resultados sugerem que identidade, língua e cultura estão atreladas e, por meio do discurso, elas representam/moldam as ações da participante em sala de aula.

Abstract: This research, based on qualitative paradigm, can be described as a case study, whose objective was to analyze, using narratives and classroom observations, the movement and the (re)construction of the identity(ies) from an elderly student learning foreign language (English) in Educação de Jovens e Adultos. The results suggest identity, language and culture are connected and, through discourse, they represent/construct the participant's actions in classroom.

Palavras-chave: aprendiz idosa; narrativas; identidade/s; língua estrangeira (inglês).

Keywords: elderly student; narratives; identity/ies; foreign language (English).

Construímos nossa identidade ao mesmo tempo em que contamos nossa história de vida (SARUP, 1996, p. 15).

Introdução

Desde que comecei a investigar a sala de aula com idosas aprendendo língua estrangeira (doravante LE) (inglês), tenho percebido que a terceira idade é verbo, é ação, é movimento. Após a

* Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília, Brasília-DF, em 2010. Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás, Goiás, Brasil. Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, Goiás, Brasil. Contato: helviofrank@hotmail.com

concretização da pesquisa desenvolvida no Mestrado com um grupo de idosas e o ingresso em uma disciplina de pós-graduação denominada *Estudos culturais, bilinguismo e diversidade*¹, pude constatar que, especialmente Carlota², uma das participantes do grupo analisado naquele estudo, ao se expor à aprendizagem da LE (inglês), trazia em suas bagagens combinações culturais que, por sua vez, paralelas àquele ato linguístico, conduziam-na à construção de identidades enquanto aprendiz.

O ponto chave dessa consideração está localizado na compreensão de que as identidades estão incorporadas à cultura e, por consequência, à língua, já que, para as postulações de Sapir (1949), mais tarde desenvolvidas por seu pupilo Whorf (1956) sobre o relativismo linguístico, existe uma inter-relação entre os elementos língua/cultura e língua/pensamento.

Para esses autores, língua, cultura e pensamento são manifestações que estão imbricadas e, nessa correlação, o pensamento humano é estruturado pela língua que, por seu turno, influencia a forma como os indivíduos pensam. Por isso, as experiências (associadas às práticas sociais e culturais) que cada ser humano vir a ter se tornarão componentes intimamente conectados à língua, não sendo possível uma dissociação entre os três elementos.

Em se tratando de cultura, podemos incluir dentro da perspectiva o elemento identidade apresentado por Silva (2009). Para o autor, as identidades significam posições (de poder) que o sujeito está vulnerável a assumir a partir do lugar do Outro no fluxo do discurso, das práticas e das posições sociais que se entrecruzam ou alinham.

Nesse bojo, as identidades seriam pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para o próprio indivíduo, pontos de conexão entre os discursos e as práticas construtores do nosso posicionamento enquanto sujeitos sociais de discursos particulares, e, ainda, processos produtores de subjetividades, que nos constroem enquanto sujeitos passíveis de serem descritos.

¹ Agradeço às professoras Dra. Dily's Karen Rees e Dra. Heloísa Augusta Brito de Melo por me apresentarem, durante a disciplina cursada na Universidade Federal de Goiás, um “novo” foco dos estudos linguísticos, o qual, antes, era-me desconhecido.

² Por motivos éticos, pedi a participante que escolhesse um pseudônimo, a fim de preservar o anonimato das informações coletadas.

Segundo Silva (2009), as identidades envolvem história, língua(gem) e cultura e promovem a diversidade, uma vez que produzem aquilo que nos tornamos ou representamos. Sendo assim, neste trabalho, baseio-me na segunda concepção de identidade cultural sugerida por Hall (1990) – nela, o sujeito pode tanto “tornar-se” quanto “ser” através da performatividade discursiva. Isso não se trata de um conceito essencialista, todavia de uma concepção estratégica e posicional. Não é possível negar que as identidades tenham um passado, entretanto é possível reconhecer suas possibilidades de reconstrução.

Somado a esses aspectos, percebi, ainda, a importância das narrativas coletadas para a (re)construção de identidades da participante em voga. Essa aluna, instalada em um grupo de faixa etária adulta, tentava se equilibrar entre a própria necessidade de integração social e o dispositivo discursivo de seus interlocutores no contexto. Em outras palavras, um embate discursivo, identitário, cultural em torno do objetivo de estudar (e aprender) a LE (inglês). Diante desses aspectos, o objetivo deste artigo é analisar o movimento e a (re)construção da(s) identidade(s) de uma idosa aprendendo LE (inglês) ao narrar – dizer e fazer – suas histórias e experiências de aprendizagem em relação com os Outros envolvidos no processo e no fluir discursivo dessas histórias narradas ao pesquisador interlocutor.

Fundamentação teórica

Algumas considerações culturais sobre a terceira idade no Brasil

A definição do termo terceira idade é muito tênue para uma fase da vida que varia de pessoa para pessoa, segundo inúmeras circunstâncias (CONCEIÇÃO, 1999). Sua demarcação, contudo, no Brasil, independente dos critérios, é preconizada por leis oficiais e por órgãos relacionados à saúde e demografia da população. Nesses documentos, está prescrito que a terceira idade corresponde ao indivíduo possuidor de uma idade entre 60 e 80 anos (IBGE, 2008; UNO, 1991).

Fraiman (1995) afirma que, mais do que uma demarcação biológica, a idade possui um teor sociológico. Nessa perspectiva, o envelhecimento não se trata somente de um momento, um estado, e

sim, de um constante e sempre inacabado processo de subjetivação desde o nascimento.

Para Caldas (2004), além do fenômeno do envelhecimento permitir caracterização a partir de uma construção social, ele está vinculado a um cenário cultural e histórico específico. Portanto, é salutar interpretar esse curso de vida humano como sendo dependente de tal contexto, onde determinado indivíduo se insere. Isso porque a forma de cada sociedade encarar o processo de envelhecimento, em especial, condiz com seus padrões de ver e sentir o mundo e, ainda, com suas interpretações (ou conceitos) acerca de certas construções e valores culturais.

O autor também adverte que não podemos considerar os fatores sociais separados do cenário, pois juntos com os fatores biológicos, eles se impõem mutuamente na aprendizagem em sala de aula, de modo que o social condiciona ao velho o seu lugar e seu papel, de forma ideológica e prática. Nas palavras do autor, “[o] cidadão não é velho só porque seu organismo está em processo de declínio biológico, mas, sobretudo, porque assim é decretado” (CALDAS, 2004, p. 52).

Do ponto de vista socioeconômico, Zacharias (2009) relata que o Brasil é um país de terceiro mundo configurado pelo fenômeno da globalização, uma sociedade capitalista caracterizada pela competitividade e agilidade, em que vence aquele que for mais capaz. Sendo assim, trazendo à tona as considerações de Canclini (2003), certas performatividades e abstrações abastecidas pela linguagem e sustentadas por um sistema maior podem corroborar para as práticas sóciodiscursivas e culturais estigmatizadoras da velhice e, conseqüentemente, para o movimento das identidades e assimilações culturais em relação ao idoso.

Ainda, de acordo com Almeida (2008), a marginalização do idoso brasileiro endossa uma característica que não se reflete em outras culturas. Por exemplo, a cultura oriental integra intensamente os idosos à vida social. Nela, o velho não é sinônimo de senil, e sim, de sábio, transcendendo

Como vimos, envelhecer, que é um fenômeno social e biológico, pode, do ponto de vista sociocultural, sofrer variações a partir dos discursos e práticas contextuais, (re)construindo as identidades.

A identidade cultural na pós-modernidade

Hall (1997a, p. 11) conceitua a identidade cultural sob três pilares: iluminista, sociológico e pós-moderno. Nessa correlação, o sujeito iluminista seria individualista e possuiria uma identidade constituída desde o nascimento. Nas palavras do autor, “um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consiste num núcleo interior”.

O sujeito sociológico, por sua vez, teria sua “identidade formada na ‘interação’ entre o eu e a sociedade”. Assim, seu eu real poderia ser (re)construído e “modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem” (HALL, 1997a, p. 11).

Por fim, o sujeito pós-moderno que, diferente das concepções anteriores, possuiria uma identidade definida histórico e não biologicamente, a qual corresponderia a uma identidade fragmentada ou composta por múltiplas identidades, algumas vezes contraditórias e mal resolvidas. Em outras palavras, uma identidade não fixa, essencial ou permanente, todavia “uma identidade formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 1997a, p. 13).

É importante ressaltar que este trabalho tem como suporte a última concepção apresentada por Hall (1997a). Nessa perspectiva, imaginar o sujeito uno com uma identidade plenamente completa, segura e coerente seria uma fantasia. Isso porque, de acordo com o autor, o indivíduo assume identidades diferentes em diferentes momentos na vida moderna, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente, porém, de acordo com a necessidade ou situação.

Trata-se de um processo de transformação e de mudança que, a partir dessa característica apresentada pela modernidade tardia, pode ser visto como uma linha divisória entre as sociedades tradicionais e as modernas. Dessa maneira, Hall (1997a) assevera que o descentramento do sujeito pode ocorrer através das culturas nacionais que, muito mais que identificação simbólica, trata-se de estruturas de poder cultural. Igualmente, as culturas não compreendem noções unificadas, uma vez

que se referem a constituintes de um dispositivo discursivo, portanto, são híbridas.

Nesses aspectos, a globalização teria sua participação no que se refere à fragmentação do sujeito, uma vez que se trata de um dos processos responsáveis por deslocar e provocar um impacto sobre as identidades nacionais, ultrapassando as fronteiras e unindo comunidades em novas combinações de espaço-tempo e, por consequência, conectando experiências e realidades existentes em todo o mundo.

Hall (1997a) nos leva a observar que o fato de hoje não haver mais lugar para determinados purismos e nacionalismos exacerbados não exclui as diferentes culturas como ponto de referência de cada grupo social. Na verdade, cada cultura, macro ou micro, possui seu espaço-tempo e, com isso, pode mesclar e transformar-se a partir de outras.

As múltiplas identidades em movimento: a diversidade

A transformação cultural pode ocorrer a nível individual e não necessariamente se deter às diversas comunidades e/ou culturas, que são formas coletivas de percebermos a identidade. Nesse sentido, Canclini (2006) salienta que identidade e diferença residem em todo e qualquer espaço em que coexistam sujeitos sociais. A partir dessa afirmativa, acredito que a sala de aula, por ser um espaço microssocial proveniente de um espaço macro – a sociedade – por semelhante modo, nela, as múltiplas identidades fluem e operam, convergindo ou divergindo, a partir da relação com o(s) Outro(s).

Woodward (2009) afirma que as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas, ao mesmo tempo em que, segundo Hall (1997b), as representações atuam simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações com o seu interior. É exatamente por isso que as identidades são relacionais, isto é, elas dependem de outras identidades para existir e, por conseguinte, marcar a diferença.

Woodward (2009) observa que a identidade, além de simbólica, é cultural, tendo em vista que o que a constrói e mantém são os diferentes processos sociais e simbólicos em movimento. De acordo com a autora (p. 18-19), “a cultura molda a identidade ao dar sentido à

experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade”.

Hall (2009) admite que para análise da cultura e do significado é necessário o exame dos sistemas de representação. Para esse autor, a representação é compreendida como um processo cultural, que pode se basear na construção de lugares, a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e/ou falar. Inclusive, nesse processo, “quem fala”, “quando fala” e “de onde se fala” são elementos muito importantes de serem questionados/analizados.

O autor segue afirmando que somos diferentemente posicionados conforme os lugares, os momentos e os papéis sociais exercidos, o que nos leva a conclusão da relação de hierarquia existente dentro da esfera sociocultural. Dessa forma, convergindo com Woodward (2009, p. 30, grifo no original), é importante observar a formação da identidade a nível local e pessoal, porque diferentes contextos sociais farão com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Nas palavras da autora, “somos posicionados e também posicionamos a nós mesmos de acordo com os ‘campos sociais’ nos quais estamos atuando”.

Moita Lopes (2002) salienta sobre a importância de se compreender as sociedades modernas globalizadas como sendo constituídas por múltiplas identidades flutuantes, instaladas em espaços físicos. Nesse sentido, compreendendo a sala de aula como tal, por consequência, significa dizer que ela possui alunos social e culturalmente diferentes.

A esse respeito, o autor assinala que nesse espaço as identidades dos alunos, e inclusive de professores, entram em conflito. Por isso, a relevância de nos atermos ao tratamento crítico desses embates provindos das relações sociais e culturais em movimento. Entre algumas citadas pelo autor (2002, p. 61), podemos observar “as identidades sociais de classe social, gênero, orientação sexual, raça, idade, profissão etc”, que podem ser, inclusive, “simultaneamente exercidas pelas mesmas pessoas”.

Rutherford (1990, *apud* WOODWARD 2009) incrementa que a identidade é a intersecção da vida cotidiana com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação imbuídas por discursos e por histórias particulares. É, portanto, um ato social de poder, de hierarquia, tendo em vista que, conforme vimos, as posições

que assumimos e com as quais nos identificamos constituem as identidades.

Voltando às considerações de Hall (1990, 2009) e convergindo com Giddens (1990), posso depreender que as identidades não devem ser consideradas como um produto ou como uma aquisição permanente, própria daquele indivíduo. Na perspectiva desses autores, elas configuram espaços de construção de maneiras de ser do próprio indivíduo.

A partir do momento em que concebemos a sala de aula como sendo um espaço propício a essa construção, podemos, de forma crítica, observar que as práticas discursivas pedagógicas, também, serão portadoras e constitutivas de identidades. Por isso, devemos refletir sobre a maneira como nós, professores, utilizamos os espaços de sala de aula para produzir e legitimar formas de subjetividade e modos de vida de nossos estudantes, uma vez que é dentro desse processo que construímos identidades, desejos e necessidades.

Contextualização da pesquisa

Este artigo é parte de uma pesquisa realizada durante o Mestrado, cujo tema envolveu crenças e experiências da terceira idade aprendendo língua estrangeira (inglês). Ela foi realizada em um estabelecimento de ensino da rede pública estadual de uma cidade do interior de Goiás, que desenvolvia o programa de Educação de Jovens e Adultos. A turma investigada continha quatro idosas matriculadas no último ciclo do ensino médio do período noturno, além de outros oito alunos adultos com idades variadas. Entretanto, para este artigo, analisarei apenas os dados referentes à participante que, por motivos éticos e de anonimato (DENZIN; LINCOLN, 2005), convencionei chamar de Carlota. Utilizo recortes do *corpus* geral, inclusive o não apresentado naquele trabalho, como possibilidades de análise das identidades e narrativas.

Metodologia

Este estudo se insere dentro do paradigma qualitativo. Uma das características do tipo de trabalho original, do qual se trata esse tipo de pesquisa, está na valorização de seus resultados como sendo

uma informação relativa e única, cujas conclusões realizadas, através de uma pesquisa, ainda que com similares metodologias, se detém apenas ao contexto onde se coletaram tais dados (NUNAN, 1992).

O método utilizado é o estudo de caso descritivo-interpretativo que, segundo Stake (1994), consiste na investigação de uma unidade específica situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e com utilização de múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística sobre o fenômeno estudado.

A seguir, esboço um quadro constando os instrumentos de pesquisa utilizados, o cronograma e uma síntese de cada parte da coleta:

INSTRUMENTO/ DATA DE APLICAÇÃO	SÍNTESE METODOLÓGICA/OBJETIVOS
a) <i>Questionário socioeconômico</i> 24/08/2009	- Aplicação de perguntas em formato escrito relacionadas às questões socioeconômicas da participante.
b) <i>Narrativas orais</i> 28/08/2009	- Relato oral sobre a história de aprendizagem de LE (inglês) (KALAJA <i>et al</i> , 2008) gravado em áudio e transcrito com base em Marcuschi (1991).
c) <i>Observação de aulas com registro de notas de campo:</i> 31/08/09 a 30/11/09 (14 semanas)	- Observação das aulas com anotações escritas dos eventos objetivos ocorridos em sala de aula (VIEIRA-ABRAHÃO, 2006).
d) <i>Diários do pesquisador:</i> 31/08/09 a 30/11/09 (09 diários escritos)	- Registro escrito com as percepções do pesquisador após as situações observadas (VIEIRA-ABRAHÃO, 2006).
e) <i>Entrevistas semiestruturadas:</i> 30/11/2009	- Registro gravado em áudio e transcrito com base em Marcuschi (1991) de questões e considerações referentes às experiências de aprendizagem (ROSA; ARNOLDI, 2006).

Os dados obtidos com apoio dos instrumentos de coleta foram analisados e categorizados, de maneira que houvesse uma triangulação eficaz a partir dos objetivos propostos por este trabalho. Para garantir maior confiabilidade nos dados, utilizei o critério sugerido por Seliger e Shohamy (1995), denominado *regrounding*, que se refere ao retorno

aos dados por uma segunda vez, comparando os resultados de uma segunda análise com os resultados da primeira, examinando pontos comuns nas duas análises.

Análise dos dados

Com base nas ponderações de Hall (1990), em que, para se tratar de identidade, é necessário nos ater à localização social e histórica do indivíduo, julgo pertinente relatar, inicialmente, sobre a história de vida da participante, a partir da aplicação do Questionário socioeconômico.

Carlota tinha 65 anos de idade, era dona de casa, aposentada, viúva e possuía duas filhas, Letícia e Leila, que estavam casadas e moravam em outra cidade. A participante recebia pensão e sua renda mensal era equivalente a três salários mínimos mensais. Sempre estudou em escola pública e fazia cursinho de inglês paralelo às aulas da EJA. Além disso, adorava estudar e se dedicar ao idioma e alegava não ter dificuldade com a língua.

Durante as observações, pude perceber que a LE (inglês) atraía a atenção da aluna, que era fluente e tentava aprofundar mais nos aspectos gramaticais da língua. A participante também relatou que, por anos, frequentou cursos de idioma para aprimorar a língua. Entretanto, não possuía experiências em visitar ou viver em países que falam a LE (inglês), tampouco participara de programas de imersão no idioma.

Carlota, participante de um sistema capitalista, relatou durante a entrevista o que pensava acerca do inglês estudado na escola pública. Infelizmente, na concepção da participante, todo seu sucesso na aprendizagem de inglês se configurava como um resultado de um investimento financeiro ao longo da vida estudantil. De acordo com seus relatos, as outras colegas, que não tiveram similar oportunidade, isto é, de pagar pela aprendizagem, tal qual ela própria fez, nunca aprenderiam LE (inglês). Nas linhas seguintes, Carlota, para justificar seus argumentos em relação a esses fatores, ainda, lança mão de um estereótipo brasileiro específico do dispositivo discursivo do senso comum.

As minhas colegas aqui não aprendem [inglês], e o pior é que sei que nunca vão aprender, viu? (+) aqui não! (+), se quiser, elas vão ter que pagar! (+), inglês público não funciona nesse mundo onde tudo que a gente precisa, a gente tem que comprar(+), eu não sei (+), só sei que esse inglês daqui tá com problema, a gente enfrenta muito problema aqui [na EJA], na realidade esse problema tá em todo o Brasil (+), minha prima de Pernambuco mesmo fala, que lá, a situação tá do mesmo jeito (+), tenho certeza de que se fosse noutro lugar, por exemplo, nos Estados Unidos, não haveria problema, mas aqui no Brasil a educação é assim (+), você mesmo já viu aqui [na EJA] (+), pra começar, as aulas de trinta e cinco minutos na semana não é suficiente! (+), ninguém é::::: aprende desse jeito! (+), infelizmente, eu sei que o meu inglês, eu tenho ele, porque eu pago pra ter (+), e é lá no cursinho (Carlota, 65 anos – Entrevista).

Algumas vezes fazendo submergir sua identidade capitalista, Carlota observou que nesse mundo tudo era comprado, inclusive a aprendizagem da LE (inglês). Certamente suas experiências com o ensino de idioma particular tiveram um peso satisfatório em suas declarações. De qualquer forma, a participante apresentou ainda generalizações para os problemas ocorridos naquele ambiente pesquisado ao notar que sua prima, de outra localização geográfica no Brasil, também enfrentava as mesmas dificuldades com o ensino de inglês público da EJA. Esse fato foi o suficiente para que ela criasse discursivamente um estereótipo da educação brasileira, tida, por ela, como ruim.

Ademais, a participante afirmou convictamente que a qualidade ruim da Educação não ocorreria em outro lugar que não fosse o Brasil. Como modelo de referência positiva, ela citou os Estados Unidos, o que me levaria a entender que tal exemplo seria o correto. Interessante, nesse caso, foi observar que a participante nunca visitou o país e, no máximo, suas informações otimistas acerca do país teriam sido retiradas de discursos provenientes de livros, jornais e/ou da própria mídia. Essas e outras considerações, a seguir, registradas durante as observações, me fizeram perceber que Carlota amava a forma de vida americana e a própria LE (inglês). Durante um desses momentos, a participante fez questão de destacar os aspectos positivos relacionados à educação que os cidadãos estadunidenses possuíam em detrimento dos brasileiros:

[2]

Carlota toda vez que vai destacar algum detalhe sobre a língua inglesa em sala de aula demonstra ares de que o povo dos Estados Unidos são melhores que os brasileiros. Hoje, dando um exemplo sobre educação tecnológica, ela acabou falando que o país está muito à frente do Brasil e que, inclusive, as pessoas de lá, por estudarem mais, são mais gentis que os brasileiros (Nota de campo – aula 3).

Nesse caso, especificamente, recuperando algumas reflexões sobre o ensino/aprendizagem de línguas, compreendo que o texto discutido nesse dia cooperava para a efetivação da prática discursiva de Carlota. O título inclusive trazia uma perspectiva favorável ao modo de vida americano – *The american way of life*. É como se aquele discurso presente no insumo proposto pelo livro didático reforçasse, de alguma maneira, os pensamentos da participante.

Não sei se para agradar a professora que, naquele momento de interação, constituía-se como sua interlocutora, ou qualquer outra perspectiva, Carlota fez questão de listar os pontos positivos que os estadunidenses possuíam e os brasileiros não. Abro, nesse exemplo, um parêntese para destacar, assim como Moita Lopes (2003) afirma, a importância de se problematizar as informações provenientes de gênero, identidade, cultura, apresentadas pelo livro didático. O autor acredita que deve-se discuti-las e problematizá-las juntamente com os alunos.

Por outro lado, em um dado momento de sua entrevista, Carlota avaliou sobre a importância de não rotularmos e nem nos apossarmos de verdades gerais para fazer nossos julgamentos acerca de casos relativos à cultura ou informações (discursos de outras pessoas) não checadas. A esse respeito, afianço as considerações de Silva (2009) acerca da relevância de não se criar uma identidade imaginada, a partir apenas de um ponto de vista.

[3]

[...] na verdade, a gente tem que tomar cuidado com o que a gente fala (+), porque a gente sempre tem uma noção idealizada do que acontece lá [nos Estados Unidos] com a nossa forma de pensar (+), e às vezes é muito diferente do que as pessoas de lá são (+), a gente não pode fantasiar as coisas (+), temos que ser reais (+), a gente usa a língua para ser real [...] (Narrativa oral).

Hall (1997b, 2009) observa que o discurso tem uma importância muito grande na formação e construção das identidades. Ao falarmos, nós nos representamos e somos representados. Dessa forma, é normal, devido ao fato de ela simpatizar-se com o país, buscar as melhores referências daquela nação. Entretanto, para isso, automaticamente, ela parece muitas vezes abrir mão de sua própria identidade cultural, conforme vimos no excerto 1.

Convém destacar que, ao manter interlocução comigo, pesquisador, durante a entrevista, Carlota demonstrou pessimismo em relação à característica pública da LE (inglês). Para mim, a participante diz que suas colegas não vão aprender, porque não pagam por esse ensino (cf. excerto 1). Entretanto, durante uma aula observada, ocorreram práticas discursivas inconsistentes inerentes a essa questão. No momento em que interagiu com um de seus pares, talvez para animar a colega ou por quaisquer que sejam os motivos, Carlota desconstruiu aquela identidade capitalista mencionada anteriormente e incentivou suas colegas a romper com as dificuldades advindas do processo. Registrei, em sala de aula, que Carlota, ao saber que uma de suas colegas desistiria de estudar inglês, aconselhou-a, proclamando que ela poderia, sim, aprender o idioma.

[4]

Carlota ajudou muito uma colega [Nora] que estava se sentindo triste hoje. A aluna queria desistir porque achava que não conseguiria aprender inglês. [Carlota] falou para a professora que ia sentar com ela para conversar. Foi possível ouvir a conversa das colegas, que às vezes tomava conta da aula. [Carlota] incentiva [Nora] e diz algo nesse sentido: “Você pode aprender inglês sim. É só você buscar aquilo que tem e correr atrás. Não é questão de idade. Eu também estou aqui e estou aprendendo. Todo mundo aprende se quiser e se correr atrás (Nota de campo – aula 7).

Hall (2009, p. 109) avalia que “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso”. Nesse sentido, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder, e são, portanto, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão, do que o signo de uma unidade idêntica. Talvez, por conta das hierarquias mantidas nessa relação, ou talvez por conta das relações de poder configuradas, Carlota demonstrou-se favorável à possibilidade de a colega ter sucesso em sua aprendizagem naquele contexto.

O fato é que, ao observar essas práticas discursivas destacadas no excerto 4, de certa forma, percebo que o interlocutor é uma peça chave no desencadeamento do discurso alheio, que, por sua vez, perpassa as identidades. Por isso, observo o que Woodward (2009) valoriza ao assinalar que o Outro (in)coerente existe a partir de minhas referências enquanto sujeito de interlocução. Daí o fluir das identidades.

Através da entrevista, foi possível perceber que a cultura nacional de Carlota funcionava como um sistema de representação de significados culturais e um foco de identificação no momento em que se definia falante de inglês. A participante observou que ela podia até falar o idioma, mas sua identidade cultural, como avaliou, ficaria marcada através de sua performance oral, isto é, possivelmente de seu sotaque.

[5]

[...] eu sei que mesmo que eu seja fluente em inglês, eu vou ser brasileira (+), não há como separar essa minha nacionalidade (+), por mais que eu tente, meu jeito de falar nunca vai ser igual a de um americano (+), é ruim isso (+), mas eu tenho consciência ((risos)) [...] (Carlota, 65 anos – Entrevista).

Contrapondo o excerto 1 com o excerto anterior, é possível observar que Carlota parece buscar uma identidade cultural estadunidense ou, pelo menos, valorizar o discurso de que um brasileiro nunca aprenderá inglês. Além disso, durante todo o semestre observado, pude verificar que, a participante desejava conhecer o país do Tio Sam, o qual era sua única referência de cultura e de povo falante de inglês. As inferências “por mais que eu tente” e “é ruim”, no excerto 5, nos evidencia pressupostos inerentes ao desejo de Carlota “ser” ou “pertencer” ao grupo de falantes norte-americanos. Por mais que houvesse fluência na língua, como podemos perceber, a identidade de brasileira da participante não a permitiu fazer parte total de outro grupo, porque em sua concepção, ela não falava a língua do Outro, por exemplo. Então ela, brasileira, não poderia ser “americana”.

Os depoimentos de Carlota conferiram representações muito importantes relacionadas à sua identidade de aprendiz de LE (inglês). Por exemplo, sua experiência de frequentar um cursinho de idiomas foi determinante para movimentar suas crenças e, como há uma linha

tênu e entre identidade e crenças, a partir disso, observo como a participante constrói sua identidade e crenças em meio aos discursos coletados através das narrativas.

[6]

[...] antes de entrar no cursinho de inglês, eu não acreditava que eu poderia falar inglês fluente (+), depois que você passa a fazer, **você se torna outra pessoa (+), você não é a [Carlota], você é Mrs. [Carlota](+)**, isso é muito bom! (+), parece que até aquela **minha turma era diferente, me considerava também diferente (+)**, porque **ali você era que nem um americano**, você tinha que usar, tinha falar o inglês como se fosse a sua vida ali! (+), lembro que quando meu marido ainda era vivo, e foi bem nesse tempo que eu comecei a fazer inglês (+), eu tava bem mais nova (+), eu nunca esqueço que ele virou pra mim e disse: “você tá diferente, você não é a mesma [Carlota] que eu conheço ((risos)) (+), ele falou isso só porque eu tava aprendendo inglês e me comportando que nem uma americana ((risos)) (+), eu falo isso porque as experiências que eu estava tendo com o inglês, na época (+), eu tava bem inserida assim, a professora trabalhava muita cultura (+), **isso interferiu até no meu modo de viver**, sabe?! (+), de vestir, por exemplo, eu usava muito é::: por favor (+) nos momentos com ele, e isso é uma característica do povo de lá [...] (Carlota, 65 anos – Narrativa oral, grifos meus).

Através do excerto 6, é possível compreender que aprender outra língua funcionava para Carlota como uma forma de se transformar em outra pessoa, possivelmente uma americana. Como a participante mesmo ressalta, o marido percebeu sua transformação e seu comportamento “americano”, a partir de sua inserção no idioma. Carlota adicionou que a cultura aprendida nas salas de cursinho de idioma interferiu em seu modo de viver e de se vestir. Então, sendo assim, uma pessoa educada, ela parecia com o “povo de lá”, bem como com a identidade cultural que ela buscava e, para sua motivação, algumas vezes, nela se via.

Vimos em Hall (2009) que as identidades têm a ver com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção daquilo no qual nos tornamos. Então, é comum, assim como no exemplo de Carlota, questionarmos como nós temos sido representados e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios.

Carlota, no próximo excerto, em dado momento de narração de sua história de aprendizagem de LE (inglês), relatou que já quis “ser americana e viver em Nova Iorque” e que, naquele momento de seu depoimento, ela não possuía mais tal desejo. Entretanto, baseado nas observações de Carlota em sala de aula, e nas próprias inferências do próximo excerto, noto que sua identidade como aprendiz de LE (inglês) conferia a busca pelo objetivo de aprender a LE (inglês) para se tornar, mais uma vez, integrante daquele grupo, especialmente norte-americano. De uma identidade que ela não decretava, mas que, por meio de sua narrativa, poderia ser inferida.

Além disso, ela explicou sobre seu desejo de “morar lá”, o que nos remete à ideia de que, para pertencer àquele grupo, ela devia, mais do que falar a sua língua, residir e pertencer àquele espaço. Se a participante mudasse para lá, em sua concepção, ela seria outra pessoa.

[7]

Sempre amei inglês (+), na minha juventude, eu até quis ser americana e viver em Nova Iorque ((risos)) (+), hoje não sinto mais essa vontade, não tenho mais isso (+), é porque lá é tudo muito glamuroso (+), de vez em quando, eu fico é::: olhando as fotos de lá na Internet (+), me dá uma vontade é:::: de ser, de estar morando lá (+), mas eu sei que ainda vou morar lá! (+), é por isso estou aprendendo inglês, porque aqui:::: em Itapuranga eu não vou usar ele mesmo! (+), e lá eu preciso para comunicar com eles, para parecer com o jeito que eles falam, pra eles entenderem também (+), aqui eu não estou trabalhando, e nem tenho expectativa de fazer isso mais (+), lá não (+), eu quero ser outra pessoa [...]. (Carlota, 65 anos – Narrativa oral).

Como vimos, Carlota “se entregou” através do próprio discurso. A participante alegou não ter mais vontade de ser “americana”, mas vendo fotos da cultura e do país pela Internet, ela confirmou essa vontade de “ser”. Se atentarmos para a idade de Carlota, podemos chegar à conclusão de que seus muitos anos não interfeririam na solidificação de sua identidade, valorizando os argumentos de Sarup (1996) sobre a fragmentação das identidades.

O autor avalia que, por serem fluidas por natureza, o desejo de ser ou ter, isto é, as várias identidades fluindo não poderão ser eliminadas em qualquer circunstância social vivida pelo indivíduo.

Aqui inclui a fase da vida, configurada pelas diversas idades. Acredito que, em analogia às referências do autor, posso afirmar que, ainda que a maturidade proporcionada pela idade esteja presente nesse sujeito, tal aspecto não é capaz de fixar a identidade.

Ademais, o excerto anterior traz a noção de que a aluna considerava que fazer parte da cultura americana significava falar aquela língua. Convergindo com Sapir (1956), posso compreender que esse desejo, isto é, essa motivação extrínseca de falar a língua é tão intenso que serve como ponte para o falante participar e ser da cultura.

Também foi possível mapear durante algumas lições desenvolvidas em sala de aula alguns momentos em que Carlota mantinha esse desejo de ser ou tornar-se. Através da observação das aulas, verifiquei ações de Carlota nesse sentido:

[8]

Carlota vez ou outra diz que pretende mudar para os Estados Unidos. Hoje ela falou muito sobre isso com a professora durante a correção de exercícios. Ela perguntou a professora se ela tinha vontade de voltar aos EUA [...] e fez questão de declarar o seu profundo desejo de mudar para lá. Ao fazer a correção de um diálogo, Carlota entonou com muita convicção o inglês. Parece que ela gosta e se sente outra pessoa ao falar a língua (Nota de campo – aula 9).

Em um momento específico da aula, consegui marcar o movimento de relações hierárquicas em que a participante demonstrou o caráter que Hall (1997) já havia pontuado em suas postulações teóricas: a de que a identidade do sujeito pós-moderno não é fixa. Carlota não conseguiu se desprender de sua identidade familiar de avó ou de pessoa idosa, que devia ser respeitada com seus 65 anos, para se relacionar com a professora que, com seus 28 anos, supostamente, pelas hierarquias contextuais – professora da turma – exercendo poder e dominando aquelas circunstâncias:

[9]

[...] Carlota acha engraçado o fato de a professora chamá-la de “você”. Carlota pede que a chame de senhora como forma de respeito e diz para a professora que tem idade suficiente para ser avó dela. A professora fica sem graça ao receber a interpelação. A aula continua [...] (Nota de campo – aula 5).

[10]

[...] Naquele momento da aula, percebi que Carlota queria ser respeitada. Parece ser difícil para Carlota compreender que, em sala de aula, a professora tem um poder maior e, portanto, merece ser a respeitada (Diário do pesquisador – aula 5).

Por outro lado, observando outros registros, recuperei um momento de aula em que ocorreu exatamente o contrário. Nele, Carlota exigia da professora, através de um apelo oral, maior postura para lidar com ela enquanto aluna. Carlota justificou que sentia necessidade de ser mandada e de limites lhe serem impostos, a fim de haver o cumprimento de seus deveres de aluna, tal qual sua professora de infância fazia. Nesse momento, foi possível comparar as identidades em movimento, a partir de dois momentos em sala de aula. Em dado momento, como avó e idosa (cf. excerto 9), indicando respeito. Em seguida, como aluna, pedindo a imposição de limites, conforme o próximo excerto.

[11]

[...] Na hora da correção, Carlota demonstra não haver feito o exercício. Ela fala em alto e bom tom para a professora que ela devia ser mais exigente para com ela. Se a professora não passasse a tirar nota ou não limitar mais as relações e os seus deveres em sala, ela se sentiria solta e não iria buscar. Ela disse “Professora, você pode mandar que eu faço. Pode impor as coisas mesmo. É bom pra mim” (Nota de campo – aula 4).

Essa necessidade que Carlota tinha, de ser uma aluna cumpridora de tarefas, pode estar apregoada à época em que cursou o ensino fundamental, aproximadamente a quatro ou cinco décadas. Nesse período de uma abordagem tradicional de ensino de LE vigente, certamente, podemos mapear um sistema de ensino calcado em uma abordagem de ensino centrada no professor. Portanto, é normal que ela apresentasse tais valores no fluxo de suas práticas e discursos de aprendizagem.

Para Woodward (2009), as experiências ao longo da vida são demasiadamente importantes na preservação, cruzamento ou (re)construção de novas identidades. O que aconteceu com Carlota pode ser visualizado como sendo uma tentativa de preservação de um modelo de identidade formada em um contexto social, cultura e histórico específico.

Voltando à questão da importância do interlocutor no movimento de identidades e, automaticamente, dos discursos, percebo, no próximo excerto que, quando entrevistada por mim, a participante mudou o discurso em relação à sua concepção sobre o papel do professor e do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

[12]

Eu sei que também o::: que::: tenho que melhorar meu inglês a cada dia, pois (+), só depende de mim (+), eu não preciso de pensar é::: na idade! (+), sou eu tenho que pensar em me esforçar e buscar, porque o professor vai estar ali independente disso (+), SEMPRE' (Carlota, 65 anos – Narrativa oral).

Em relação aos materiais de insumo (livro didático, apostila, listas de vocabulário) para a aprendizagem de LE (inglês), observei o anseio da aluna para trabalhar com conteúdos que versassem ou que se aproximassem de sua identidade de idosa, mulher, viúva.

[13]

[...] também podia melhorar o material daqui (+), acho que tinha que ter coisas da gente, da nossa idade, pra gente sentir mais vontade de aprender(+), é muito raro a gente trabalhar com coisas que chamam a nossa atenção (+), daí alguns assuntos deixa a gente desanimado (+), porque muitas vezes não faz parte daquilo que a gente usa no dia a dia (+), eu acho que é só o professor parar pra pensar, que ele vai ver o que pode fazer (+), os livros didáticos mesmo (+), até os que eu uso no cursinho não tem muita coisa pra gente que é velho, sabe? (+), eu não quero ser aeromoça de avião e nem quero saber passos de funk (+), eu já passei dessa fase (+), não tem nada a ver comigo [...]

(Carlota, 65 anos – Narrativa oral).

Efetivamente, a identidade necessita ser um tema questionado no planejamento para as realizações em sala de aula. A escolha de conteúdos a serem discutidos, nesse caso, faz toda a diferença, inclusive, para trazer motivação. Carlota afirma que alguns materiais por ela trabalhados para aprender inglês não têm nada a ver com ela. Isso significa dizer que os conteúdos apresentados pela professora não combinam com a identidade de mulher/idosa de Carlota. Ao professor, é importante pensar sobre essas possibilidades.

Considerações finais

Carlota não foge à regra se observamos as ponderações de Hall (2005, 2009) acerca da identidade e da diferença. Nessa correlação, a participante compunha um contexto marcado por multiculturalidade e pluralidade, principalmente, no que se refere a caracterizações de idade e de gênero. E, como resultado, era moldada por esse mesmo contexto. Trata-se do fluir das identidades que são culturais, fragmentadas e descentradas, movimentadas em língua e cultura e desenvolvidas pelas regras de um eu (in)coerente – pensamento posicionado frente ao Outro.

A própria participante apresentou momentos em que, para se adequar à situação ou ao contexto, atuava com uma postura híbrida de identidade perante as relações sociais vivenciadas. Outrora, se via por sobre as diferenças existentes, afirmando ou negando, num movimento divergente e convergente de descrições. E, ainda, se posicionava de acordo com a performatividade discursiva de seu interlocutor, a qual funcionava como suporte para seus (contra)argumentos. Acredito que tais aspectos seriam uma grande sacada de se observar em pesquisas futuras utilizando narrativas.

A tentativa de mapear e analisar o fluir das identidades, que foi meu objetivo neste artigo, corroborou, de modo geral, para uma reflexão no sentido de que a Educação tende a homogeneizar as identidades, e isso não é algo adequado de se fazer. Devemos, pois, compreender que, em sala de aula, as múltiplas identidades insistem e persistem. Como Hall (2005) avalia, não é possível apagá-las ou torná-las invisíveis, uma vez que elas são ingredientes que, quando não trabalhadas, adicionando a crítica de Moita Lopes (2003), afetam diretamente o desenvolvimento do aluno no processo de aprender uma língua/cultura. Independente de idade, há que se fazer valer a pluralidade e a diversidade existentes.

Referências

O “conceito” de “velhice”, Mai. 2008. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/psicologia-artigos/o-conceito-de-velhice-422992.html>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

CALDAS, C. P. A valorização do conhecimento da pessoa idosa e a manutenção do espírito crítico. In: LEMOS, Maria Tereza Toribio Brittes; ZABAGLIA, Rosangela Alcantra. (Org.). *A arte de envelhecer: saúde, trabalho, afetividade e Estatuto do Idoso*. Rio de Janeiro: Idéias & Letras, 2004. p. 51-60.

CANCLINI, Néstor García. *A globalização imaginada*. São Paulo: Ed. Iluminuras, 2003.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrara e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa; Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 2006.

CONCEIÇÃO, Mariney Pereira. *Estratégias de aprendizagem utilizadas por adultos da terceira idade na aprendizagem de língua estrangeira (inglês)*. 1999. 121 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1999.

DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonnas S. The discipline and practice of qualitative research. In: _____. (Org.) *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2005. p. 1-29.

FRAIMAN, Ana P. *Coisas da Idade*. São Paulo: Gente, 1995.

GIDDENS, Anthony. *The consequences of Modernity*. Cambridge: Polity, 1990.

HALL, Stuart. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan. (ed.). *Identity: community, culture, difference*. London: Lawrence & Wishart, 1990.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997a.

_____. The work of representation. In: _____. (Org.) *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage/The Open University, 1997b.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu; _____.; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2009.

IBGE. *Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050: revisão 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 93 p.

KALAJA, Paula; MENEZEZ, Vera; BARCELOS, Ana Maria Ferreira (Ed.). *Narratives of learning and teaching EFL*. 1. ed. v. 1. Londres: Palgrave Macmillan, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antonio *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1991.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2002.

_____. A nova ordem mundial, os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de inglês no Brasil: a base intelectual para uma ação política. In: BÁRBARA, Leila; RAMOS, Rosinda de Castro Guerra (Org.). *Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas*. São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p. 28-57.

NUNAN, David. *Research methods in language learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SAPIR, Edward. Language. In: _____. *Culture, language and personality*. Berkely: University of California Press, 1949.

SARUP, Madan. *Identity, culture and the postmodern world*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1996.

SELIGER, Herbert W.; SHOHAMY, Elana. *Second language research methods*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. ; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2009.

STAKE, Robert E. Identification of the case. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Ed.). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994, p. 236-247.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Demographic Yearbook 1991, special issue: population ageing and situation of the elderly persons*. Nova York: Statistical Office of the United Nations, Department of International Economical and Social Affairs, 1991.

VIEIRA-ABRAHÃO, Maria Helena. Metodologia na investigação das crenças. In: BARCELOS, Ana Maria Ferreira; _____. (Org.). *Crenças e ensino de línguas: foco no professor, no aluno e na formação de professores*. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006, p. 219-232.

WHORF, Benjamin Lee. Science and linguistics. In: CARROLL, Jonh. Bissel (Org.). *Language, thought and reality*. Massachussets: The MIT Press, 1956. p. 207-219.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9 ed. São Paulo: Vozes, 2009.

ZACHARIAS, Silvia Tereza. *Refletindo sobre a terceira idade*. Disponível em:
<[http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/3idade/Refletindo_ Idade.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/3idade/Refletindo_Idade.html)>. Acesso em 02 set. 2009.

Recebido em 16 de setembro de 2010

Aceito em 28 de fevereiro de 2011

MICHEL PÊCHEUX E A TEORIA DA ANÁLISE DE DISCURSO: DESDOBRAMENTOS IMPORTANTES PARA A COMPREENSÃO DE UMA TIPOLOGIA DISCURSIVA

MICHEL PÊCHEUX AND THE THEORY OF DISCOURSE ANALYSIS: IMPORTANT DEVELOPMENTS FOR THE UNDERSTANDING OF A TYPE DISCURSIVE

*Luciana Leão BRASIL**

Resumo: O presente artigo aborda uma discussão a respeito da teoria da análise de discurso proposta por Michel Pêcheux, bem como sua relevância para os estudos propostos por Eni Orlandi para a elaboração de uma tipologia discursiva. Nesse trabalho são expostos os princípios, algumas noções e o surgimento desse campo de estudo. A análise de discurso se configura como um “campo de confluência entre a Linguística e as Ciências Sociais” (ORLANDI, 2007, p. 16), onde em uma há a afirmação da imanência da linguagem e, em outra, a transparência da História.

Abstract: This paper covers a discussion on the theory of discourse analysis proposed by Michel Pêcheux as well as its relevance to the studies proposed by Eni Orlandi for the elaboration of a typology discursive. In this paper are exposed to the principles, some notions and the emergence of this field of study. The analysis of discourse is shaped like a field of interest between linguistics and social sciences (ORLANDI, 2007, p. 16), where there is a statement in the immanence of language and in another, the transparency of the story.

Palavras-chave: Michel Pêcheux; teoria; análise de discurso; tipos de discurso.

Keywords: Michel Pêcheux; theory; discourse analysis; typology discursive.

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não está” e o “nunca estará” da percepção imediata; nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como tendência incontornável a representar as origens e os fins últimos, o alhures, o além e o invisível (PÊCHEUX, 1990, p.8).

* Mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Vale do Sapucaí, cidade de cidade de Pouso Alegre, Minas Gerais, Brasil, em 2011. Atualmente é doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas-SP, Brasil. Contato: leaobrasil@yahoo.com.br

No final dos anos 1960, Michel Pêcheux (1938-1983), então pesquisador da *École Normale Supérieure (ENS – Paris)* propõe a teoria da análise de discurso, na França. Para a proposição de sua teoria, Pêcheux baseou-se em importantes estudos realizados por Canguilhem e Althusser.

Os estudos pêcheuxtianos trouxeram uma abordagem distinta ao pensar a Ciência da Linguagem. As discussões sobre língua e linguagem divergiam de seu pensar. Até então o estruturalismo (com a negação do sujeito e da situação) e a gramática gerativa transformacional (GGT), proposta por Noam Chomsky (valor biológico à linguagem) ocupavam um espaço significativo de discussão em relação aos estudos da linguagem.

A análise de discurso surge, então, com a discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação da exterioridade.

A linguagem não é mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é movente e instável.

O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma.

A este tempo a publicação da obra *Análise Automática do Discurso* (AAD, 1969, de Michel Pêcheux), bem como a publicação da revista francesa *Langages*, Nº13, interfere decisivamente neste cenário, já que o sujeito, em detrimento do homem, é trazido para o centro de discussão. Não qualquer sujeito, mas um sujeito específico para a análise de discurso: o sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia. Um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem. Eis a contribuição do materialismo, que inclui a relação da ideologia e o inconsciente, para com a teoria de Michel Pêcheux, Paul Henry e Michel Plon, seus demais fundadores.

O que a análise de discurso procura dar a conhecer é o caráter histórico da linguagem, visto que esse campo de estudo é de ruptura, o que implica assim uma gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. A análise de discurso francesa se constitui como uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se juntam três regiões de conhecimentos, quais sejam: o

materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais, inclui-se então a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos. Não deixando de lado que todos esses elementos estão permeados por uma teoria não subjetiva do sujeito de ordem psicanalítica, uma vez que o sujeito é afetado pelo inconsciente. Na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas. Neste ponto de vista, a análise de discurso jamais seria um instrumento para a explicação simples de textos ou a aplicação modelar de uma teoria. Nessa ótica pêcheuxtiana, o sentido não está claro, óbvio ou transparente, uma vez que é preciso considerar a opacidade da materialidade aí presente e já que o sujeito não estratégico ou origem do dizer.

Diante desses pormenores da “instituição” da análise de discurso verifica-se o espaço do contraditório nessa disciplina de entremeio (ORLANDI, 2008, p. 68), pois a língua tem autonomia relativa e é a entrada para a materialidade do discurso.

Conforme afirma Benveniste (2005, p. 286), no capítulo 21 (Da Subjetividade na Linguagem), é na (e pela) linguagem que o homem se constitui como sujeito, por conta disso a linguagem não se configura em um “utensílio” ao bel-prazer do homem. É a partir de Benveniste que nos é cara a noção de subjetividade com valor linguístico, ou seja, a capacidade do homem de posicionar-se como sujeito. Segundo o autor, o sujeito apropria-se do pronome *eu* para designar a consciência de si. Para Pêcheux (1988), o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina: significação do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito do seu próprio discurso. Lembramos aqui o conceito de formação discursiva (FD) como a relação de enunciados com regularidades, em relação à linguagem, mobilizados em assuntos e posições ideológicas na produção do dizer.

O indivíduo é interpelado em sujeito pela identificação com uma formação discursiva dominante, já que o sujeito é sobredeterminado pelos pré-construídos. Pêcheux (1988) chama esse

fenômeno de efeito *Münchhausen*¹. É importante lembrar aqui que o conceito de formação discursiva não é de Pêcheux: a expressão foi uma formulação elaborada por Michel Foucault (2004) e consta em seu livro *Arqueologia do saber*. Para Foucault, um grupo de enunciados está relacionado a um sistema de regras comuns e são determinadas historicamente.

Michel Pêcheux apropria-se da noção de formação discursiva e a ressignifica no campo da análise de discurso. Para a análise de discurso o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia. O sujeito, na teoria discursiva, se constitui na relação com o outro, não sendo origem do sentido, está condenado a significar e é atravessado pela incompletude.

O sentido resulta de sua inscrição em uma formação discursiva, já que uma mesma palavra varia de uma formação discursiva para outra, o sentido desliza e define a inserção do sujeito em uma FD ou em outra. Ou nas palavras Orlandi, “a formação discursiva é a projeção da ideologia no dizer” (2012, p.55). A FD é heterogênea no discurso, ela é sempre passível a vir a ser outra, dialoga no discurso, acomoda outras FDs. O “debate” na arena discursiva envolve outros elementos na sua realização. Toda FD remete a uma dada formação ideológica. O sujeito do discurso traz para o debate um grupo de representações individuais a respeito de si mesmo, do interlocutor e do assunto abordado.

A posição-sujeito (PÊCHEUX, 1988) configura-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Desta forma o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito, variantes conforme as formações discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve, ou seja, faz parte do descentramento do sujeito falar-se em posições-sujeito. O sujeito se constitui em posições-sujeito.

O que é considerado na análise de discurso, enquanto uma teoria materialista, é compreender como os processos discursivos são constituídos, como as formações discursivas se constituem. Essa “aventura teórica”, que representa a análise de discurso, expressão

¹ O efeito *Münchhausen* ao qual Pêcheux se refere, é uma menção ao imortal Barão de Münchhausen, personagem da cultura germânica que “se elevava nos ares puxando-se pelos próprios cabelos” (PÊCHEUX, 2010, p.144). Pêcheux, ao formular esse efeito, refere-se à ilusão do sujeito de pensar-se “como origem do sujeito do discurso” (2010, p. 144).

althusseriana, usada por Denise Maldidier (2003) sobre Michel Pêcheux e sobre a análise de discurso, é relevante para o entendimento de um campo de entremeio entre a linguística e as ciências sociais (ORLANDI, 2007), onde em uma há a afirmação da imanência da linguagem e, em outra, a transparência da história. A língua e a história não são transparentes para o sujeito.

No próximo item abordaremos o conceito de discurso. O navegar nessa aventura teórica requer fôlego para entender as descobertas pêcheuxtianas que como bem diz Denise Maldidier, “o pensamento de Pêcheux é um pensamento forte, que produziu questionamentos e deslocamentos: o homem de andaimes suspensos” (2003, p.15). Em Pêcheux verifica-se um pensar teórico concernente a uma abordagem distinta em relação ao conhecimento, nem aplicação ou tampouco instrumento de pesquisa para observar a linguagem e a prática do social em funcionamento. É impossível, afirma Pêcheux, “analisar um discurso como um texto” (2010, p.78). É necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção², já que a exterioridade é o tecido histórico-social que o constitui.

A noção de discurso para Michel Pêcheux

Pensar a palavra discurso é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político, ou seja, os pronunciamentos praticados por autoridades políticas, cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma. Por estarmos falando de um lugar teórico assumidamente de ruptura, que é a análise de discurso, convém que estabeleçamos uma divisa com o que advém do senso comum. A noção de discurso não se configura um consenso entre os pesquisadores. Isto se deve aos diferentes campos de estudo onde esse conceito circula. Exemplo disso é o que acontece em Fairclough (2001).

Segundo esse pensador, o discurso constitui-se de uma prática, não apenas de representação do mundo, mas, sobretudo, de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Forma disso é o duelo dialético da linguagem,

² Constituem a instância verbal de produção do discurso: o contexto histórico-social, os interlocutores, o lugar de onde falam e a imagem que fazem de si, do outro e do referente (BRANDÃO, 2009, p. 105).

concomitante à vida em sociedade, em práticas e temas políticos. Assim sendo cabe à linguagem ser mestra de inúmeros funcionamentos, como manipular a opinião visando o poder. Ao refletir sobre essa ótica, o poder forja uma realidade social ao mesmo passo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas. Na outra mão deste pensar, desta investida temos Widdowson (1995), que formula o discurso enquanto pragmática. A partir do discurso surgiriam diferentes formulações advindas de uma base de dados de textos. A língua faria o papel de decodificadora desses dados para a emergência dos sentidos, bem como a configuração do texto e os momentos de fala entre os locutores. O discurso então é palco para a construção do individual, ou melhor, do sujeito individual e não aquele pensado socialmente. Para Widdowson (1995), o sujeito não se constitui nessa sua noção de discurso, mas é integrante da prática do sentido volitivo, da vontade do indivíduo. Mas se por um lado manifesta-se o sujeito estratégico, do outro, o sujeito é afetado por coerções que interferem em seu modo de agir. Em meio a não hegemonia de um conceito para discurso situam-se os estudos de Michel Pêcheux:

O discurso me parece, em Michel Pêcheux, um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico. É o lugar teórico em que se intrinca, literalmente, todas as suas grandes questões sobre a língua, a história, o sujeito. A originalidade da aventura teórica do discurso prende-se ao fato que ela se desenvolve no duplo plano do pensamento teórico e do dispositivo da análise de discurso, que é seu instrumento (MALDIDIER, 2003, p. 15-16).

Pêcheux era obcecado pelo termo discurso e denunciava a necessidade de ruptura com o caráter essencialmente político para a determinação dessa palavra condenada ao acordo com uma evidência empírica. O discurso é a história na língua. Temos então a tríade língua, sujeito e história na constituição de discurso. Por tratar-se de uma materialidade linguística e histórica, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia. O discurso é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia. Ao contrário das considerações de Widdowson (1995), segundo os estudos analíticos, pensar em base de dados de um texto significa analisar o

texto enquanto produto e não enquanto processo discursivo. Para a análise de discurso, os dados não existem em si mesmos uma vez que a concomitância do fato e do acontecimento é necessária para haver significação. O fato nos direciona ao interdiscurso³, à memória do dizer, não nos permitindo a queda na armadilha do empirismo, da evidência e do que a história aponta como “natural”, mas sim o encontro com acontecimentos que possibilitam a emergência do discurso. Os efeitos de sentido produzidos no discurso são evidenciados pela história, por efeitos ideológicos, como se os efeitos do discurso fossem já neutros, a priori.

Os processos discursivos desenrolam-se sobre os pilares de leis intrínsecas à língua, portanto não são expressões de um pensamento. Segundo Pêcheux (1988), a discursividade não é a *parole*, definição elaborada por Saussure, ou seja, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua, pois não se trata de usar ou realizar uma função pragmática como supõe Widdowson. Mas antes, o processo discursivo pretende recolocar em seu lugar o conceito de fala juntamente com o antropologismo psicologista que este conceito carrega.

Com a análise de discurso temos, a passagem de função (prática) da linguagem para o funcionamento (teoria). A análise de discurso dá a ver o funcionamento da linguagem, do discurso. Nesse ponto de vista, é preciso haver um corte entre teoria e prática, e isso somente é possível “se conseguirmos passar da função para o funcionamento do objeto simbólico” (ORLANDI, 2009, p. 05). Para a autora, uma teoria não subjetiva do sujeito é o elo constitutivo entre o texto e a situação, permitindo assim, para fins de análise, a separação entre prática e teoria. Isto possibilita a compreensão de como um texto funciona na produção de sentidos.

O discurso implica uma exterioridade à língua, pois se presentifica no social, inscreve-se na história. Para Orlandi (2007), discurso não se trata de transmissão de informação (menção à teoria da comunicação). Não é simplesmente um processo linear, onde um fala e o outro assimila, não é sequencial, um fala o outro decodifica a mensagem. Para o analista de discurso, o objeto é o discurso.

³ O interdiscurso se constitui de um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos (ORLANDI, 2007, p. 33). Isso implica dizer que para que o que falamos faça sentido é necessário que já faça sentido antes.

Nesse ponto, a teoria discursiva nos fala de um sentido dividido, indo além, segundo Pêcheux (1988), discurso é o efeito de sentidos entre locutores. Assim sendo, não há intuito de transmissão de informações tão somente. Nesse processo de interlocução existem sujeitos se constituindo. São sujeitos e são sentidos afetados pela história no funcionamento da língua (gem) e não a língua como um estatuto multifuncional conforme supõe Fairclough (2001). Os efeitos de uma enunciação são múltiplos e diversos, já que o sentido diz e também não diz, pois existem silenciamentos e o *non-sens*:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando (ORLANDI, 2007, p. 15).

O objeto histórico-ideológico, o discurso, é produzido de maneira social através da língua como base material. Por tratar-se de uma produção social, suas regularidades somente são apreendidas com a análise do processo de sua produção, jamais de seus produtos uma vez mais, pois é dispersão de textos, de sujeitos e de sentidos e seu funcionamento advém da própria noção de linguagem. É no discurso que se observa a determinação histórica dos sentidos, uma vez que não se trata de cronologia e sim da maneira como os sentidos são inscritos na história, como são formulados, constituídos e o modo de sua circulação.

A reflexão sobre discurso necessita de que sejam abordados conceitos que estimulam e fundamentam seu lugar de discussão e sua inter-relação teórica. O discurso se dá também na confluência da teorização de noções importantes à sua compreensão. A fim de entendermos como funcionam os discursos e as delimitações que os caracterizam abordaremos a tipologia discursiva proposta por Eni Orlandi. Para a autora:

Tipo, então, enquanto cristalização de funcionamento discursivo, é “uma configuração de traços formais associados a um efeito de sentido caracterizando a atitude do locutor face a seu discurso e

através desse face ao destinatário” (ORLANDI, *apud* MARANDIN, 2006, p. 131).

Essa definição proposta por Orlandi constrói uma tipologia discursiva como lugar social, como espaço entre o individual e o universal, ou seja, como lugar de confronto, como lugar de debate.

Os tipos de discurso

Conforme Orlandi (2007), podem-se distinguir os discursos principalmente por duas perspectivas: as normas e as instituições nas quais estão filiados. Temos então o discurso científico, o discurso religioso, o discurso político. Ainda assim os discursos filtram-se mais uma vez por estarem atrelados a determinada especialidade e aí temos o discurso biológico, o discurso ecológico etc. É possível desmembrar em inúmeras tipificações quanto à característica de cada discurso naquilo que cada um tem de mais particular. Mas, para a análise de discurso, o que importa é o funcionamento de seu objeto, visto que a tipologia engendra uma cristalização que está no extralinguístico, ou melhor, está no extradiscursivo. Orlandi apresenta-nos uma tipologia do discurso tendo, em seu debruçar teórico, como critério, os modos de funcionamento do discurso observando, por base, os elementos constitutivos de suas condições de produção e suas relações com o modo de produção de sentidos com seus efeitos.

Orlandi distingue assim:

a. Discurso autoritário: aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;

b. Discurso polêmico: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

c. Discurso lúdico: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos (2007, p. 86).

A categorização acima referida, proposta por Orlandi, obedece ao princípio discursivo das determinações, pois se constitui de

propriedades internas ao funcionamento do discurso. Baseia-se então nas relações entre referente, sentidos e sujeitos. O fato dos discursos carregarem a designação lúdica ou autoritária, não implica, na primeira, uma brincadeira do sujeito, nem tampouco obriga a última a valer-se de uma denominação vulgar ou menos validada. A ludicidade autoriza o jogo da linguagem enquanto polissemia com abertura para os gestos de interpretação de cada sujeito. O lúdico não é uma intenção, mas uma prática. Segundo Orlandi (2007), o fator autoritário deve-se à injunção à paráfrase e não a um caráter moralista na interlocução. Torna-se necessário inscrever-se no repetível para se filiar e promover uma formulação já significada, onde o sujeito se identifica, pois sem a repetição não há sentido, muito menos interpretação.

Orlandi (1998) faz uma explanação entre a paráfrase (o mesmo) e a polissemia (o diferente). A paráfrase mostra-se como uma produção dos efeitos de sentido na memória do dizer. Um sempre retorno ao já dito na enunciação de um discurso que pela inscrição na história possibilita a realização e a ancoragem do dizer no interdiscurso. Pertence à ordem da memória discursiva. Por esse lado se há paráfrase é porque existe produtividade na linguagem. Nessa formulação, o sujeito retoma um dizer e o reformula preso à mera variação e série.

Por outro lado, na polissemia há a possibilidade do diferente. A polissemia é da ordem da ruptura, do deslocamento. É lugar do diferente. É espaço da capacidade inventiva da língua, onde o sujeito se movimenta com sua inscrição na história, onde o sentido também tem a ver com a historicidade. A polissemia abre caminhos com seus efeitos de sentido enunciados em processos de (re) significação no contato com o simbólico nos discursos em seus funcionamentos e tipos abrindo espaço para a deriva, o deslizamento de sentido, o sentido outro.

O fator de dominância é constituinte na tipologia proposta por Orlandi. Um discurso não se realiza totalmente como autoritário, lúdico ou polêmico. Há a concomitância dessa tríade. No entanto existe a preponderância de um sobre o outro. O autoritário não funciona em sua homogeneidade, mas articula-se em sua monossemia da mesma maneira que o lúdico em sua polissemia e o polêmico funciona entre a polissemia e a paráfrase.

Orlandi (2007) afirma ainda que o funcionamento do discurso também tem a ver com as relações de exclusão ou inclusão e também com as relações de sustentação, oposição etc. de elementos de um discurso para o outro. O critério da reversibilidade é noção basilar quanto ao tipo de discurso, pois determina o andamento da interlocução.

O grau de reversibilidade irá configurar a posição (não como troca, mas como movimento) de papéis entre os sujeitos em interlocução no discurso. Assim cada discurso “mostra-se” em sua tensão: o lúdico aponta para o jogo, o polêmico aponta para o debate e o autoritário aponta para a ordem.

No acontecimento dos discursos lúdico, autoritário e polêmico a interação se dá via dimensão histórica e social da linguagem ao passo que a polissemia (o diferente) mostra a multiplicidade dos efeitos de sentido. Através dessas formulações destitui-se a estagnação do discurso, ou seja, há uma tendência para determinado tipo.

Mazière (2007, p.13) afirma que o discurso propriamente “não é individual”. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual. Captar o funcionamento do discurso pode nos dizer algo do não visível nessa fala individual atravessada. Passando pelo caminho indivíduo (bio-psico) – sujeito – indivíduo (político-social) proposto por Orlandi (2008, p. 106). Apreende-se isso no processo de individuação numa escuta de um discurso dos sujeitos. Para entender sobre o (s) discurso (s) então é preciso saber sobre os sujeitos. O discurso é o efeito de sentidos entre sujeitos interpelados pela ideologia, chamados por dizeres não apreensíveis no engano da obviedade.

Referências

- BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 2006.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise de discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re) Ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas: Pontes, 2003.

MAZIÈRE, Francine. *A Análise do Discurso: História e Práticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

ORLANDI, Eni. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Discurso e Texto*. Campinas: Pontes, 2008.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Paráfrase e Polissemia: a fluidez dos limites do simbólico. *Rua* (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade). Nº4. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p.09-19.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, n.19. Campinas: Unicamp. 1990, p. 7-24.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET Francoise; HAK, Tony (Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. De Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010. p. 59-158.

_____. *Semântica e discurso*. Campinas: Pontes, 1988.

WIDDOWSON, Henry G. *O Ensino de Línguas para a Comunicação*. Campinas: Pontes, 1991.

Recebido em 10 de novembro de 2010

Aceito em 21 de março de 2011

NORMAS PARA O ENVIO DE ARTIGOS

1. Todos os trabalhos encaminhados à revista *LINGUAGEM – Estudos e Pesquisas* se submeterão à apreciação dos Conselhos Editorial e Consultivo. O(s) autor(es) será(ão) comunicado(s) sobre a apreciação.
2. Os artigos serão examinados por dois pareceristas membros do Conselho Editorial e, caso haja um parecer contrário à publicação, encaminhados a um terceiro avaliador *ad hoc* ou a um membro do Conselho Consultivo.
3. Os artigos deverão ser digitados em espaço simples, no Programa Word 6.0 (ou equivalente), fonte Times New Roman (tamanho 11), e deverão conter, entre 15 e 20 páginas, papel tamanho 14,8x21. O encaminhamento dos artigos deverá ser feito em duas (02) vias (uma com identificação e outra sem identificação do autor) para o endereço revistalinguagem@gmail.com. O(s) autor(es) deverá(ao) encaminhar ainda uma rápida biografia e o contato eletrônico.
4. O título do artigo deverá vir em letras maiúsculas, negrito, centralizado no alto da primeira lauda, em português e inglês, francês ou espanhol, seguido, logo abaixo, à direita, do(s) nome(es) do(s) autor(es), com letras minúsculas e em itálico. A identificação da Instituição deverá, seguido do endereço eletrônico do(s) autor(es), vir em forma de nota de rodapé no final da primeira página, por extenso e marcada com o símbolo personalizado (*).
5. O texto deve ser antecedido por um Resumo de cinco (05) linhas, em português e inglês (ou Francês, ou Espanhol). Após o Resumo, deverá vir até quatro palavras-chave em português, inglês, Francês ou Espanhol.
6. As notas explicativas devem ser enumeradas automaticamente em algarismos arábicos no final da página, como nota de rodapé. As citações no interior do texto devem vir em fonte menor que a utilizada no texto (fonte 10) obedecendo à mesma paragrafação (1,25 cm de recuo), com recuo total da citação e sem itálico. Recomenda-se, para as citações, o sistema autor/data e página. Exemplo: (SILVA, 2005, p. 35).
7. Ilustrações devem ser originais ou cópias nítidas passíveis de reprodução e as fotografias em branco e preto, com a devida autorização.
8. Todas as citações, documentais e bibliográficas, do texto deverão ser elencadas nas “referências”, em ordem alfabética, com dados completos (sem abreviação do nome do autor), de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas (conferir NBR 6023).
9. É de responsabilidade do(s) autor(es) a correção gramatical do texto e a exatidão das referências bibliográficas.
10. As normas tipográficas são de responsabilidade da revista.